



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

NÁJELA DAOUD BRANDÃO

**A SITUAÇÃO DOS CATADORES E A DESATIVAÇÃO DO
LIXÃO DA ESTRUTURAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE O
ESPAÇO E AS VULNERABILIDADES**

BRASÍLIA

2025

NÁJELA DAOUD BRANDÃO

**A SITUAÇÃO DOS CATADORES E A DESATIVAÇÃO DO
LIXÃO DA ESTRUTURAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE O
ESPAÇO E AS VULNERABILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Ciências Humanas e ao
Departamento de Geografia da Universidade
de Brasília – UNB como requisito para a
conclusão da graduação em Geografia.

Orientadora: Professora Tatiana Rolim
Soares Ribeiro

BRASÍLIA

2025

NÁJELA DAOUD BRANDÃO

A SITUAÇÃO DOS CATADORES E A DESATIVAÇÃO DO LIXÃO DA
ESTRUTURAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESPAÇO E AS
VULNERABILIDADES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas e ao
Departamento de Geografia da Universidade de Brasília – UnB como requisito para a
conclusão da graduação em Geografia.

Banca examinadora:

Professora Dra. Tatiana Rolim Soares Ribeiro
Orientadora

Dra. Regina de Souza Maniçoba
Membro da banca examinadora

Dra. Maria Eugênia Lima Soares Trondoli Matricardi
Membro da banca examinadora

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, à minha mãe, por ser meu raio de sol, minha inspiração, por acreditar no melhor que eu posso ser e por sua positividade que irradia. Obrigada por todo o seu amor e compreensão.

Agradeço ao meu pai por acreditar em mim acima de tudo, por sempre ser meu braço direito, pelo companheirismo e pelo bom humor, que é capaz de melhorar qualquer dia.

À minha irmã, que me faz transbordar de amor e felicidade, e que, com sua personalidade, me inspira autonomia e confiança.

E, por fim, à Tati, por toda a dedicação, tempo e carinho; por ter sido uma verdadeira professora. Além disso, não poderia ter tido uma parceira melhor na orientação deste trabalho. Obrigada por tudo.

*A todas e a todos os catadores de material
reciclável que sobrevivem e resistem ao lado
perverso da modernidade.*

RESUMO

Tendo em vista que o desligamento do Lixão da Estrutural, ocorrido em contradição aos interesses de um grupo dos sujeitos catadores de materiais recicláveis e do Governo do Distrito Federal, o presente estudo busca averiguar a situação espacial e de vulnerabilidade social destes trabalhadores. A pesquisa parte da compreensão de que o fechamento foi conduzido sob a lógica do planejamento racional-instrumental, o que aprofundou as vulnerabilidades desse grupo social. Para tanto, busca-se compreender a situação espacial dos sujeitos catadores com o fechamento do Lixão da Estrutural, conduzido sob a lógica do planejamento racional-instrumental, a fim de refletir sobre as vulnerabilidades causadas a esse grupo decorrentes desse processo; além de identificar de que forma as contra-racionalidades foram geradas no DF a partir do planejamento racional-instrumental de Brasília; evidenciar a racionalidade e irracionalidade no território da Estrutural, desde o seu surgimento até a gestão que conduziu o desligamento do lixão; e explicitar a vulnerabilidade espacializada e situada que os catadores se encontram, com base na realidade de resistência desses sujeitos. Realiza-se, então, uma pesquisa com entrevista semi estruturada de natureza qualitativa e exploratória. Diante disso, verifica-se que a maioria dos catadores afetados pelo desligamento do lixão residem ou já residiram na Estrutural ou em Santa Luzia, em função da atividade de catação. Além disso, o lixão representava a principal fonte de renda desse grupo e, com seu fechamento, muitos desses trabalhadores passaram a enfrentar uma situação agravada de vulnerabilidade social. Tal contexto foi tão significativo que levou mesmo que pouco dos entrevistados a se posicionarem contra o encerramento do Aterro do Jóquei (como era conhecido o Lixão da Estrutural), atitude que representa uma irracionalidade frente ao planejamento racional-instrumental que visava, sobretudo, à sustentabilidade. Todavia, foi produzida, como fruto da pesquisa, uma cartilha informativa destinada ao grupo focal, constituindo uma devolutiva a esses indivíduos.

Palavras-chave: Desativação do Lixão da Estrutural; Vulnerabilidade dos catadores; Planejamento racional; Irracionalidades.

ABSTRACT

Considering that the closure of the Estrutural's open-air dumpsite occurred in contradiction to the interests of a group of waste pickers and the Distrito Federal Government, this research investigates the spatial situation and social vulnerability of these workers. The study starts from the understanding that the closure was conducted under the logic of rational-instrumental planning, which deepened the vulnerabilities of this social group. To this end, we seek to identify how counter-rationalities were generated in the DF based on the rational-instrumental planning of Brasília; to highlight the rationality and irrationality in the territory of Estrutural, from its emergence to the management that led to the closure of the dumpsite; and to explain the spatialized and situated vulnerability of the collectors, based on the reality of resistance of these subjects. Therefore, a qualitative and exploratory research is carried out. In view of this, it is verified that the majority of the collectors affected by the closure of the dumpsite live or have lived in Estrutural or Santa Luzia, due to the collection activity. Furthermore, the dumpsite was the main source of income for this group and, with its closure, many of these workers began to face an aggravated situation of social vulnerability. This context was so significant that it led some waste pickers to position themselves against the closure of the Aterro do Jóquei Joquei's landfill (what was the dumpsite of Estrutural known as), an attitude that represents irrationality in the face of rational-instrumental planning that aimed, above all, sustainability. However, as a result of the research, an information booklet was produced for the focus group, constituting feedback to these individuals.

Keywords: Deactivation of the Estrutural dump; Vulnerability of waste pickers; Rational planning; Irrationalities.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE FIGURAS	9
LISTA DE ABREVIATURAS	10
1. INTRODUÇÃO	11
2. OBJETIVOS	14
2.1 OBJETIVO GERAL	14
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
3. REVISÃO DE LITERATURA	15
3.1 O PLANEJAMENTO RACIONAL-INSTRUMENTAL DE BRASÍLIA E A CONSTRUÇÃO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL	15
3.1.1 Brasília planejada a partir de um ideal racional-instrumental	15
3.1.2 A segregação socioespacial como dialética interna ao planejamento	19
3.1.3 A situação espacial dos sujeitos e as contra-racionalidades no DF	22
3.2 A ESTRUTURAL NO CONTEXTO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO RACIONAL-INSTRUMENTAL DE BRASÍLIA	25
3.2.1 Contextualização do surgimento da RA, do Lixão e dos catadores naquele território	25
3.2.2 A racionalidade instrumental do planejamento para a desativação do Lixão.	33
3.2.3 A resistência e contra-racionalidade dos sujeitos catadores	43
4. METODOLOGIA	49
5. RESULTADO E DISCUSSÃO	52
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73
APÊNDICE A — Perguntas feitas à amostra na entrevista semiestruturada	80

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Lixão Estrutural (1965, 1986 e 2013).....	27
Figura 2 - Raça/cor da população – SCIA (2024).....	29
Figura 3 - Origem dos migrantes – SCIA (2024).....	29
Figura 4 - Motivos da mudança de moradia – SCIA (2024).....	30
Figura 5 - Ocupação da Estrutural – Linha do tempo.....	32
Figura 6 - Estrutura Análítica do Programa.....	35
Figura 7 - Localização do SCIA/Estrutural e do novo aterro.....	49
Figura 8 - Fluxograma metodológico do trabalho.....	51
Figura 9 - Escolaridade dos entrevistados (%).....	52
Figura 10 - Origem dos entrevistados (%).....	53
Figura 11 - Motivação dos entrevistados para morar na Estrutural/Santa Luzia (%).....	56
Figura 12 - Vínculo ou não dos catadores com cooperativas (%).....	58
Figura 13 - Opinião dos catadores sobre a segurança pós desativação do lixão.....	67

LISTA DE ABREVIATURAS

ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico

BDM – Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente da Universidade de Brasília

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAPS – Centros de Atenção Psicossocial

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CIISC – Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis

GDF – Governo do Distrito Federal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFB – Instituto Federal de Brasília

IPEDF – Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IRR – Instalações de Recuperação de Resíduos

MPT – Ministério Público do Trabalho

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis

NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

ONGs – Organizações Não Governamentais

PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios

PDRS – Política Distrital de Resíduos Sólidos

PMI – *Project Management Institute*

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

SCIA – Setor Complementar de Indústria e Abastecimento

SEDHS – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano e Social

SEDESTMIDH – Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos

SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SLU – Serviço de Limpeza Urbana

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

INTRODUÇÃO

Na obra *Dialética do Esclarecimento* (1947), Theodor Adorno e Max Horkheimer denunciam o paradoxo do projeto iluminista: um empreendimento inicialmente guiado pela promessa de emancipação racional da humanidade acabou se transformando em instrumento de dominação. Para os autores, o Iluminismo, ao buscar universalizar o conhecimento científico e desmistificar o mundo, inaugurou, também, uma forma de razão que visa reduzir a complexidade da realidade àquilo que pode ser calculado, controlado e previsto. Essa forma degenerada de racionalidade é o que eles chamam de razão instrumental.

Essa crítica à razão moderna é particularmente relevante para a compreensão do planejamento urbano racional-instrumental. A lógica que estrutura esse tipo de planejamento, sobretudo a partir do século XX, incorpora a racionalidade técnica ao tratar a cidade como um objeto de engenharia, passível de ser reorganizado com base em princípios de ordenamento, funcionalidade e eficiência – desconsiderando as dinâmicas sociais, os conflitos e as subjetividades dos habitantes (Santos, 2006).

A racionalidade no urbanismo revela a tentativa de organizar a cidade a partir da divisão de funções (habitar, trabalhar, circular, recrear-se), transformando a vida urbana em categorias objetificadas e passíveis de controle técnico. Nesse processo, o imprevisto, o irracional e o simbólico são marginalizados em nome da previsibilidade. A cidade deixa de ser compreendida como um organismo vivo, em constante mutação e conflito, para ser tratada como um sistema técnico, no qual o espaço é concebido como produto de equações, e não de experiências (Bicca, 2010).

Holston (1993) argumenta que Brasília encarna o ‘paradoxo da cidadania’: um projeto urbano que, embora inspirado por ideais de igualdade e progresso, acabou por instituir novas formas de desigualdade e exclusão. Segundo ele, a racionalidade modernista – principalmente os ideais de arquitetura propostos pela Carta de Atenas –, aplicada ao espaço urbano, produziu uma cidade formalmente ordenada, mas socialmente fragmentada. Os trabalhadores que não se encaixavam na lógica da cidade planejada foram deslocados para as periferias, formando os chamados “assentamentos informais” – núcleos urbanos não previstos pelo plano original, mas essenciais para seu funcionamento.

Para Maricato (2001), esse tipo de planejamento desconsidera as formas populares de apropriação do espaço e ignora o papel ativo das classes trabalhadoras na produção da cidade. A segregação urbana em Brasília não é um acidente, mas resultado direto de um modelo que

privilegia os interesses da elite tecnocrática e reforça a dualidade entre cidade formal e informal, centro e periferia, legal e ilegal. Sob essa perspectiva nasce a Cidade Estrutural.

Hoje uma Região Administrativa do Distrito Federal, a Estrutural surgiu em meio a um processo de ocupação periférica profundamente relacionado às contradições do planejamento urbano de Brasília. Concebida como uma cidade modernista, Brasília foi planejada a partir de uma lógica excludente que, desde sua fundação, ignorou as necessidades habitacionais das populações trabalhadoras que participaram da construção da capital (Holston, 1993). Como consequência, essa omissão gerou um padrão de urbanização marcado pela segregação socioespacial e pela informalidade nas bordas do Plano Piloto.

A Estrutural teve origem na ocupação espontânea de áreas próximas ao maior lixão que já houve na América Latina, conhecido como Lixão da Estrutural, surgido na década de 1960. Inicialmente, a região era utilizada como ponto de despejo de resíduos e, ao longo do tempo, tornou-se espaço de moradia para catadores e trabalhadores informais que ali viviam da coleta e comercialização de materiais recicláveis. Nessa mesma linha, Sampaio (2020) e Capelari *et al.* (2020) destacam que o processo de formação da Estrutural está diretamente ligado à ausência de políticas públicas voltadas à habitação popular e à destinação inadequada de grupos marginalizados pelo projeto urbano oficial.

Ademais, ainda segundo Capelari *et al.* (2020) e Sampaio (2020), o funcionamento do lixão era, ao mesmo tempo, tolerado e funcional ao Estado, já que servia como solução informal e de baixo custo para o descarte de resíduos no Distrito Federal. Dessa maneira, o lixão operou por mais de 50 anos. No entanto, a pressão de órgãos ambientais, compromissos internacionais e a promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº. 12.305, de 2 de agosto de 2010) colocaram em pauta a necessidade do seu encerramento. Essa legislação estabelecia o prazo inicial para o fechamento de todos os lixões do país até 2014, obrigando os entes federativos a implementar aterros sanitários com gestão adequada e programas de inclusão socioprodutiva para os catadores.

Todavia, esse processo foi marcado por disputas políticas, resistência de parte dos catadores e dificuldades na implantação de alternativas viáveis. Como afirmam Dourado, Abreu e Jorge (2020), o encerramento do lixão só ocorreu oficialmente em janeiro de 2018, com a inauguração do Aterro Sanitário de Brasília. Contudo, o fechamento formal não significou o fim das contradições. Muitos catadores não foram incluídos plenamente nas cooperativas ou nos programas de reciclagem, enfrentando perda de renda e insegurança econômica, mesmo com os esforços de transição promovidos pelo Serviço de Limpeza Urbana (SLU) e outros órgãos do Governo do Distrito Federal. Diante desse contexto,

pretende-se responder à pergunta: como ficou a situação espacial e de vulnerabilidade dos sujeitos catadores atingidos pelo processo de desligamento do Lixão da Estrutural?

1. OBJETIVOS

A presente seção tem como finalidade apresentar os objetivos que orientaram esta pesquisa. A partir das reflexões teóricas e das demandas observadas no campo, foram definidos um objetivo geral e quatro objetivos específicos, que buscaram dar conta da complexidade da problemática investigada.

2.1 OBJETIVO GERAL

Compreender a situação espacial dos sujeitos catadores com o fechamento do Lixão da Estrutural, conduzido sob a lógica do planejamento racional-instrumental, a fim de refletir sobre as vulnerabilidades causadas a esse grupo decorrentes desse processo.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para o alcance do objetivo geral da pesquisa, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar de que forma as contra-racionalidades foram geradas no DF a partir do planejamento racional-instrumental de Brasília.
- Evidenciar a racionalidade e irracionalidade no território da Estrutural desde o seu surgimento até a gestão que conduziu o desligamento do lixão.
- Explicitar a vulnerabilidade espacializada e situada na qual os catadores se encontram, através da realidade da resistência situada desses sujeitos.
- Elaborar uma cartilha informativa como devolutiva.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A história de Brasília é marcada por contrastes. De um lado, a cidade cuidadosamente planejada para ser símbolo de modernidade e progresso; de outro, os espaços que nasceram à margem desse projeto, abrigando os trabalhadores que ajudaram a construí-la, mas que foram excluídos das promessas de inclusão e cidadania.

Ao longo desta seção, serão abordados os principais aspectos do modelo de planejamento racional-instrumental que orientou a criação da capital federal, assim como seus desdobramentos na organização do espaço e nas formas de exclusão vividas por parte da população. Também será apresentada a trajetória da Cidade Estrutural, desde o surgimento do antigo lixão até os impactos causados pela sua desativação, com ênfase nas experiências dos catadores que resistem e reorganizam suas vidas diante das contradições desse processo.

3.1 O PLANEJAMENTO RACIONAL-INSTRUMENTAL DE BRASÍLIA E A CONSTRUÇÃO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

O modelo de planejamento urbano adotado na construção de Brasília foi fortemente influenciado pelos ideais modernistas e pela lógica racional-instrumental, que buscava organizar o espaço urbano de maneira funcional, segmentada e hierarquizada. Esse modelo privilegiava uma visão tecnicista e distante das dinâmicas sociais, pautada na separação dos usos do solo e na priorização de uma cidade idealizada, voltada para determinados perfis sociais e econômicos.

No entanto, esse planejamento ignorou as demandas habitacionais e sociais dos trabalhadores que participaram da construção da nova capital. Enquanto o Plano Piloto se consolidava como a materialização da utopia modernista – com ampla infraestrutura e espaços organizados para a elite administrativa –, os trabalhadores foram relegados às margens, dando origem a acampamentos, ocupações e, posteriormente, às chamadas cidades-satélites.

3.1.1 *Brasília planejada a partir de um ideal racional-instrumental*

Santos (2006) argumenta que, em alguns casos, prevalecem as condições do agir técnico, enquanto, em outros, as condições do agir formal são predominantes. Ambos os casos são chamados de "racionais". Nesse contexto, a racionalidade não se refere apenas à lógica técnica ou formal, mas a uma forma de ação que segue critérios específicos e deliberados, guiados por uma finalidade. Veja-se:

O agir técnico leva a interações formalmente requeridas pela técnica. O agir formal supõe obediência aos formalismos jurídicos, econômicos e científicos. [...] Em

certos casos, triunfam as condições do agir técnico, mas não as condições do agir formal. Em outros casos triunfam as condições do agir formal, mas não as condições do agir técnico. Em ambos os casos, dão-se as formas de ação chamadas “racionais”, enquanto o agir simbólico se confunde com as formas culturais de apropriação e utilização da técnica (Santos, 2006, p. 82).

O espaço delineado pelas ações racionais manifesta-se através da aplicação técnica e de sua finalidade subjacente. Contudo, em muitas instâncias, o propósito desse espaço e o envolvimento dos indivíduos nas transformações podem escapar à compreensão dos sujeitos, pois essas mudanças frequentemente se concentram unicamente na reprodução da técnica. Isso significa que a orientação primária pode ser a eficiência técnica em detrimento da consideração das necessidades e da participação ativa dos sujeitos no processo.

O planejamento racional-instrumental pode ser entendido como uma manifestação voltada ao aprimoramento dos meios técnicos, presumindo, de forma implícita, os seus objetivos – como se os fins essenciais fossem consensuais e evidentes. Desse modo, esse tipo de planejamento resulta em uma simplificação, uma ocultação ou uma deturpação desses objetivos, que, essencialmente, se relacionam à reprodução do próprio sistema. Assim, tais objetivos acabam por validar as desigualdades que o mesmo gera (Souza, 2010).

Bicca (2010) associa essa perspectiva à arquitetura racionalista, destacando a reprodução do “mito da Razão”. A busca por controle e previsibilidade, típica do racionalismo, tende a suprimir o imprevisto e o irracional, transformando o real em abstrações passíveis de controle por meio da ideologia.

Logo, essa concepção revela-se como uma tentativa consciente de impor ordem à cidade mediante o agir técnico e formal. Contudo, essa rigidez planejada, conforme argumenta Bicca (2010), ilustra a instrumentalização do urbanismo racionalista, que, ao retificar as atividades urbanas, transforma-as em entidades tangíveis, desconsiderando sua natureza como expressões particulares de relações sociais. Nesse sentido:

As “chaves do urbanismo”, ou seja, as quatro funções consideradas básicas (habitar, trabalhar, recrear-se, circular) nela são espacializadas e relacionadas conforme o estipulado pelo urbanismo racionalista que, pela reificação, procura transformar a cidade numa relação entre atividades apreendidas como coisas, em vez de conhecê-las como suportes e formas particulares de manifestação de relações sociais determinadas pelas contradições e conflitos, sempre que se tratar de sociedades divididas em classes (Bicca, 2010, p. 148).

A cidade, nesse contexto, é moldada como um conjunto de atividades objetificadas, perdendo sua essência como um espaço vivo e dinâmico de interações sociais, ou seja, sem considerar o agir simbólico. O urbanismo racionalista, ao procurar enquadrar as funções urbanas em estruturas pré-determinadas, negligencia a complexidade das relações humanas que naturalmente emergem em um ambiente urbano.

A fim de compreender o planejamento de Brasília, é preciso, previamente, evidenciar a ideologia que lhe deu origem, o tipo de desenvolvimento adotado pelo Estado naquele momento e o que o projeto almejava alcançar. Isso porque é a partir dessa síntese que se tem a compreensão da representação do ideal racional-instrumental para a materialização da nova capital, assim como para o uso de seu território.

A ideia de transferir a capital do país já vinha sendo debatida, principalmente a fim de encará-la como um marco de transformação nacional – ou seja, uma tentativa de ruptura com o passado do Brasil, visando inseri-lo na modernização e concretizar o seu desenvolvimento. Sobretudo, foi no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) que esse plano conseguiu sua realização, sendo o arquiteto o Oscar Niemeyer e o urbanista o Lúcio Costa. O caráter desse planejamento expressava uma ideologia que se reproduziu no planejamento racional-instrumental, caracterizado pela crença de que, a partir da arquitetura, seria possível promover um novo modelo de sociedade (Santos, 2006).

Na mesma linha, Couto (2013) destaca que Brasília é moldada por certezas "naturalizadas", que são essencialmente construções ideológicas que são utilizadas para justificar e perpetuar as estruturas de poder. O Estado nacional e o mercado capitalista emergem como entidades centrais, coordenando as relações sociais e influenciando campos como o intelectual e cultural. Nesse contexto, o ato de planejar, especialmente durante o governo Kubitschek, nos anos 1950, é envolto por uma ideologia que o retrata como técnico-científico e neutro, promovendo uma administração supostamente racional, orientada apenas pelo agir técnico e formal (Bicca, 2010).

Holston (1993), na mesma direção, propõe o modernismo de Brasília como um discurso sobre o bom governo da sociedade. Arquitetura e urbanismo são apresentados como instrumentos para administrar e transformar a sociedade. Essa perspectiva ressalta o caráter político embutido na estrutura urbana, onde o espaço se torna um meio para impor ordem e controlar a população.

Todavia, este urbanismo moderno racionalista, ao buscar a modernização, muitas vezes adere a uma noção específica de progresso, frequentemente alinhada aos interesses do poder estabelecido. O que é apresentado como racional e ordenado pode, na verdade, servir a objetivos políticos, econômicos e sociais específicos. Nas palavras de Souza (2010):

Além do mais, a ideia-força central do Urbanismo modernista, *a modernização da cidade*, é, ao mesmo tempo, embora de modo não tão evidente ou ruidoso, a ideia-força central do "planejamento físico-territorial" clássico em geral, o mesmo aplicando-se as demais ideias-forças como *ordem e racionalidade* (Souza, 2010, p. 131).

Dessa forma, a defesa intransigente de Brasília – muitas vezes baseada em uma suposta luta contra a "desordem urbana", que impede o agir simbólico –, pode ser interpretada como uma tentativa de manter o controle sobre a cidade, uma ideia reforçada pela visão dos arquitetos como os guardiões da ordem. Bicca (2010) sugere que tal postura atende aos interesses da profissão, buscando controlar a cidade como um objeto sob sua jurisdição, e não, necessariamente, em favor da população em geral.

Além disso, nota-se que a utopia de um "Novo Mundo" se revela instrumental na arquitetura moderna de Brasília, porquanto a cidade é moldada pelo discurso do poder, no qual a ideia metafísica de progresso é invocada como sua legitimação. No entanto, essa busca pelo progresso, muitas vezes vinculada apenas ao sucesso capitalista, ou seja, o desenvolvimento econômico, é acompanhada por contradições que são convenientemente ignoradas em nome de uma pretensa racionalidade. Brasília, então, torna-se não apenas uma cidade física, mas uma representação mitificada da Razão, encobrendo as complexidades da história e dos sujeitos, e perpetuando ilusões ideológicas (Bicca, 2010).

Nesse contexto, sua construção e a mudança da capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central, em 1960, foram marcos significativos que delinearam um ambicioso projeto para o Brasil, conhecido como nacional-desenvolvimentismo. Esse projeto, apoiado tanto por setores da direita quanto da esquerda, propunha a industrialização do país como o remédio crucial para superar seu atraso socioeconômico. Tal movimento contava com a ativa participação do Estado, investimentos de capital estrangeiro e a colaboração da burguesia nacional associada (Cidade, 1998).

Assim, a construção de Brasília não representou apenas uma mudança geográfica, mas a expressão concreta de uma visão ousada e ambiciosa para o país. A nova capital no coração do Cerrado não simbolizava apenas a busca pela modernidade e progresso, mas também refletia a crença na capacidade do Brasil de se transformar e ascender no cenário mundial por meio do desenvolvimento econômico e da industrialização. Essa perspectiva pode ser compreendida como a expectativa de que Brasília se tornasse um farol para a emancipação nacional (Couto, 2013).

Holston (1993) destaca Brasília não apenas como a antítese da estratificação presente no território nacional, mas como seu antídoto, sugerindo que a cidade foi concebida para ser o berço de uma nova sociedade, livre das divisões sociais e das desigualdades que marcavam outras áreas urbanas.

Couto (2013) aprofunda essa análise, ao revelar que o projeto de Brasília é

intrinsecamente ligado a uma ideia de controle sobre a natureza e as contingências, exercido por meio de intervenções planejadas e racionais no espaço. Essas intervenções, combinadas com prerrogativas estratégico-militares, buscam não apenas racionalizar a paisagem, mas também disciplinar e homogeneizar as práticas sociais. O autor destaca que a racionalização do espaço, evidente no planejamento e na construção de cidades projetadas, tem um papel civilizatório sobre territórios e populações.

Em outras palavras, a utopia racionalista que fundamentou o projeto de Brasília, embora sustentada na crença no domínio da natureza e das contingências, também carregava consigo a aspiração de transformação e emancipação social. No entanto, o autor adverte que toda utopia, ao projetar uma forma de domínio, corre o risco de se tornar uma vontade de poder.

Foi o que se verificou no planejamento racional de Brasília: o espaço urbano passou a exercer influência sobre a população que dele participa. Entretanto, contrariamente à ideologia do projeto – que sugeria a criação de um modelo societário mais igualitário e progressista –, a realidade revelou-se marcada pela produção acentuada de desigualdades, uma característica intrínseca à estrutura social brasileira.

3.1.2 A segregação socioespacial como dialética interna ao planejamento

O planejamento racional, que inicialmente delineava uma ordem cuidadosa para a distribuição da população e das atividades urbanas, viu-se diante da necessidade de reavaliação. Como indicado por Medeiros e Campos (2010), o governo, diante do constante fluxo migratório, se viu compelido a construir, antes mesmo da inauguração oficial da capital, novas cidades nos arredores do Plano Piloto.

Campos (2010) destaca que esta intervenção estatal buscou, com o auxílio da Novacap, evitar alternativas de moradia consideradas desordenadas, como invasões e sublocações. Tal ação expressa a lógica do capitalismo monopolista, na qual a cidade é vista como uma unidade funcional – uma espécie de empresa previamente estudada e controlada –, como prevê, também, o planejamento racional.

Essa realização, além de ter sido uma resposta pragmática para erradicar assentamentos provisórios, acabou por introduzir um elemento de polinucleação na estrutura urbana de Brasília. Observa-se, portanto, que a cidade, ao contrário da visão inicialmente projetada, começou a configurar-se como um sistema polinucleado, composto por diversas áreas urbanas dispersas ao redor do núcleo central; e, isso se deu a fim de orientar a

acomodação dos candangos que construíram a capital. Oliveira (2008) observa que a migração para a região não fazia parte do discurso desenvolvimentista inicial, destacando a contradição entre o ideário do nacional-desenvolvimentismo e a realidade da inserção do trabalhador. Logo, essa reorientação representou não apenas uma alteração geográfica, mas também o início de uma forma incipiente de segregação.

Por essa razão, compreende-se a segregação socioespacial como uma dialética interna ao próprio planejamento. Acerca disso, Vesentini (1986) afirma:

[...] chega-se à inevitável conclusão de que *as cidades-satélites só existem devido ao plano*: é para mantê-lo que se erradicam as populações das “invasões” do Plano Piloto e se criam novas cidades-satélites; e elas não seriam possíveis sem ele, pois é pela sua preservação, com o mínimo de alterações possível, na porção principal da cidade, que se expulsam para fora dela os trabalhadores que não têm condições econômicas para desfrutarem como moradores os espaços monumentais da *civitas* (Vesentini (1986, p. 155).

Na mesma linha, Ferreira (2010) ressalta a seletivização espacial desde a construção, com o Plano Piloto destinado à elite funcional, enquanto as cidades-satélites surgiram para abrigar os trabalhadores considerados menos qualificados. Assim, a periferia emergiu prematuramente, antes mesmo da conclusão do Plano Piloto, desviando-se das especificações iniciais. Por isso, nota-se que há uma dialética ao se pensar no planejamento de Brasília, especialmente na relação entre centro e periferia, representada pelo Plano Piloto e as cidades-satélites, respectivamente. Como afirma o autor:

[...] o surgimento da periferia concomitante à implantação do centro, não como oposição, mas como complementação, como parte necessária de um todo: a cidade segmentada em classes e fragmentada espacialmente. No centro, localizavam-se as funções ligadas ao centro do poder, enquanto a periferia abrigava os trabalhadores de baixa renda e as funções relativas à reprodução da força de trabalho envolvida na construção da cidade (Ferreira, 2010, p. 140).

Dessa forma, temos a cidade meticulosamente planejada conforme os preceitos do urbanismo racionalista, prometendo uma elevada qualidade de vida. Por outro lado, emergem cidades, sejam espontâneas ou planejadas, que brotam sem a mesma meticulosidade estratégica observada no Plano Piloto. Essas áreas periféricas carecem de infraestrutura adequada, não proporcionando a mesma excelência espacial concebida na nova capital, o que resulta numa espécie de “*apartheid* territorial” (Sabbag, 2012).

Por isso, é importante compreender a relação entre o Plano Piloto e as cidades satélites como parte de um mesmo planejamento. Nessa mesma perspectiva, Vesentini (1986, p. 155) declara que “ao invés de negarem o plano urbanístico, as cidades-satélites de fato o afirmam”. Para o autor, essas cidades são parte do plano e existem para mantê-lo, já que foram criadas a partir da erradicação das populações oriundas de invasões do Plano Piloto.

Souza (2008) ressalta a relação bidirecional entre o espaço social e as relações sociais, indicando que a organização espacial reflete a sociedade que a produziu, mas também influencia os processos sociais subsequentes. Ao aplicar essa perspectiva a Brasília, observa-se que, embora o projeto original tenha sido concebido como uma utopia planejada para instigar uma forma alternativa de sociedade, a segregação, que se insinuou nesse plano como forma de adaptação, conforme mencionado anteriormente, paradoxalmente perpetuou dinâmicas sociais semelhantes às presentes em outras cidades do país.

O desenho inicial da capital, pensado como um divisor de águas na organização social, acabou refletindo e, de certa forma, consolidando as estratificações e segregações sociais já existentes no contexto nacional. Assim, a relação intrincada entre o espaço urbano e as relações sociais em Brasília revela-se não apenas como um espelho da sociedade, mas também como um agente ativo na configuração e reconfiguração dos padrões sociais moldados pelo Estado.

Todavia, como já mencionado, a concepção inicial de Brasília era tida como uma utopia urbanística, um espaço dissociado dos problemas sociais típicos das cidades brasileiras, porém, logo cedo confrontou-se com a realidade. Sobre isso, Holston afirma o seguinte:

Embora Brasília tivesse sido concebida com vistas à criação dessa sociedade modernizada, foi uma sociedade inteiramente diferente a que a construiu e ocupou. Na diferença entre as duas reside a contradição básica com a qual começa a história da cidade construída. Essa história constitui um “abrasileiramento” da cidade, uma “contra brincadeira”, pode-se dizer, à “brincadeira” de Lucio Costa no seu plano piloto, já que o dinamismo da sociedade brasileira inequivocamente destruiu as esperanças utópicas que o plano continha (Holston, 1993, p. 105).

Ao buscarem criar uma cidade idealizada, diferente das demais brasileiras, os planejadores acabaram incorporando os mesmos mecanismos de estratificação social e repressão presentes na sociedade que pretendiam transcender. Essa contradição fundamental, longe de ser uma simples inversão, gerou uma dinâmica peculiar na evolução de Brasília, especialmente ao se considerar o agir simbólico. O que se testemunhou foi um processo de “abrasileiramento” da cidade, no qual a sociedade brasiliense desenvolveu-se a partir da interação complexa entre elementos utópicos e distópicos. Nesse sentido:

Esta dialética gerou novas iniciativas administrativas à medida que os planejadores tentavam manter o real em sintonia com o imaginado. Essas diretivas, entretanto, apenas reiteraram o paradoxo inicial: pois os planejadores reagiam à deformação de seus planos exorcizando os fatores que consideravam responsáveis por isso (como invasões e favelas, crescimento caótico, e organização política subversiva) por meio das mesmas medidas distópicas (negando direitos políticos, reprimindo associações voluntárias e restringindo a distribuição de benefícios públicos). Assim, ao combinar as contradições básicas das premissas de Brasília, criaram uma versão exagerada – quase uma caricatura – daquilo de que procuravam escapar. Suas iniciativas produziram uma cidade única, mas não a que imaginavam. Na verdade, fizeram de Brasília um exemplo de estratificação social e espacial – que demonstra claramente,

además, o papel do governo na promoção da desigualdade (Holston, 1993, p. 200).

O embate entre o idealizado e o real revelou-se como uma dialética complexa, geradora de iniciativas que, não espontaneamente, contribuíram para a formação de uma Brasília distópica. Ou seja, o resultado da utopia moderna se tornou uma cidade que reflete o Brasil, e não uma ruptura com as suas raízes.

O desenvolvimento urbano de Brasília, conforme abordado por diferentes autores, evidencia uma complexa dinâmica multifacetada entre o planejamento utópico, a intervenção estatal, a segregação espacial e a realidade social (Cidade, 2010; Gioverardi, 2010; Medeiros e Campos, 2010; Oliveira, 2008; Paviani, 2010; Sabbag, 2012). Holston (1993) destaca a contradição presente na tentativa de excluir, por meio de medidas distópicas, fatores considerados responsáveis por “deformar” os planos originais de Brasília, como as invasões e as favelas. Esse processo resultou em uma estratificação social e espacial, produzindo uma cidade única, mas não como fora imaginada inicialmente.

3.1.3 A situação espacial dos sujeitos e as contra-racionalidades no DF

Santos (2006) argumenta que, diante da racionalidade dominante, que busca conquistar tudo, pode-se falar de irracionalidade do ponto de vista dos não beneficiados. Assim, surgem contra-racionalidades como resposta à produção deliberada de situações não razoáveis:

Essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais "opacas", tornadas irracionais para usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea. Essa experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente (Santos, 1926-2001, p. 210).

Nesse contexto, torna-se evidente que a racionalidade-instrumental que guiou o planejamento de Brasília teve como efeito direcionar os migrantes a uma condição de desigualdade, especialmente ao excluí-los do acesso à moradia no centro da cidade. Apesar da ideologia e da promessa de esperança que o projeto da nova capital ofereceu a esses indivíduos, a realidade resultou na produção de contra-racionalidades no Distrito Federal.

Essas contra-racionalidades podem ser compreendidas como as tentativas de sobrevivência da população empobrecida, submetida à lógica de segregação e estratificação da capital. Isso porque a distribuição de infraestruturas, como destaca Santos (2001), decorre de um planejamento que serve predominantemente aos interesses dos atores hegemônicos. E,

no caso de Brasília, na preservação do Plano Piloto. Esse processo, decidido e conduzido por uma minoria planejadora, requer que a massa de sujeitos se ajuste ao movimento das coisas, mesmo que de forma irracional.

Essas mudanças introduzidas pela 'vida' no projeto de Lúcio Costa, ao renegar certos elementos do plano original, essencialmente replicam processos presentes em todas as cidades formadas por contradições sociais semelhantes. O urbanismo de Brasília, porém, não se propõe a confrontar essa crescente expropriação do indivíduo enquanto sujeito de sua existência. Pelo contrário, o urbanismo racionalista apenas sistematiza essa alienação, impulsionando-a adiante e, na medida do possível, procurando estendê-la a todos os grupos sociais que, até então, não estavam completamente alienados (Bicca, 2010).

Essa alienação pode ser compreendida à luz do que Santos (2006) afirma acerca da relação da razão técnica:

Em virtude do papel dos objetos técnicos, a ação é cada vez mais racional, mas a sua razão é, frequentemente, uma razão técnica. Dentro de uma ordem pragmática, a racionalidade do que é fim para outrem acaba sendo a racionalidade do meio e não a do sujeito (Santos, 2006, p. 81).

Em vista disso, a associação entre a produção limitada de racionalidade e a ampla produção de escassez, conforme Santos (2006), leva os atores excluídos a buscar formas alternativas de racionalidade. A racionalidade dominante, ao não contemplar as necessidades desses grupos, acaba por produzir seus próprios limites, conduzindo-os à busca de alternativas para a sobrevivência – ainda que estas precisem romper com a proposta instrumental de planejamento – ou seja, não contribuem para sua finalidade e parecem se distanciar de sua ideologia.

A concepção inicial de Brasília rejeitava duas vezes o Brasil antigo: negava tanto seu subdesenvolvimento quanto sua existência urbana (Holston, 1993). Quando, no entanto, esses elementos tornam-se evidentes na cidade, revelam-se como irracionais, visto que não correspondem ao que se esperava da razão instrumental de seu plano: um outro modelo de sociedade a partir da arquitetura moderna.

A irracionalidade, portanto, emerge como manifestações não plenamente compreendidas dentro do domínio da razão, ou seja, além do que se esperava atingir de maneira cartesianamente delineada. Nesse sentido, ela parece desconectada do ideal preconcebido e do planejamento estruturado. No entanto, é imperativo enxergar a racionalidade e a irracionalidade como elementos intrínsecos de um mesmo processo:

A “razão” invocada, a pretexto de ser universal e garantir julgamentos imparciais, abafa a alteridade, exclui e serve à opressão, por assumir como ideal um conjunto homogêneo de cidadãos, em que a “norma” implícita são os valores e

comportamentos dominantes, o que nega ou diminui os valores de grupos oprimidos [...] (Souza, 2010, p. 326).

A migração dos trabalhadores para construir Brasília, os "candangos", trazia a esperança de dias melhores, alimentada pelas promessas políticas da época. No entanto, como foi visto, a realidade mostrou-se distante desse ideal. Giovenardi (2010) destaca que a maior parte das pessoas que se dirigiu a Brasília o fez com a expectativa simples e espontânea de que a capital cumprisse sua função principal de servir àqueles que realmente necessitavam, retirando-os do atraso e do abandono ao qual estavam relegados. Essa interpretação direta da população talvez não estivesse alinhada com os planos e conceitos ideológicos daqueles que ousaram transferir a capital para o centro do país.

Observa-se, portanto, como a situação desses sujeitos que procuraram a capital como refúgio se perpetua devido ao planejamento da cidade e do lugar que lhes foi destinado. Percebe-se que esse deslocamento estava predominantemente associado às condições de penúria no lugar de origem e à falta de serviços urbanos e comunitários nessas áreas, mais do que à disponibilidade de habitação em Brasília (Gouvea, 2010). Dessa forma, nota-se que as necessidades que deveriam ter sido supridas antes permanecem sem solução na capital, embora o ideal construído para atrair migrantes propusesse essa expectativa.

Todavia, é possível discernir uma configuração espacial duradoura, em que a influência colonial, mesmo ao longo do tempo, permanece como um fator subjacente que continua a influenciar e modelar as dinâmicas espaciais no presente. “Não se negou aos recém-chegados, o espaço suficiente para levantar quatro paredes, mas com eles se praticou a discriminação e um tipo de segregação paternal sem deixar de marcar as diferenças e mantê-las” (Giovenardi, 2010, p. 436). Dessa forma, torna-se imperativo destacar a história e o contexto desses migrantes para compreender a continuidade das carências a que ainda estão submetidos.

Santos (2006) enfatiza que, embora a ordem técnica e normativa se imponham, a força da transformação, a surpresa e a recusa ao passado advêm do agir simbólico. Aqui, a afetividade e os modelos de significação desempenham um papel crucial, desafiando a rigidez das esferas técnica e formal.

Em suma, as interações complexas entre o agir técnico, formal e simbólico revelam a tensão entre diferentes racionalidades e apontam para a necessidade de uma compreensão mais ampla e integrada do comportamento humano, considerando não apenas o calculado formal almejado pelo planejamento racional-instrumental, mas também os aspectos simbólicos e afetivos, que são os que possibilitam ao sujeito participar do espaço e tomar

consciência dele.

3.2 A ESTRUTURAL NO CONTEXTO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO RACIONAL-INSTRUMENTAL DE BRASÍLIA

O Plano Piloto foi concebido para materializar uma cidade formal, planejada e setorizada, seguindo os preceitos modernistas de organização e funcionalidade. No entanto, esse projeto urbano não contemplou as necessidades das populações trabalhadoras, especialmente dos migrantes responsáveis pela construção e manutenção da capital, que foram sistematicamente excluídos do espaço planejado.

A ocupação da área onde hoje se localiza a Cidade Estrutural ocorreu de forma espontânea, em torno do antigo lixão, espaço que simboliza a marginalização urbana resultante dessa lógica de exclusão. Ignorada pelas políticas habitacionais e urbanísticas durante anos, a região se desenvolveu sem infraestrutura básica, serviços públicos ou reconhecimento institucional, expondo as limitações de um planejamento que privilegiou a cidade formal em detrimento da realidade vivida pela população de baixa renda.

A trajetória de formação do Lixão da Estrutural e, conseqüentemente, da própria Cidade Estrutural, bem como o processo de inserção dos catadores nesse território serão detalhados na próxima seção.

3.2.1 Contextualização do surgimento da RA, do Lixão e dos catadores naquele território

Como visto no tópico anterior, é possível compreender que o surgimento da Cidade Estrutural também está diretamente relacionado às contradições do projeto modernista de Brasília (Holston, 1993). A construção da nova capital representou um esforço de modernização do território brasileiro, mas também trazia uma carga simbólica e imaginária de racionalidade e ordem. Nesse sentido, “é difícil tratar o percurso da formação de uma cidade (ou da metrópole Brasília) no pleno da racionalidade, pois é também representação possível de um real imaginado” (Costa; Peluso, 2016a, p. 7). A racionalidade do urbanismo modernista, longe de se realizar plenamente, acabou sendo desafiada pela complexidade social e territorial que emergia ao seu redor.

O projeto urbano de Lúcio Costa foi idealizado para abrigar uma determinada classe social, negando espaço aos trabalhadores que ajudaram a construir a cidade (Vasconcelos, 2017). A implementação do Plano Piloto, como enfatizam Costa e Peluso (2016a), implicava na exclusão de um Brasil negligenciado, que se urbanizava à margem das políticas públicas:

“Recusavam-se as ‘multidões’ que ‘invadiam’ o espaço-modelo e nele pretendiam se alojar” (p. 31). Essas populações buscavam, por meio da moradia, sua inserção no espaço urbano e social de Brasília, o que gerou uma fragmentação territorial marcada pela criação de áreas periféricas, como a Vila Estrutural.

A origem da Cidade Estrutural remonta à década de 1960, quando se iniciou a disposição de resíduos sólidos urbanos na área hoje conhecida como Lixão da Estrutural. Próximo a esse espaço, catadores de materiais recicláveis começaram a construir moradias precárias feitas com restos de madeira, latas e plásticos encontrados no próprio lixo (Campos, 2018a). Segundo a Codeplan (2024), a ocupação da área foi inicialmente tímida, com menos de cem barracos até o início dos anos 1990.

O Lixão do Jóquei, como era conhecido, passou a concentrar a destinação de todo o lixo do Distrito Federal a partir dos anos 1970, acumulando, ao longo de décadas, cerca de 40 milhões de toneladas de resíduos, conforme estimativas do Serviço de Limpeza Urbana (SLU) (Campos, 2018a). Isso reforça a precariedade e a marginalização a que estavam submetidos os catadores e moradores da região.

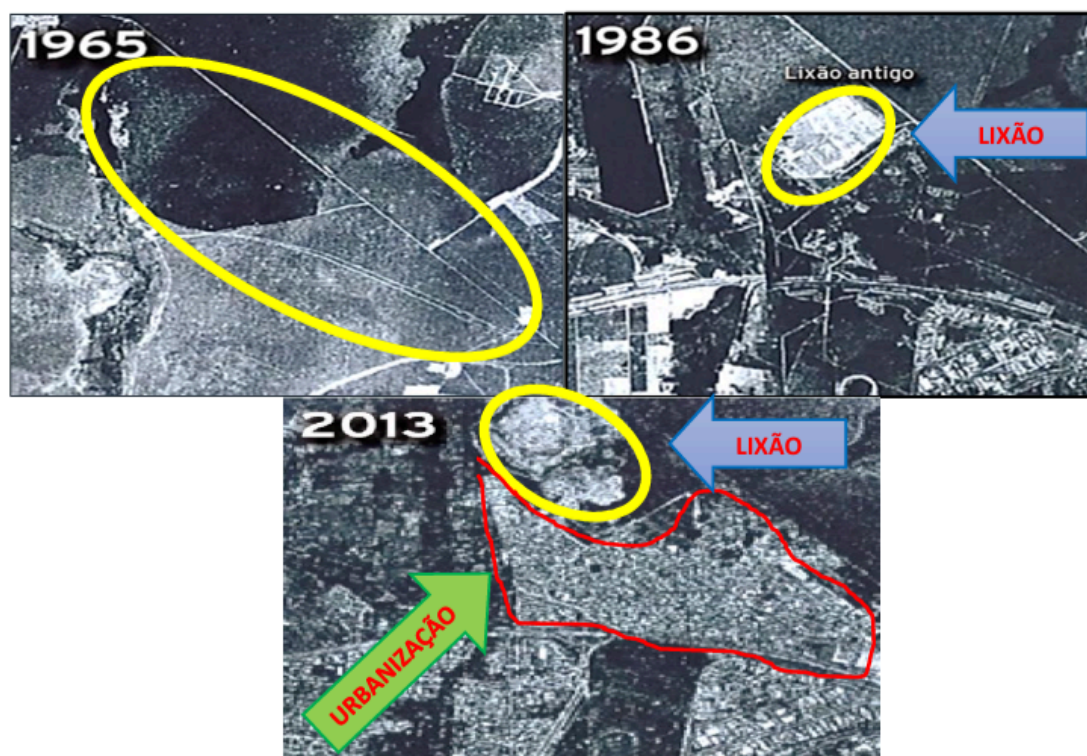
Ao redor desse espaço marginalizado, iniciou-se a formação de moradias precárias por catadores de materiais recicláveis, que viam ali uma oportunidade de sobrevivência. Essas moradias cresciam à margem da cidade, formando o que viria a se consolidar como a Vila Estrutural, originalmente pertencente à Região Administrativa do Guará. Essa vila cresceu rapidamente e de forma desordenada, mesmo diante de riscos evidentes, como a proximidade com o poliduto da Petrobras e nascentes do Parque Nacional de Brasília.

Todavia, segundo Lima (2020), a construção da DF-095, conhecida como Via Estrutural, impulsionou ainda mais a ocupação da área, que passou a atrair novos moradores e a ser informalmente reconhecida por esse nome. Em 1997, a região já abrigava cerca de 3.000 habitantes. Nesse mesmo ano, o Governo do Distrito Federal tentou remover os barracos, mas encontrou forte resistência da população e apoio de lideranças políticas locais (Costa; Peluso, 2016a).

A urbanização da Vila Estrutural foi sendo formalizada de forma lenta e parcial. Em 1997, foi aprovada a primeira etapa do projeto urbanístico do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA), mas sua implementação foi limitada devido à permanência da ocupação informal. A partir de 1989, a área passou a integrar oficialmente o SCIA e, em 2004, foi desvinculada do Guará com a criação da Região Administrativa XXV, passando a se chamar Cidade Estrutural e tornando-se sua sede urbana (Costa; Peluso, 2016a; Distrito Federal, 2003). Em 2006, com a promulgação da Lei Complementar nº 715, a área foi

declarada como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), o que possibilitou o avanço de seu processo de regularização fundiária (Codeplan, 2018).

Figura 1 - Lixão da Estrutural (1965, 1986 e 2013)



Fonte: Pereira, 2015.

A história da Cidade Estrutural, portanto, revela os paradoxos de um projeto urbano

que, ao tentar excluir a informalidade, acabou por gerar novas formas de ocupação à margem da cidade planejada, como pode ser visto na imagem acima. As populações que resistiram às margens do “real imaginado” de Brasília criaram seus próprios modos de habitar, revelando a complexidade social invisibilizada pelos discursos da racionalidade instrumental urbanística.

Essa memória também é marcada por conflitos, exclusões e resistências (Mosna, 2020). Desde sua origem, a ocupação da área foi atravessada por processos de disputa territorial que revelam as contradições do modelo de desenvolvimento urbano do Distrito Federal. Como apontam Costa e Peluso (2016a), o Estado se apresenta como onipotente ao exercer o controle social por meio da violência, mantendo seu aparato repressivo para conter as chamadas “desordens”. Na Estrutural, isso se traduziu em embates constantes pela conquista e manutenção de moradias, compondo um “imaginário feito na guerra” que permanece vivo na memória coletiva dos moradores, segundo os autores supracitados.

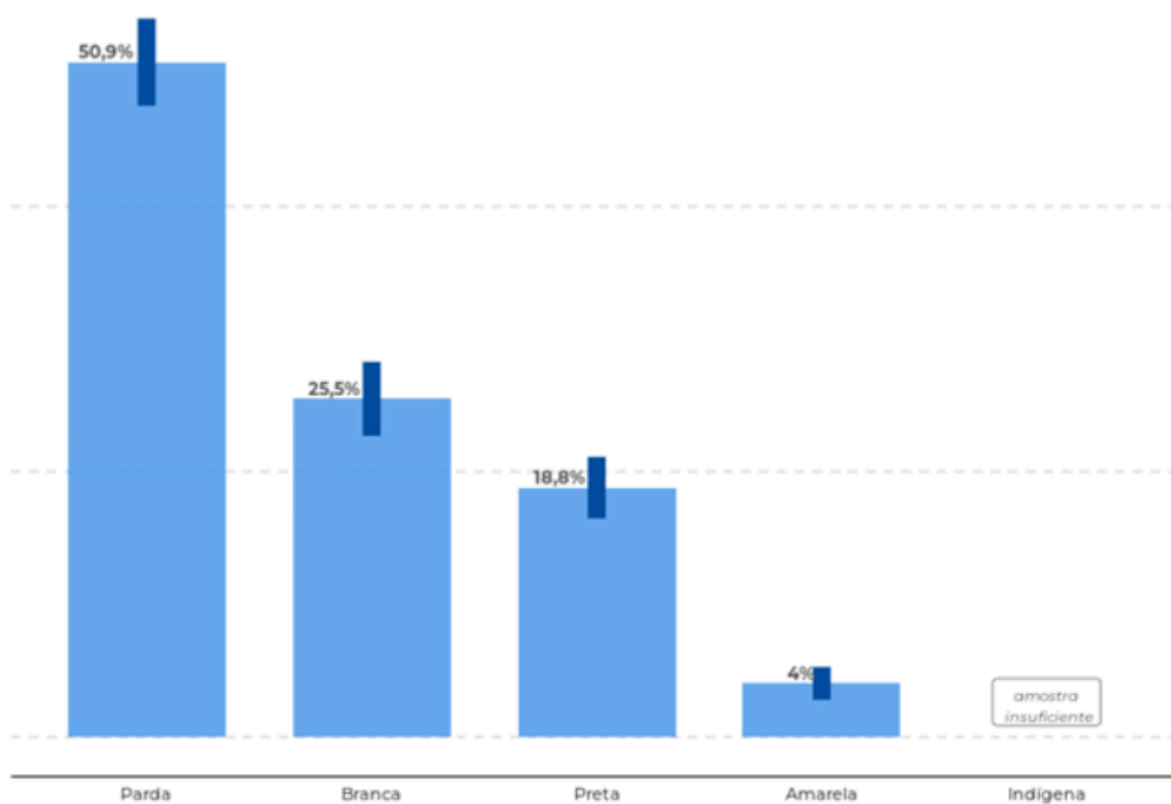
Esses conflitos não foram apenas simbólicos. Durante o processo de consolidação da ocupação, no final de 1994, entre a eleição e a posse do então governador Cristovam Buarque, ocorreu uma intensa mobilização liderada por sem-tetos e deputados distritais, que resultou em um processo de ocupação acelerada e desordenada (Dourado; Abreu; Jorge, 2020). O governo, diante da impossibilidade de remover os ocupantes, estabeleceu uma administração militar no local (Campos, 2018a). Ainda assim, a repressão continuou: entre 1997 e 1998, foi deflagrada a chamada Operação Tornado, com o objetivo de conter a ocupação e proteger o patrimônio público e o meio ambiente. A operação culminou em um episódio trágico em agosto de 1998, quando uma intervenção policial resultou na morte de três moradores e ferimentos em vários outros, em uma área que passou a ser conhecida como Rua do Calvário (Campos, 2018a).

A violência do Estado contrasta com a ausência histórica de políticas públicas na região (Campos, 2018b). A população da Estrutural sofre tanto com a omissão quanto com a criminalização e responsabilização pela degradação ambiental nos arredores do Parque Nacional de Brasília (Lima, 2020). No entanto, mesmo diante do descaso, os moradores se organizaram em movimentos sociais para lutar por moradia digna, acesso à infraestrutura e serviços públicos. Essa mobilização é parte essencial da trajetória da comunidade, que busca se afirmar como sujeito coletivo no espaço urbano.

Apesar da origem marcada pelo Lixão da Estrutural, os moradores tentam hoje construir outra narrativa identitária (Mosna, 2020). Muitos negam essa origem ao dizer que “não havia nada aqui”, embora recordem o cheiro forte e os indicadores do lixo que dificultavam a circulação: “a gente não podia nem andar aqui, fedia demais” (Costa; Peluso,

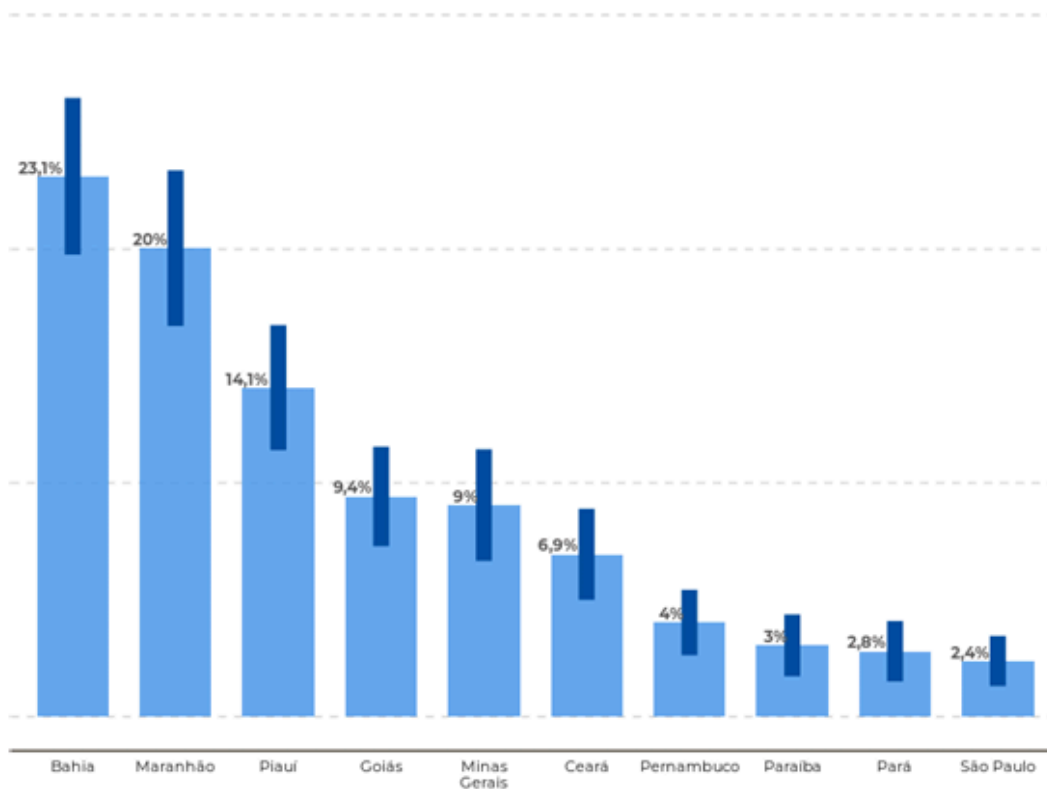
2016a, p. 31). A tentativa de ruptura simbólica com o passado expressa-se também na valorização de novas centralidades, como a Cidade do Automóvel, situada em direção oposta ao antigo lixão.

Ainda assim, os desafios da infraestrutura persistem. Grande parte dos terrenos da Estrutural é irregular e muitos domicílios ainda utilizam fossas rudimentares, refletindo a negligência histórica do poder público (Costa; Peluso, 2016a). Ademais, a renda média da população local é inferior à de outras regiões de baixa renda do DF, o que evidencia a condição de vulnerabilidade socioeconômica da comunidade (Codeplan, 2024).

Figura 2 - Raça/cor da população – SCIA (2024)

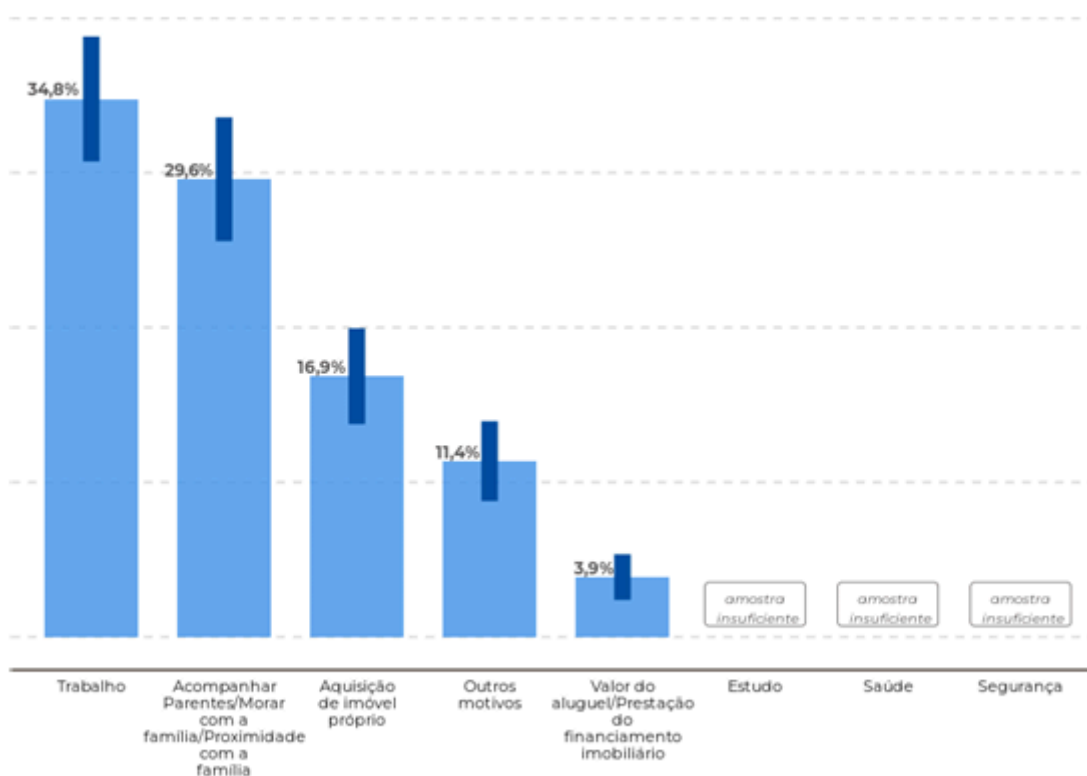
Fonte: Instituto de Pesquisa Estatística do Distrito Federal (IPEDF). *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD*, 2024.

Figura 3 - Origem dos migrantes – SCIA (2024)



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF). *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD, 2024.*

Figura 4 - Motivos da mudança de moradia – SCIA (2024)



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF). *Pesquisa Distrital por Amostra de*

Domicílios – PDAD, 2024.

Os dados apresentados pela Codeplan (2024) revelam aspectos importantes sobre a composição demográfica da população da Cidade Estrutural, evidenciando não apenas suas origens, mas também os processos sociais que levaram à ocupação do território.

A maioria dos moradores se autodeclara parda, o que reflete, de forma clara, as marcas históricas da desigualdade racial no Brasil e a concentração da população negra em territórios socialmente vulneráveis. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), há uma correlação entre a autodeclaração racial e as condições socioeconômicas no país, evidenciando a permanência de desigualdades estruturais. Como argumenta Jessé Souza (2006), a população negra é majoritariamente empurrada para as camadas mais baixas da sociedade, ocupando espaços marcados pela precariedade e exclusão.

Além disso, muitos dos residentes não nasceram na própria Estrutural, tendo migrado para a região principalmente por dois motivos: o desejo de acompanhar parentes que já estavam estabelecidos e a busca por oportunidades de trabalho, ainda que precárias. Entre os migrantes, observa-se um predomínio daqueles oriundos de estados do Nordeste, o que confirma um padrão recorrente no Distrito Federal – a vinda de nordestinos em busca de melhores condições de vida, muitas vezes empurrados para as bordas da cidade formal, onde enfrentam dificuldades de acesso à moradia digna, infraestrutura e serviços públicos (Brandão; Corrêa, 2003). Dessa forma, o perfil da população da Estrutural traduz um processo mais amplo de marginalização urbana e racial, refletindo a lógica excludente que marca a urbanização do Distrito Federal desde sua origem.

A Estrutural, portanto, é fruto de um duplo movimento: exclusão e resistência. Se, por um lado, se apresenta como “*locus* privilegiado da política de controle ou domínio dos votos de cabresto” e local de “passadas guerras pela posse da terra” (Costa; Peluso, 2016a, p. 24), por outro, é também espaço de construção coletiva de pertencimento e de luta por direitos. A apropriação do território pela população, mesmo sob a sombra da violência e da repressão, revela a potência das práticas sociais na disputa por moradia, dignidade e cidadania (Sampaio, 2020).

Apesar do estigma, da precariedade e da marginalização, a comunidade se organizou. A mobilização popular resultou em conquistas importantes, como a criação da Região Administrativa da Estrutural, em 2004, e sua transformação em ZEIS, em 2006, por meio da Lei Complementar nº 715 (Distrito Federal, 2006). Esse reconhecimento legal foi crucial para possibilitar projetos de regularização fundiária e garantir, ao menos juridicamente, o direito à moradia (Codeplan, 2018).

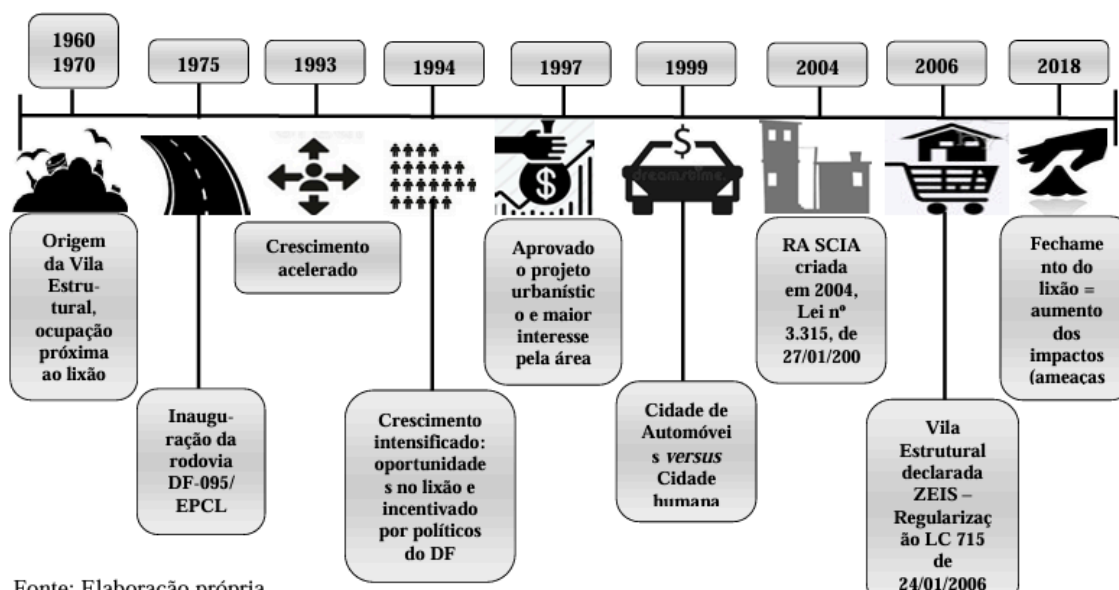
Conforme Salgado (2016a), o Lixão da Estrutural não foi apenas um local de destinação de resíduos sólidos: ele foi o epicentro de uma profunda desigualdade social e ambiental, expressão de um modelo de desenvolvimento urbano excludente. Como observa Lima (2020), esse espaço não surgiu por acaso, mas como consequência direta de um sistema que privilegia o consumo e o lucro, marginalizando os direitos sociais e a sustentabilidade. Segundo a autora, a geração acelerada de resíduos, somada à expansão urbana desordenada, contribuiu para um processo de segregação socioespacial dentro do próprio território do Distrito Federal.

Durante décadas, o Lixão recebeu, além das 2.700 toneladas diárias de resíduos domiciliares e públicos, cerca de 5.000 toneladas de entulho da construção civil, muitas vezes oriundos da iniciativa privada e despejados sem o devido pagamento ao poder público (Campos, 2018a)

Nesse cenário, os catadores se tornaram agentes centrais da cadeia informal de reciclagem. Eram eles que separavam e comercializavam metais, fios, plásticos, papelão, móveis, eletrodomésticos e até alimentos descartados por supermercados, que serviam de sustento para muitas famílias – inclusive crianças (Campos, 2018a). Em 1993, já havia o registro de 393 famílias vivendo nas imediações do lixão, sendo 149 diretamente envolvidas com a catação (Costa; Peluso, 2016b). Um ano depois, esse número havia praticamente dobrado, chegando a cerca de 700 famílias (Campos, 2018a).

O processo de fechamento do lixão e a tentativa de formalização do trabalho dos catadores na cadeia de resíduos sólidos foram passos importantes, mas insuficientes para reparar as décadas de negligência. Como destaca o estudo de caso desenvolvido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2020), a inclusão desses trabalhadores na cadeia formal é um desafio contínuo, que exige políticas públicas eficazes, sensíveis à realidade social e ao histórico de lutas da população local.

Figura 5 - Ocupação da Estrutural – Linha do tempo



Fonte: Elaboração própria.
Fonte: LIMA, 2020.

Com isso, apesar do cenário de abandono e exclusão, a Estrutural também é marcada pela luta por direitos, identidade territorial e pertencimento, em um processo constante de afirmação social frente ao planejamento urbano excludente da capital federal e ao agir simbólico de seus habitantes (Mosna, 2020). A História da Estrutural, portanto, revela as contradições do planejamento urbano moderno, sendo atravessada tanto pela exclusão quanto pela resistência, resiliência e reexistência (Costa; Peluso, 2017).

A Estrutural se consolidou em torno do Lixão, que simboliza a marginalização socioespacial e ambiental imposta por um modelo urbano excludente, no qual os catadores desempenharam papel central na reciclagem informal, muitas vezes em condições precárias. A desativação do Lixão, em 2018, representou um marco importante na busca por melhores condições ambientais e sociais, mas não foi suficiente para reparar as décadas de negligência e exclusão vividas pela população local. Apesar de avanços institucionais, como a criação da Região Administrativa e o reconhecimento da área como ZEIS, a precariedade persiste, e a inclusão plena dos catadores na cadeia formal de resíduos ainda representa um desafio urgente para a construção de justiça social e urbana no Distrito Federal.

3.2.2 A racionalidade instrumental do planejamento para a desativação do Lixão.

A história do fechamento do Lixão da Estrutural no Distrito Federal é marcada por sucessivos esforços institucionais, impasses políticos e desafios socioambientais. Desde a década de 1980, movimentos e propostas para a sua desativação se intensificaram, refletindo preocupações com os riscos ambientais e à saúde pública decorrentes da disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos (Capelari *et al.*, 2020).

O primeiro movimento concreto do governo do Distrito Federal com vistas ao fechamento do Lixão ocorreu apenas em 2011, com a publicação do Decreto nº 32.922/2011 pela gestão de Agnelo Queiroz, nos primeiros meses de mandato (Capelari *et al.*, 2020). Naquele momento, o SLU assumiu papel central na condução da iniciativa. No entanto, como apontam Capelari *et al.* (2020, p. 155), as tentativas esbarraram em limitações estruturais do órgão, que, embora atuasse com outros entes, não possuía autoridade suficiente para liderar um processo de tal envergadura: "as evidências apontaram para a falta de poder da SLU, que não conseguia deliberar devido à ausência intrínseca de autoridade perante outros órgãos".

A ausência de prioridade política compartilhada entre os diferentes órgãos também dificultava o andamento das ações. Segundo depoimento de um dos entrevistados pela pesquisa de Capelari *et al.* (2020, p. 155), "trabalhavam juntas com a SLU, mas não era prioridade dos chefes destes dois órgãos o fechamento do Lixão, assim como era prioridade para o chefe da SLU".

Com a eleição de Rodrigo Rollemberg, em 2014, o novo programa de governo apresentou um conjunto abrangente de propostas para o setor de saneamento e resíduos sólidos. Entre elas, destacavam-se a reestruturação institucional da gestão de resíduos, a implantação de um aterro sanitário, o encerramento do Lixão da Estrutural, sua recuperação ambiental, bem como o fortalecimento das cooperativas de catadores, inclusive com incentivos à reciclagem (Campos, 2018a). Essas medidas tiveram o respaldo institucional para acabar com os lixões a céu aberto, a partir da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e da Política Distrital de Resíduos Sólidos (PDRS). Ademais, ainda durante a montagem do novo governo, Rollemberg solicitou à equipe do SLU uma ação "forte e decisiva" para viabilizar o fechamento do lixão (Campos, 2018a, p. 208).

A necessidade de desativação do Lixão da Estrutural envolvia tanto fatores socioambientais quanto questões de capacidade física. Conforme apontado por Campos (2018a), havia uma urgência crescente nessa ação, uma vez que o local, há décadas, já dava sinais de saturação e se aproximava de seu limite de capacidade, o que intensificava as pressões por sua desativação.

Além da exaustão da área, pesavam questões polêmicas que reforçavam a necessidade de encerramento: (i) a localização do aterro nas proximidades do Parque Nacional de Brasília, ameaçando uma importante unidade de conservação; (ii) os impactos ambientais provocados pelas águas percoladas (chorume), que estavam sendo direcionadas, parcial ou integralmente, para o interior do parque, comprometendo seu *habitat* natural e, especialmente, as águas subterrâneas; e (iii) a situação dos catadores de materiais recicláveis que, sem qualquer

vínculo formal com o SLU, trabalhavam em condições degradantes e eram frequentemente vítimas de acidentes graves, inclusive fatais (Neves; Maia; Reis, 2017).

A saturação física do lixão, portanto, somava-se a graves problemas sociais e ambientais, evidenciando a urgência de sua desativação e a necessidade de reestruturação das práticas de gestão de resíduos sólidos no Distrito Federal.

Ainda assim, ficou evidente que o SLU, isoladamente, não tinha condições de liderar esse processo. Por isso, a condução estratégica das ações foi transferida para o recém-criado Escritório de Projetos Especiais, ligado ao gabinete do governador, que passou a articular tecnicamente os diversos órgãos envolvidos (Campos, 2018a).

Por meio das metodologias do *Project Management Institute* (PMI), o Escritório organizou as ações no escopo do Programa de Desativação do Aterro do Jóquei, que envolvia múltiplos projetos intersetoriais (Campos, 2018a):

Figura 6 - Estrutura Analítica do Programa



Fonte: Neves; Maia; Reis, 2017.

Em consonância com a legislação federal – especialmente a PNRS (Lei nº 12.305/2010) –, o governo distrital instituiu o Decreto nº 36.437/2015, que criou um Grupo de Trabalho composto por 17 órgãos para a elaboração de um Plano de Intervenção (Sampaio, 2020). No mesmo ano, foi decretada situação de emergência na limpeza urbana do DF (Decreto nº 36.528/2015), reforçando o caráter prioritário das ações (Sampaio, 2020).

A legislação nacional, principalmente a PNRS, determinou metas claras para a erradicação dos lixões, a promoção da disposição final ambientalmente adequada dos resíduos e a inclusão socioeconômica dos catadores (Brasil, 2010, arts. 3º, 17, 47 e 48). De forma convergente, a PDRS, instituída pela Lei nº 5.418/2014, reforçou a proteção à saúde pública, o incentivo à reciclagem, o apoio às cooperativas de catadores e a retirada de moradores de lixões (Distrito Federal, 2014, arts. 2º, 4º, 37 e 38).

Entretanto, a PNRS é resultado de uma dinâmica instável, fruto da disputa hegemônica

entre diversas forças sociais e projetos divergentes. Conforme Severi (2014), essa disputa se manifesta em discursos que articulam diferentes perspectivas: a sustentabilidade ambiental; a economia solidária; a valorização econômica dos resíduos; o "esverdeamento" da economia; a governança democrática; a integração dos catadores; e a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

Os princípios gerais da PNRS que orientam a integração dos catadores na responsabilidade compartilhada incluem a visão sistêmica da gestão de resíduos sólidos – considerando as dimensões ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública –, o desenvolvimento sustentável, a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, do setor empresarial e da sociedade, o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como bem econômico e de valor social, além da garantia do direito da sociedade à informação e ao controle social (Severi, 2014).

Contudo, apesar do aparato normativo, o condicionante técnico fundamental para viabilizar o encerramento do lixão era a construção de um aterro sanitário que garantisse a disposição final dos rejeitos de forma ambientalmente adequada (Sampaio, 2020). A superação dessa etapa permitiu que, em janeiro de 2018, o Lixão da Estrutural encerrasse definitivamente suas atividades de recebimento de resíduos urbanos (Sampaio, 2020).

Paralelamente, foi implantado um novo modelo de coleta seletiva, envolvendo ações de logística reversa e coleta solidária em órgãos públicos, buscando aumentar a qualidade dos recicláveis processados nas instalações de recuperação (Campos, 2018a).

O encerramento do Lixão da Estrutural marcou, portanto, um avanço significativo no cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Política Nacional e Distrital de Resíduos Sólidos.

Durante a gestão de Agnelo Queiroz (2011–2014), o processo de formulação e implementação de estratégias para o fechamento do Lixão da Estrutural foi marcado por uma dinâmica institucional descentralizadora. Segundo Capelari *et al.* (2020, p. 155), a descentralização decisória no interior do governo gerou uma autonomia dispersa entre os diferentes órgãos públicos envolvidos, o que comprometeu a eficácia das ações. Tal cenário, segundo os autores, acabou por favorecer uma “corrida individualizada de cada órgão em defesa de sua própria agenda de resíduos sólidos”, reduzindo significativamente os espaços de cooperação interinstitucional e a capacidade de atuação conjunta em torno de um objetivo comum.

Esse processo fragmentado de governança revelou-se um obstáculo para a construção de uma estratégia integrada e eficiente. Como apontam os autores supracitados, “a gestão

Agnelo não apresentou elementos suficientes para uma coordenação efetiva do processo de encerramento do Lixão”, resultando na inviabilização de sua conclusão durante o mandato (Capelari *et al.*, 2020, p. 156). Faltou, portanto, uma instância de articulação central que pudesse harmonizar os interesses dos diversos setores da administração pública e garantir a execução de um plano consistente, tanto do ponto de vista técnico quanto político.

A comparação entre as gestões de Agnelo Queiroz e Rodrigo Rollemberg, no que se refere ao fechamento do Lixão da Estrutural, revela que a diferença crucial entre os dois governos não residiu no conteúdo das propostas, mas na forma como elas foram operacionalizadas. Conforme analisado por Capelari *et al.* (2020), ambos os governos apresentaram planos semelhantes quanto aos objetivos e diretrizes; porém, a execução sob o mandato de Rollemberg se destacou pela estrutura de governança mais coesa e pela centralização estratégica do processo decisório.

Embora tenha havido descentralização de tarefas entre os quatro subgrupos técnicos criados, as decisões mais complexas e estratégicas contaram com o acompanhamento direto do governador, o que garantiu maior coesão às ações. Como destacam os autores, “as decisões importantes e complexas eram acompanhadas de perto pelo Governador Rollemberg” (Capelari *et al.*, 2020, p. 156), o que resultou em maior eficácia na condução do processo.

Esse envolvimento direto da autoridade máxima do Executivo local conferiu não apenas agilidade à implementação das ações, mas também centralidade e coordenação ao processo como um todo. De acordo com Capelari *et al.* (2020, p. 157), essa postura “trouxe centralidade e coordenação, dando novo ritmo na execução das atividades e na liberação dos recursos”. Essa centralidade representou uma liderança ativa que favoreceu a fluidez dos trâmites administrativos e fortaleceu o trabalho das secretarias envolvidas.

A criação do Escritório de Projetos Especiais, diretamente vinculado ao gabinete do governador, foi uma medida institucional que evidenciou o grau de prioridade atribuído ao encerramento do Lixão. Para Capelari *et al.* (2020), essa iniciativa demonstrou o compromisso político de Rollemberg com a concretização da desativação do maior lixão a céu aberto da América Latina.

A participação dos catadores no processo de fechamento do Lixão da Estrutural foi um dos aspectos mais sensíveis e controversos da política de gestão de resíduos sólidos no Distrito Federal. Embora tenham sido os principais atingidos pela mudança, os catadores foram, em grande medida, excluídos das decisões centrais e tratados como sujeitos passivos pelo Estado durante a gestão de Rollemberg. Segundo Capelari *et al.* (2020, p. 158), entrevistas com gestores revelaram que o perfil sociocultural dos catadores foi considerado

um limitador para a construção de uma relação mais estruturada com o poder público. No entanto, essa leitura omite a responsabilidade estatal na construção de pontes e canais reais de participação: “o próprio Governo não buscou construir pontes em que os catadores fossem agentes da mudança, e não exclusivamente atores passivos”.

Na prática, a exclusão dos catadores dos espaços decisórios gerou tensões dentro do próprio governo Rollemberg. Um episódio emblemático foi a crítica pública do Secretário de Meio Ambiente, que denunciou o tratamento marginal conferido aos catadores na estrutura criada para o fechamento do lixão (Capelari *et al.*, 2020). Esse descontentamento refletia uma percepção mais ampla de que o processo estava sendo conduzido de forma autoritária, sem incorporar, de fato, os interesses e as vozes dos catadores (Domiciano, 2020). Como observam os autores, a resistência dos catadores à mudança não se devia apenas a um suposto “perfil avesso às transformações”, mas era consequência direta de sua exclusão dos arranjos de decisão política (Capelari *et al.*, 2020, p. 159).

Essa exclusão também se manifestou em diferentes momentos das duas gestões analisadas. Na administração de Agnelo Queiroz, embora as cooperativas e associações tenham sido incluídas no desenho do Plano de Intervenção Técnico-Político, essa inclusão restringiu-se à operacionalização de programas, como a coleta seletiva, sem participação nas decisões de alto nível. O cenário se repetiu na gestão Rollemberg, com a diferença de que os mecanismos formais de consulta não foram suficientes para garantir uma escuta efetiva das demandas e propostas dos catadores (Capelari *et al.*, 2020).

Apesar desse panorama crítico, houve tentativas de diálogo com os catadores ao longo do processo. Segundo Campos (2018a), os coletivos participaram de debates dentro do próprio lixão, no Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC), na Câmara Legislativa e em assembleias com a presença do governador, o que permitiu mapear diferentes posicionamentos dentro do movimento. Ainda assim, foi necessário recorrer à direção do Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis (MNCR), em nível federal, para ampliar as negociações, diante das dificuldades de se firmar acordos com algumas lideranças locais (Campos, 2018a).

As conversas com as cooperativas e associações começaram em 2015, com reuniões frequentes envolvendo órgãos como o SLU, a antiga Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (Sedestmidh), o CIISC, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema) e a Casa Civil. De acordo com Campos (2018), somente o SLU realizou cerca de 300 reuniões com representantes dos catadores. Nessas ocasiões, buscou-se esclarecer políticas públicas, escutar demandas e

organizar ações. No âmbito do CIISC, 16 representantes de catadores participaram das discussões sobre a desativação das atividades irregulares no lixão, sendo que metade deles atuava diretamente no local e foi escolhida por votação (Campos, 2018a).

Dourado, Abreu e Jorge (2020) também registram que os diálogos ocorreram em diferentes espaços – desde as cooperativas e o próprio lixão até o Palácio do Buriti, sede do Governo do Distrito Federal. Ainda segundo os autores, entre 2015 e 2018 foram mais de 300 encontros entre o SLU e as cooperativas para discussão de propostas, esclarecimento de políticas e escuta das dificuldades enfrentadas pelos catadores. Ainda assim, o formato institucional adotado manteve os catadores em posição subordinada, e a ausência de mecanismos reais de co-decisão levou muitos deles a se colocarem como os principais críticos ao encerramento do Lixão da Estrutural (Capelari *et al.*, 2020).

O encerramento do Lixão da Estrutural foi acompanhado por um conjunto de ações planejadas para mitigar os impactos sociais e ambientais gerados por décadas de operação irregular. Conforme relata Salgado (2016b), tratava-se de um plano de intervenção de caráter corretivo, conduzido pelos órgãos de governo responsáveis, com o objetivo de enfrentar os danos acumulados e promover alternativas mais sustentáveis e dignas de gestão de resíduos e inclusão social.

Entre as primeiras medidas adotadas estavam o mapeamento e a retirada das moradias localizadas no interior do lixão, com o devido encaminhamento dos moradores aos serviços sociais oferecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social (SEDHS), previstos para ocorrer entre junho e agosto de 2015 (Salgado, 2016b). Segundo o autor, também foram previstas iniciativas voltadas ao enfrentamento da dependência química, como a instalação de uma unidade do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Álcool e Drogas nas proximidades do local, embora sem prazo definido. Paralelamente, realizou-se a identificação dos catadores e sua inclusão no Cadastro Único, visando garantir acesso a programas sociais.

Com o fechamento efetivo do lixão, em janeiro de 2018, o governo se viu diante de uma nova fase: a transição dos catadores para as Instalações de Recuperação de Resíduos (IRR). Essa mudança, embora necessária, teve efeitos imediatos sobre a renda dos trabalhadores, que perderam acesso direto a cerca de 2.700 toneladas diárias de resíduos misturados, passando a trabalhar com apenas 100 toneladas por dia provenientes da coleta seletiva (Sampaio, 2020; Campos, 2018a). Por isso, o processo de transição incluiu um conjunto de ações compensatórias, como a concessão de auxílio financeiro, a distribuição de cestas básicas e a oferta de cursos de capacitação profissional.

Um dos principais programas implementados foi a Compensação Financeira, criado

por lei para garantir um auxílio mensal de R\$ 360,75 a cerca de 1.200 catadores durante os seis meses iniciais após o fechamento do lixão, permitindo que eles se reorganizassem e se adaptassem à nova realidade dos centros de triagem (Dourado; Abreu; Jorge, 2020). Além disso, foi retomado o Programa Agentes de Cidadania Ambiental, que oferecia uma bolsa de R\$ 300,00 mensais atrelada à participação em atividades educativas e oficinas voltadas à educação ambiental e à gestão de resíduos (Campos, 2018a; Sampaio, 2020). No biênio 2016-2017, 1.500 catadores foram beneficiados por essa política (Distrito Federal, 2017).

A articulação dessas ações coube ao Comitê Gestor Intersetorial, instituído pelo Decreto Distrital nº 36.440/2015, formado para coordenar a inclusão social e econômica dos catadores (Sampaio, 2020). No entanto, como apontam Capelari *et al.* (2020), apesar do aparato institucional e do discurso oficial que celebrava o fechamento como uma conquista, o processo exigia uma avaliação mais crítica e temporalmente distanciada. A transição revelou fragilidades nas políticas de proteção social e de valorização do trabalho dos catadores, que continuaram a enfrentar insegurança alimentar, ausência de direitos trabalhistas e precariedade nos novos espaços de atuação.

Por mais que o governador Rollemberg tenha sido um agente central na coordenação política do encerramento do lixão, contribuindo para reduzir as fricções interinstitucionais (Capelari *et al.*, 2020), a complexidade social do processo extrapolava a mera gestão técnica racional. Como bem resume Campos (2018a), a transição exigia não apenas medidas compensatórias, mas também um investimento contínuo em formação, saúde, reconhecimento e valorização do trabalho dos catadores. Entre as ações realizadas, houve até mesmo um estudo epidemiológico para diagnosticar e tratar possíveis doenças adquiridas ao longo dos anos de exposição no lixão, o que evidencia a gravidade das condições em que esses trabalhadores atuavam (Cruvinel *et al.*, 2020).

Por fim, em 2018, o Programa Agente de Cidadania Ambiental foi reeditado por meio de novo chamamento público, contemplando 700 catadores em situação de alta vulnerabilidade, muitos dos quais estavam em vias de encerrar o recebimento da Compensação Financeira (Dourado; Abreu; Jorge, 2020). Os critérios de participação incluíam vínculo com cooperativas e inclusão no Cadastro Único, reforçando o caráter de política voltada à inclusão socioprodutiva.

O encerramento das atividades do Lixão da Estrutural não se limitou à simples interrupção do descarte de resíduos. Representou, sobretudo, o início de um amplo processo de requalificação ambiental e reorganização da política de gestão de resíduos sólidos no Distrito Federal. Como parte desse esforço, foram realizadas análises detalhadas sobre o grau

de contaminação do solo da antiga área do lixão, além de estudos sobre seu potencial de aproveitamento energético (Brasil, 2022). Em casos necessários, também foram implementadas ações de remediação e contenção da contaminação identificada (Campos, 2018a).

Paralelamente, houve a inauguração do novo Aterro Sanitário de Brasília, em janeiro de 2017, concebido de acordo com as normas técnicas e ambientais mais atuais para o funcionamento desse tipo de equipamento público. Trata-se de uma instalação moderna e planejada, voltada a substituir definitivamente a prática de disposição inadequada de resíduos que caracterizava o antigo lixão (Campos, 2018a).

Outro elemento central da reestruturação da política de resíduos sólidos foi a construção e implantação das IRRs. Esses espaços foram criados com o objetivo de oferecer condições dignas de trabalho aos catadores, que até então atuavam de forma precária e insalubre. As IRRs são galpões estruturados com esteiras, equipamentos auxiliares e organização adequada para o processo de separação de recicláveis, agora sob responsabilidade de cooperativas previamente capacitadas e selecionadas para administrar a triagem em um modelo de gestão compartilhada (Campos, 2018a, p. 220).

A nova lógica de atuação foi acompanhada por impactos positivos nas condições de trabalho e na segurança dos catadores (Distrito Federal, 2023). Com o encerramento do Lixão e a implantação das IRRs, mais de 12 mil catadores foram formalmente inseridos como prestadores de serviço público na área de tratamento de resíduos sólidos do Distrito Federal. Além da formalização, houve também uma redução significativa nos acidentes de trabalho. Segundo dados oficiais, enquanto em 2017 foram registrados 25 acidentes no Lixão da Estrutural, esse número caiu para apenas três em 2018, já no contexto das IRRs e galpões alugados (Sampaio, 2020).

Por fim, a área do antigo lixão foi limpa, conformada e destinada a uma nova finalidade: atualmente, funciona como unidade de recebimento de resíduos da construção civil. Foi implantada uma unidade específica para triagem, trituração e reaproveitamento desses materiais, visando sua reutilização em obras de construção civil e contribuindo para a lógica da economia circular e da sustentabilidade urbana (Campos, 2018a).

Esse conjunto de transformações evidencia o esforço em direcionar a política pública de resíduos sólidos para um novo paradigma, pautado tanto pela recuperação ambiental quanto pela valorização social e produtiva do trabalho dos catadores.

A formalização do trabalho dos catadores de materiais recicláveis no Distrito Federal, especialmente após o fechamento do Lixão da Estrutural, representou uma mudança profunda

nas políticas públicas de gestão de resíduos e inclusão socioeconômica. Segundo Campos (2018a), todas as organizações de catadores que atuavam no antigo lixão foram contratadas para prestar serviços de triagem e/ou coleta seletiva, promovendo uma importante virada na valorização do trabalho dos catadores como agentes fundamentais da cadeia de reciclagem.

Para tanto, esse processo de contratação foi realizado por meio de chamamentos públicos, com prioridade para as cooperativas que já exerciam suas atividades no lixão, respeitando os critérios de legalidade e transparência, mas também reconhecendo a trajetória e experiência acumulada dessas organizações (Campos, 2018a). A medida buscava conciliar a justiça social com a eficiência administrativa, oferecendo aos catadores a oportunidade de migrarem para um modelo de trabalho mais seguro, estável e reconhecido pelo poder público.

Para viabilizar essa transição, foi implantado um abrangente programa de capacitação voltado tanto para catadores autônomos quanto para os organizados em cooperativas. As ações incluíram desde o apoio administrativo até conteúdos específicos voltados às exigências de contratos com o Estado. Reuniões organizadas pelo CIISC serviram de base para a elaboração de um Plano de Capacitação destinado a preparar as cooperativas para os novos desafios da atuação formal (Campos, 2018a).

Paralelamente, essa mudança também envolveu melhorias nas condições físicas de trabalho. A insalubridade e o risco que marcavam o cotidiano no Lixão da Estrutural – onde catadores disputavam resíduos no meio de caminhões e tratores – foram substituídos por galpões de triagem e IRRs com esteiras, banheiros, bebedouros e outras condições compatíveis com as normas de segurança do trabalho (Sampaio, 2020). Esse redesenho do espaço laboral reflete um avanço importante na perspectiva da dignidade do trabalho.

Além disso, a qualificação técnica também teve papel de destaque nesse processo. Parcerias com instituições como o Instituto Federal de Brasília (IFB) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) possibilitaram a oferta de cursos de letramento, informática e capacitação técnica em reciclagem, com módulos voltados para gestão, operação e manutenção de equipamentos. Somente no curso de Agente de Recuperação de Resíduos, realizado em parceria com o SENAI, foram inscritos 707 alunos, organizados em 20 turmas (Dourado; Abreu; Jorge, 2020).

No entanto, apesar dos avanços institucionais e estruturais, o processo não foi isento de lacunas. Alguns catadores ficaram de fora dos programas, seja por não terem migrado para os galpões de triagem, seja por falhas de comunicação e articulação das próprias cooperativas (Oliveira, 2020). Houve relatos de trabalhadores ligados a cooperativas atuantes no Aterro Controlado do Jóquei que não foram incluídos nos benefícios e programas de apoio, o que

aponta para a necessidade de mecanismos mais inclusivos e criteriosos na execução das políticas públicas (Campos, 2018a).

Todas essas ações estão em consonância com a Lei Distrital nº 5.418/2014, que institui a PDRS. Alinhada à Política Nacional, essa legislação estabelece princípios e diretrizes voltados ao controle da poluição e à redução dos impactos ambientais, incorporando também objetivos sociais, como a valorização e a inclusão dos catadores na cadeia de gestão dos resíduos (Campos, 2018a).

Portanto, embora o processo de encerramento do lixão tenha sido celebrado como uma conquista institucional e ambiental, ele expôs limites profundos na capacidade do Estado de construir políticas participativas, especialmente quando se trata de populações historicamente marginalizadas. A transição dos catadores para as IRRs e a adoção de medidas compensatórias, como a Compensação Financeira e o Programa Agentes de Cidadania Ambiental, revelam mais uma tentativa de “correção” do que um reconhecimento pleno de sua cidadania e do seu papel central no sistema de resíduos.

Em suma, o fechamento do Lixão da Estrutural, embora necessário, foi conduzido sob uma lógica predominantemente tecnocrática e verticalizada, que falhou em reconhecer os catadores como protagonistas legítimos da transformação. O desafio que permanece é transformar políticas públicas de resíduos em instrumentos reais de inclusão sociopolítica, rompendo com a lógica de tutela e avançando para práticas efetivas de co-gestão e democratização das decisões.

Logo, o processo de reorganização do trabalho dos catadores no Distrito Federal a partir do desligamento do Lixão da Estrutural ilustra os desafios e as potencialidades de políticas públicas que buscam aliar sustentabilidade ambiental e justiça social, revelando um caminho permeado por irracionalidades, por estarem vinculadas às necessidades humanas, ambientais e administrativas.

3.2.3 A resistência e contra-racionalidade dos sujeitos catadores

A atuação dos catadores de materiais recicláveis sempre esteve vinculada à cadeia produtiva da reciclagem, mas de forma marcada pela precariedade, pela marginalização e por uma inserção perversa no sistema econômico (Severi, 2014). Essa forma de inclusão econômica é, paradoxalmente, a expressão de uma profunda exclusão social, uma vez que não garante direitos, renda estável ou condições dignas de trabalho. Como a autora supracitada pontua, tentativas de inclusão social que não rompem com esse modelo acabam perpetuando uma "inclusão social perversa" (Severi, 2014, p. 155).

A superação desse quadro exige ações que transcendam mudanças pontuais. A transformação efetiva das condições de vida e trabalho dos catadores passa pela regulação das relações de produção e pelo enfrentamento de conflitos e tensões históricas. Nesse sentido, Severi (2014) defende que, visto que o vínculo dos catadores com a reciclagem se dá por meio de um trabalho explorado, é urgente priorizar transformações estruturais no setor, articulando dimensões sociais, econômicas, jurídicas, culturais e políticas. A própria mobilização dos catadores, em parceria com organizações da sociedade civil, Organizações Não Governamentais (ONGs), universidades e frações do poder público, buscou caminhos para institucionalizar políticas públicas mais justas e regular o setor da reciclagem (Severi, 2014).

No entanto, como observa Campos (2018a), o processo de fechamento do Lixão da Estrutural foi permeado por resistências e contradições. Houve quem defendesse a permanência do trabalho nos lixões, mesmo diante das violações de direitos humanos ali presentes: “O mais assombroso é deparar com pessoas que defendem a perpetuação dessa realidade, sendo que muitas delas são responsáveis pelo cumprimento das leis” (Campos, 2018a, p. 210). A transição para um novo modelo, centrado em cooperativas e galpões de triagem, encontrou obstáculos técnicos, operacionais e, sobretudo, sociais. Muitos catadores resistiram à mudança, pois significava deixar a autonomia individual e assumir uma forma de trabalho coletivo e regulado – algo que exigia tempo para ser assimilado (Campos, 2018a).

Outros desafios foram a comunicação e a representação. Campos (2018a) relata que a ausência de lideranças representativas e a rotatividade dos interlocutores prejudicavam a continuidade das negociações, provocando retrocessos frequentes. As negociações com os catadores, segundo a autora, foram marcadas por “idas e vindas, sucessos e insucessos” (Campos, 2018a, p. 206), e pela desconfiança quanto às promessas do governo. Muitos duvidavam que o lixão seria mesmo fechado, ou que as cooperativas seriam, de fato, contratadas (Dourado; Abreu; Jorge, 2020).

Além das dificuldades internas, a postura ambígua da sociedade também pesou no processo. Ainda que houvesse consciência dos danos ambientais e de saúde pública provocados pelo lixão, parte da população e de suas lideranças relutava em apoiar seu fechamento, por medo de comprometer a subsistência dos trabalhadores (Dourado; Abreu; Jorge, 2020).

As falas dos próprios catadores, registradas por reportagens da época, ilustram esse dilema: muitos deles afirmaram não querer migrar para os galpões, devido à drástica redução de renda (Agência Brasil, 2018). A catadora Rosineide Silva, por exemplo, declarou: “lá ganha muito pouco” (Marques, 2018). Já Zilma da Silva relatou uma perda de R\$ 1.400,00

nos rendimentos mensais após a mudança (Marques, 2018). Outros, como Jailda Teles e um catador anônimo, apontaram o medo de não conseguir mais pagar suas contas como razão para permanecer no lixão, mesmo considerando o trabalho como uma “escravidão moderna” (Marques, 2018).

Esses relatos revelam que, sem garantias reais de inclusão produtiva e geração de renda, políticas públicas bem-intencionadas podem se tornar fontes de novas exclusões. O fechamento do Lixão da Estrutural, embora urgente e necessário, só poderá ser considerado uma conquista plena se acompanhado de medidas consistentes de proteção social, valorização do trabalho dos catadores e combate às formas perversas de inclusão que historicamente os relegaram à margem da sociedade.

O processo de encerramento do Lixão da Estrutural e a transição dos catadores para os galpões de triagem reciclável foi marcado por avanços, mas também por críticas, contradições e dificuldades. Ainda que se tenha conseguido implementar um modelo mais estruturado de trabalho para os catadores, nem todos os envolvidos perceberam melhorias imediatas ou se sentiram contemplados pelas novas formas de organização.

Parte das críticas mais contundentes ao governo veio de algumas ONGs, que responsabilizaram o Estado pelas dificuldades enfrentadas pelos catadores na adaptação ao novo modelo de trabalho (INESC, 2017). No entanto, como observa Campos (2018a), muitas dessas organizações, até então, não haviam demonstrado qualquer preocupação com a violação de direitos humanos vivenciada por crianças e adolescentes que trabalhavam e viviam em condições degradantes no lixão.

Mesmo após o fechamento do lixão, as críticas ao processo de inclusão dos catadores continuam sendo recorrentes, tanto na mídia quanto entre alguns trabalhadores. Contudo, como ressalta Campos (2018a), é necessário reconhecer os avanços alcançados, como a melhoria nas condições de trabalho e o aumento no número de catadores contratados pelo SLU por meio de cooperativas e associações formalizadas.

O encerramento do lixão foi realizado de maneira contraditória, mas contou com um esforço institucional relevante: a maioria das cooperativas e associações foram contratadas como prestadoras de serviço, com acesso à infraestrutura, equipamentos e assistência técnica. Ainda assim, a adesão ao novo modelo foi menor do que a estimada. Embora as propostas de contratação tenham indicado cerca de 1.300 catadores, apenas 735 se registraram nos galpões no momento da mudança (Dourado; Abreu; Jorge, 2020). Esse dado revela um hiato entre o planejamento institucional e a complexa realidade vivida pelos catadores.

Diversos fatores explicam a não adesão plena ao novo sistema. Alguns trabalhadores

relataram não ter sido aceitos em nenhuma organização; outros não tinham interesse no trabalho cooperado ou enfrentavam dificuldades de adaptação (Dourado; Abreu; Jorge, 2020). Como aponta Sampaio (2020), os catadores, seja individualmente ou por meio de associações, foram os mais diretamente impactados pelas mudanças nos procedimentos implementados pelo SLU, e havia grande variação na quantidade de trabalhadores atuando antes do fechamento do lixão.

A questão da renda foi um dos pontos mais sensíveis. No lixão, um cooperado podia obter até R\$ 1.200 por semana, valor que caiu significativamente após a transição para os galpões. No entanto, a presidente da cooperativa Plasferro, Mara Maria de Jesus, pondera:

É uma adaptação, mas, hoje, temos coisas que não tínhamos, como o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Conseguimos pagar um contador e aprendemos a emitir nota. Não está 100%, mas, em comparação com o Lixão, onde sofriamos acidentes e trabalhávamos debaixo de sol, chuva e lama, está melhor” (Machado; Eufrásio, 2019).

Sua fala evidencia a complexidade do processo: embora a transição tenha implicado perdas financeiras imediatas para alguns, houve ganhos importantes em termos de direitos e condições de trabalho.

A transição dos catadores do antigo Lixão da Estrutural para os galpões de triagem representou um marco na política de gestão de resíduos do Distrito Federal. Apesar das melhorias significativas nas condições físicas e operacionais de trabalho, a mudança também trouxe impactos negativos na renda dos trabalhadores, revelando uma tensão persistente entre dignidade no trabalho e sustentabilidade econômica.

Atualmente, os catadores que atuam nos galpões, como o do SCIA, lidam com uma quantidade significativamente menor de resíduos em comparação ao período em que trabalhavam no lixão. Isso ocorre porque, agora, a coleta seletiva é distribuída entre diferentes centros de triagem, o que limita a quantidade de material disponível para cada grupo de catadores e, conseqüentemente, reduz o potencial de geração de renda (Mosna, 2020). De forma semelhante, Dourado, Abreu e Jorge (2020) apontam que, no lixão, os catadores tinham acesso tanto à coleta seletiva quanto à convencional, enquanto nos galpões dependem quase exclusivamente da coleta seletiva encaminhada pelo SLU – que representa apenas parte do total de resíduos gerados no Distrito Federal.

Essa mudança na disponibilidade de material impacta diretamente a renda dos catadores, como demonstra o relato de Zilma da Silva, ex-catadora do lixão: “No lixão eu tirava R\$ 2 mil por mês. Agora, no galpão, nem R\$ 600 estou tirando” (Marques, 2018). Esse sentimento de perda financeira é compartilhado por muitos trabalhadores, que, mesmo

reconhecendo melhorias estruturais, não enxergam na nova realidade uma solução viável para o sustento próprio e de suas famílias. Como observa Mosna (2020, p. 8), os catadores ponderam que, embora suas condições de trabalho tenham melhorado, a queda na renda pesa mais: "Existe uma compensação pela melhoria em suas condições de trabalho, mas não paga as suas contas".

De fato, a melhoria nas condições de trabalho é notável. Segundo Mosna (2020), os catadores agora realizam a triagem em esteiras, o que reduz significativamente os riscos de acidentes, e contam com infraestrutura adequada – refeitórios, banheiros e salas de reunião –, além da erradicação do trabalho infantil, outrora presente no lixão.

Por outro lado, a mudança também impactou o sistema econômico informal que se formou em torno do lixão. Henrique Pereira, jovem empresário atuante no setor de comercialização de recicláveis, previu que o fechamento do lixão representaria um golpe fatal para a economia da região: “O comércio vai acabar, os catadores não vão ter a boa fonte de renda que têm hoje em dia. No meu ponto de vista será negativo” (Marques, 2018). A fala revela como a economia local estava profundamente entrelaçada à atividade informal e precária do lixão, funcionando como uma engrenagem que, apesar de injusta, sustentava uma parcela significativa da população.

Dessa forma, o processo de transição dos catadores para os galpões apresenta resultados paradoxais: por um lado, houve avanços inegáveis em termos de saúde, segurança e direitos trabalhistas; por outro, muitos catadores enfrentam perdas econômicas substanciais, comprometendo a própria viabilidade da atividade. Esse cenário exige a ampliação da coleta seletiva, maior apoio institucional às cooperativas e políticas públicas que consigam equilibrar a inclusão produtiva com remuneração justa e sustentável.

O fechamento do Lixão da Estrutural, em janeiro de 2018, marcou o fim de um ciclo de profundas contradições urbanas em Brasília. Reconhecido como o maior lixão a céu aberto da América Latina e o segundo maior do mundo, atrás apenas do de Jacarta, na Indonésia (Lima, 2020), esse território acumulava não apenas resíduos sólidos, mas também complexas dinâmicas sociais, econômicas e simbólicas. Com seu encerramento, a população local enfrentou perdas expressivas de renda, dado que a economia da Estrutural girava, em grande parte, em torno da atividade informal da catação. Além disso, os impactos se estenderam à saúde da população, sobretudo à saúde mental, em um cenário de ruptura com modos de vida longamente construídos.

A complexidade desse território não pode ser reduzida a dados quantitativos ou interpretações estigmatizantes. Como apontam Costa e Peluso (2016a, p. 29), “os relatos

evidenciam o ‘ser bom morar aqui’”, mesmo diante de condições de infraestrutura precária, revelando que o espaço vivido é atravessado por um ideário simbólico que ressignifica a experiência de habitar. Há, portanto, um imaginário urbano que agrega e fragmenta, conforme os julgamentos e sentimentos construídos pelas redes materiais e simbólicas do lugar (Costa; Peluso, 2016a). O território da Estrutural, nesse sentido, não é apenas uma materialidade degradada, mas também um espaço carregado de sentidos, afetos e resistências.

A ruptura abrupta imposta pela racionalidade técnica da gestão urbana – que fecha o lixão sem conseguir, de imediato, oferecer alternativas econômicas viáveis – revela o descompasso entre o planejamento estatal e a realidade concreta dos sujeitos subalternizados. Como destaca Costa (2021, p. 97), o desafio é compreender essa racionalidade técnica como geradora de uma “práxis cultural e existencial” que perpetua a exclusão espacial. Ou seja, os modelos convencionais de urbanização acabam ignorando as dinâmicas locais, impondo soluções universais que não dialogam com as realidades específicas.

Nesse contexto, a proposta de uma geografia social imaginativa do lugar se torna relevante: uma abordagem que articule as interações materiais, os sentimentos individuais e os imaginários coletivos como base para a formulação de políticas públicas mais justas (Costa, 2021). Isso significa reconhecer que os moradores da Estrutural, mesmo diante da precariedade, criaram vínculos afetivos, redes de solidariedade e estratégias de sobrevivência que não podem ser apagadas por decretos administrativos. O espaço do lixão não era apenas um local de trabalho, mas um território de existência e de significados.

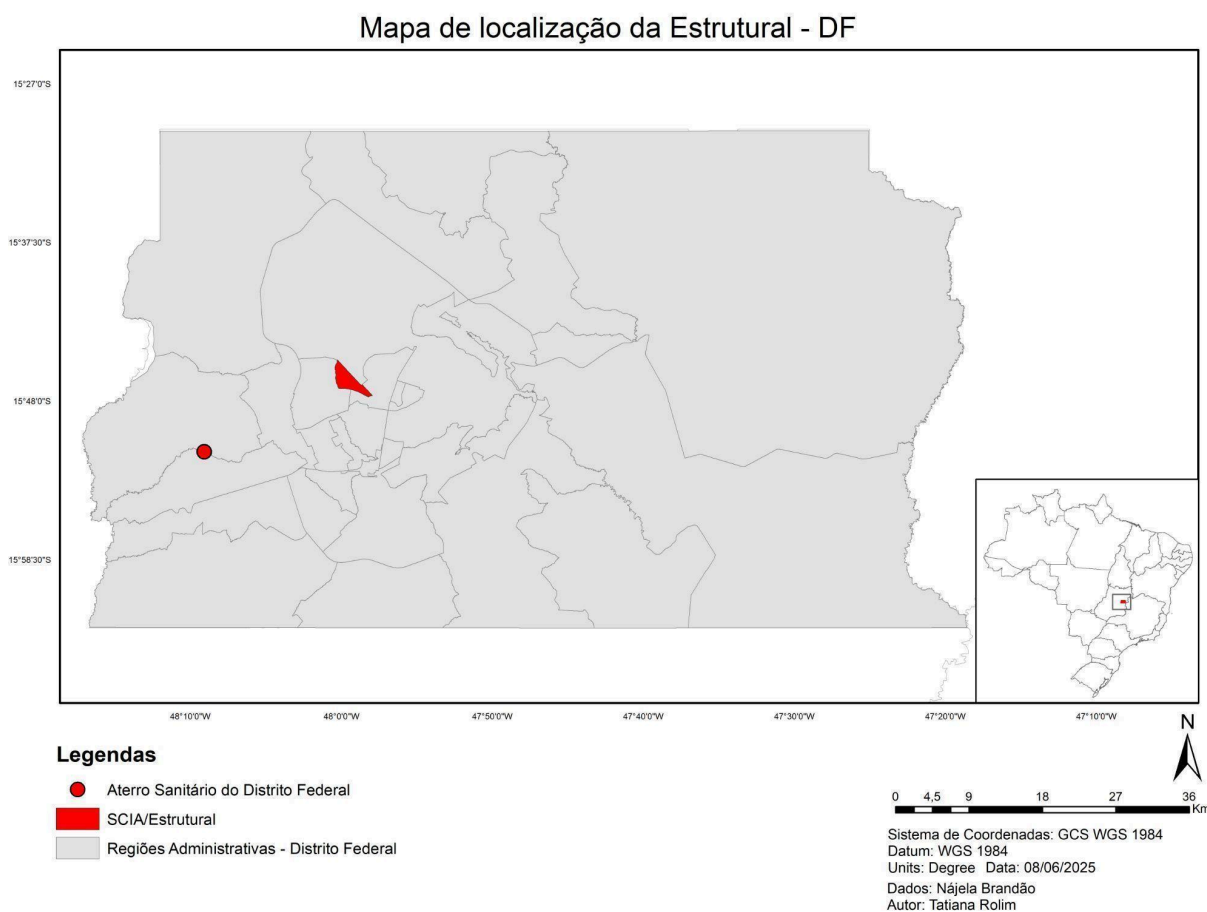
Portanto, a superação dos impactos do fechamento do lixão exige mais do que infraestrutura ou integração técnica dos catadores a sistemas formais de reciclagem. Requer uma reconfiguração da própria lógica do planejamento urbano, que deve deixar de tratar esses sujeitos como problemas a serem resolvidos e passar a reconhecê-los como protagonistas da produção da cidade. Como aponta Costa (2021, p. 101), é preciso “assumir o sujeito em situação espacial duradoura como a escala de planejamento mais relevante”.

Essa mudança de perspectiva é essencial para que se alcance um desenvolvimento urbano que não apenas erradique o lixo, mas que também promova justiça social, inclusão econômica e reconhecimento simbólico. Afinal, como nos lembram Costa e Peluso (2016a, p. 8), “o imaginário representa a cada instante o sentido implícito do real”. E, nesse imaginário, o território da Estrutural segue sendo vivido, disputado e recriado, mesmo após o fim do lixão.

3. METODOLOGIA

A delimitação espacial do estudo se deu na Cidade Estrutural, região administrativa do Distrito Federal, Brasil. Abaixo, apresenta-se o mapa da localização do antigo Lixão da Estrutural, bem como do aterro sanitário onde foram despejados os resíduos sólidos quando desativado o lixão.

Figura 7 - Localização do SCIA/Estrutural e do novo aterro



O método científico adotado para a realização da pesquisa foi o Método Dialético, fundamentado na dialética hegeliana (Menezes e Silva, 2005), que parte da compreensão de que as contradições inerentes ao processo histórico e social se superam continuamente, gerando novas contradições e exigindo soluções constantes. Com base nessa perspectiva, a pesquisa buscou interpretar as transformações e dinâmicas sociais por meio da interação entre conflitos e contradições.

Caracterizada como pesquisa aplicada, a investigação teve como objetivo principal a produção de conhecimentos voltados à aplicação prática, com foco na resolução de um problema específico. Nesse sentido, a pesquisa direcionou-se à análise de questões e necessidades locais, com o intuito de oferecer contrapontos que permitissem compreender, de forma mais aprofundada, as realidades e os desafios enfrentados pela comunidade estudada.

Do ponto de vista da forma de abordagem do problema, optou-se por uma pesquisa qualitativa e exploratória, que compreende uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Essa escolha se deu ao considerar a existência de uma conexão indissociável entre a objetividade do mundo e a subjetividade do indivíduo, sendo impossível reduzir tal relação a números. Assim, buscou-se, por meio da pesquisa qualitativa, interpretar fenômenos e atribuir

significados, com foco na compreensão profunda das situações analisadas, sem o uso de métodos e técnicas estatísticas, priorizando o entendimento do tema e seus derivados (Menezes e Silva, 2005).

No capítulo 1 e 2, portanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica a partir de buscas nos bancos de dados *Scopus* e *Google Scholar*, no acervo da Biblioteca Central da Universidade de Brasília e na Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente da Universidade de Brasília (BDM). Utilizaram-se os termos “Planejamento Urbano de Brasília”, “Estrutural, Distrito Federal”, “Lixão da Estrutural” e “fechamento do Lixão da Estrutural”. Feito isso, organizou-se os trabalhos mais relevantes e os nomes dos principais autores que apareceram com as expressões. Depois, seus nomes foram inseridos no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na *Web of Science*, a fim de selecionar mais artigos com as temáticas mencionadas acima. Além disso, no capítulo 2 também foi realizada uma pesquisa no *Google* com expressão: “desativação do Lixão da Estrutural” para a organização da leitura das principais notícias e reportagens.

No capítulo 3, além da pesquisa bibliográfica, também foram feitas as análises de entrevistas relacionadas. Contudo, procurou-se estudar a partir da busca por produções acadêmicas do professor Everaldo Batista da Costa no Portal de Periódicos da CAPES – principalmente aquelas relacionadas à “geografia social imaginativa do lugar” (Costa, 2021).

Após o período de estudo teórico, realizou-se um “pré-campo” de observação na Estrutural, conduzido por meio da análise individual não participante assistemática, na qual a pesquisadora procurou observar e registrar os aspectos da realidade sem o uso de recursos técnicos específicos, ou seja, sem planejamento ou controle prévio (Boni e Quaresma, 2005). Posteriormente, foram realizados dois trabalhos de campo no mesmo local, com aplicação de entrevistas semiestruturadas – cujas questões estão disponíveis no Apêndice A –, o que permitiu maior flexibilidade na coleta de informações, conforme as respostas e os direcionamentos dados pelos participantes.

A coleta de dados dessas entrevistas ocorreu em ambientes naturais, residenciais e virtuais, com a entrevistadora atuando como principal instrumento na obtenção das informações. Essas conversas foram gravadas em um smartphone (iPhone 11, iOS 18.3.2) a fim da captura a longo prazo dos dados. Além disso, a tabulação dos dados coletados foi realizada no programa Excel (versão 2408), com a classificação das transcrições por temas.

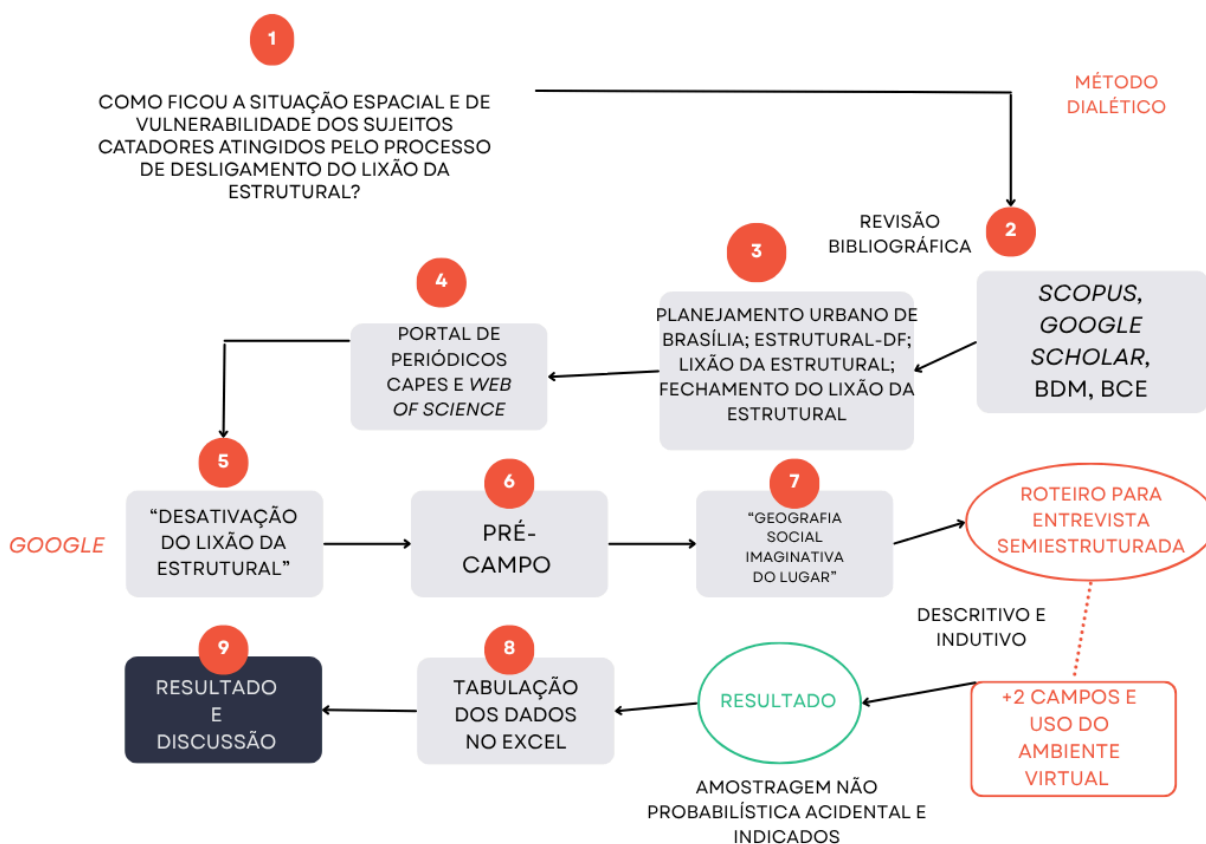
O caráter da pesquisa foi descritivo e indutivo, com os dados sendo analisados conforme a observação e o processo investigativo (Menezes e Silva, 2005).

O universo da pesquisa foi composto por catadores atingidos pelo processo de

desligamento do Lixão da Estrutural, sendo esse o grupo focal.

A amostragem foi do tipo não probabilística acidental, composta por indivíduos que se disponibilizaram durante o processo de coleta de dados, ou seja, pessoas que surgiram no momento em que os campos foram realizados. Além disso, foram incluídos participantes indicados por outros entrevistados, desde que atendessem ao pré-requisito do grupo focal. A seguir, pode ser visto um fluxograma metodológico do trabalho:

Figura 8 - Fluxograma metodológico do trabalho



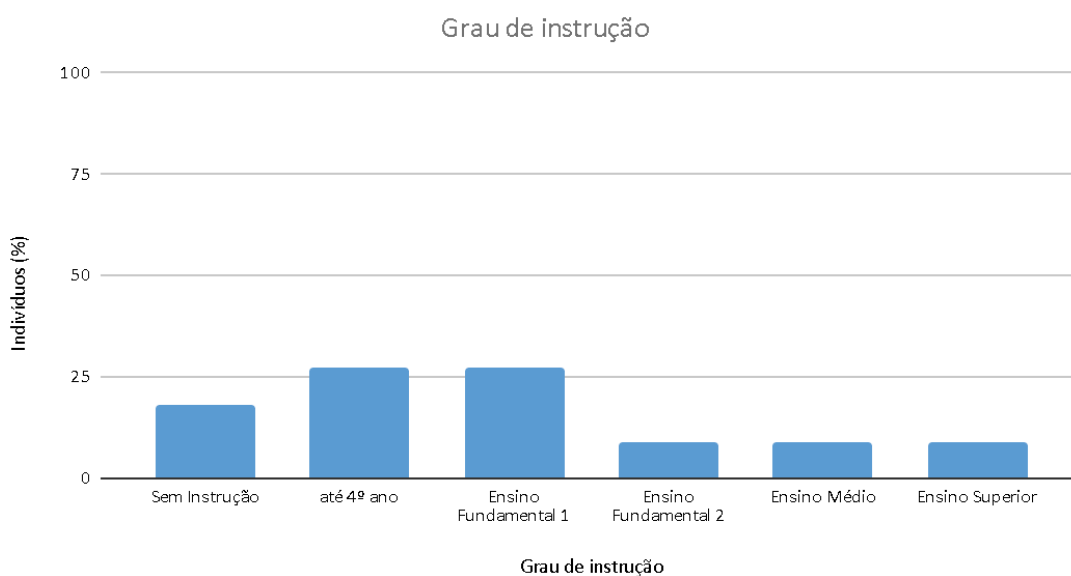
Fonte: Elaboração própria, 2025.

Por fim, como parte do desenvolvimento deste trabalho, foi elaborada uma cartilha informativa com o objetivo de ser uma devolutiva que sintetize e dissemine os principais conteúdos abordados. A confecção da cartilha seguiu uma abordagem didática e acessível, utilizando linguagem clara e objetiva para facilitar a compreensão do público-alvo, que são os catadores da Cidade Estrutural. Ela foi estruturada com elementos visuais e textuais, incorporando os conceitos apresentados na pesquisa e promovendo sua aplicabilidade prática, com as adequações necessárias para tornar o material atrativo e funcional.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

Considerando que se trata de uma pesquisa qualitativa, os dados objetivos obtidos contribuíram significativamente para a análise. No entanto, é importante destacar que, por contar com uma amostra reduzida, o estudo não pretende representar a totalidade da população em termos de opiniões e percepções.

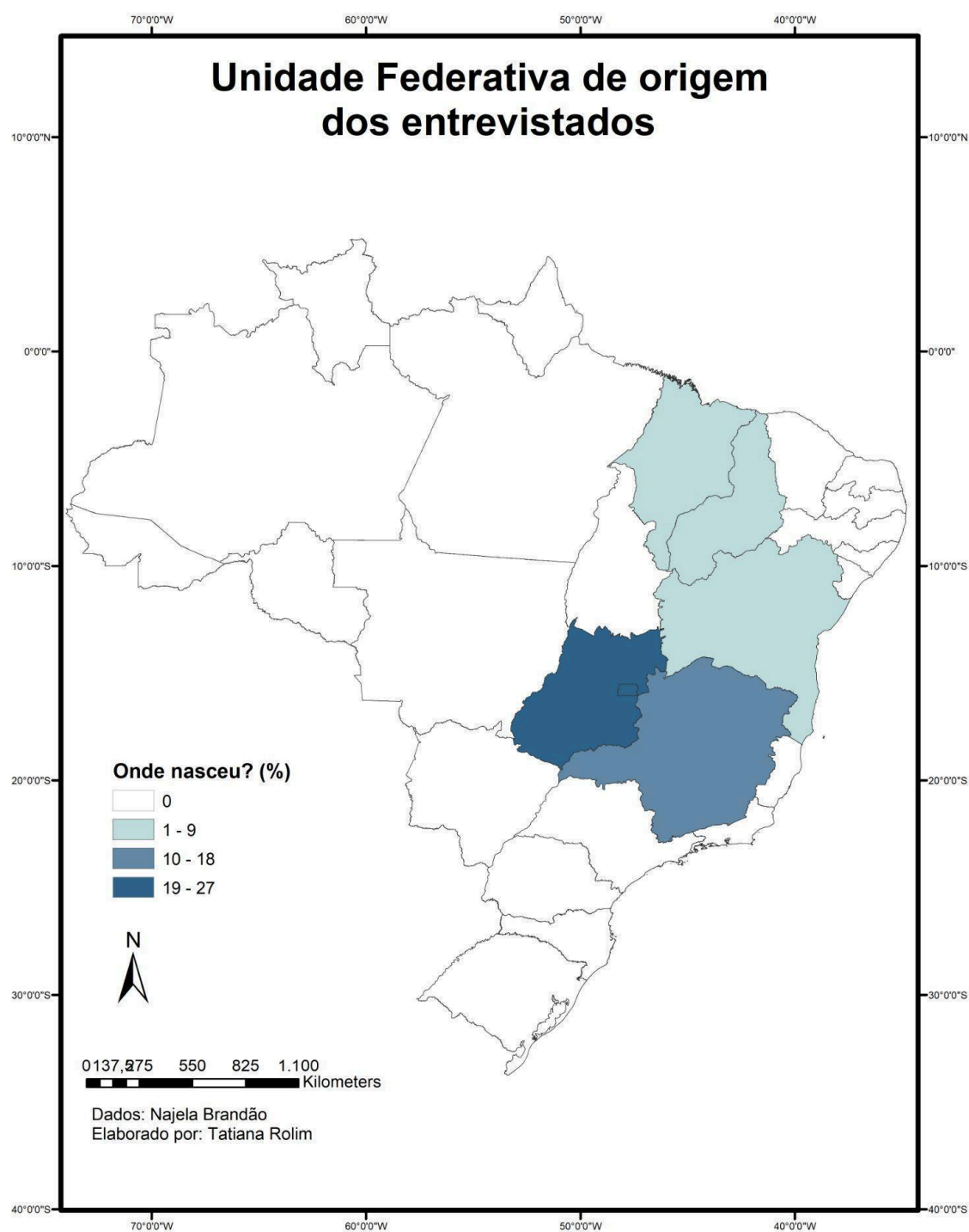
Figura 9 - Escolaridade dos entrevistados (%)



Fonte: Elaboração própria, 2025.

O total de entrevistados foi de 11 pessoas, sendo 6 mulheres e 5 homens, com idades entre 38 e 62 anos. A maioria dos participantes cursou até os anos finais do Ensino Fundamental, mas não chegou a concluir essa etapa da escolarização. Apesar disso, alguns indivíduos disseram não saber ou ter dificuldade para ler e escrever. O grau de instrução do grupo focal foi considerado no momento da elaboração das perguntas da entrevista. No entanto, mesmo com esse cuidado prévio, observou-se, durante a aplicação da pesquisa, certa dificuldade por parte dos entrevistados, tanto na compreensão das perguntas quanto na formulação das respostas.

Figura 10 - Origem dos entrevistados (%)



Dos 11 entrevistados, apenas três nasceram no Distrito Federal. Três vieram do estado de Goiás, dois de Minas Gerais e os outros três da região Nordeste. Um dos participantes afirmou ter se mudado para Brasília devido a problemas familiares, dois relataram que buscavam melhores condições de vida e os demais disseram ter migrado em busca de oportunidades de trabalho. Esses dados são significativos, pois refletem um movimento

comum entre muitos imigrantes que vieram para a capital motivados pela esperança de conquistar um emprego, melhorar de vida e alcançar a realização de promessas de progresso e dignidade (Holston, 1993). No entanto, muitos acabam sendo empurrados para as periferias, uma vez que não conseguem sustentar o alto custo de vida do centro urbano (Santos, 1979). Esse é o caso de inúmeros moradores da Estrutural e da comunidade Santa Luzia: migrantes de diferentes regiões do Brasil que, ao chegarem a Brasília, encontraram na catação uma alternativa de sobrevivência diante da dificuldade de inserção formal no mercado de trabalho (Luiz, 2020).

Com relação ao local de residência dos entrevistados, quatro afirmaram viver na Estrutural, quatro no Setor de Chácaras Santa Luzia, dois no Recanto das Emas e um em Águas Lindas de Goiás. Dentre esses territórios, destaca-se o Setor de Chácaras Santa Luzia, cuja história está diretamente ligada ao antigo Lixão da Estrutural (Sarah, 2020). Trata-se de uma ocupação irregular situada nas proximidades do lixão, que surgiu e se consolidou ao longo dos anos como espaço de moradia precária para trabalhadores envolvidos com a catação de materiais recicláveis. Muitos dos moradores se estabeleceram ali justamente pela proximidade com o lixão, o que facilitava o acesso ao trabalho informal como catadores (Andrade, 2021).

O Plano de Manejo da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) da Vila Estrutural (IBRAM, 2018) evidência que se trata de uma comunidade marcada por carências estruturais, como ausência de regularização fundiária, saneamento básico e serviços públicos adequados, representando um exemplo emblemático das contradições urbanas do Distrito Federal: enquanto simboliza a luta por moradia e sobrevivência, revela também a exclusão social e territorial enfrentada por populações marginalizadas. A relação entre o Santa Luzia e o lixão mostra como a lógica da exclusão urbana empurrou famílias para áreas periféricas, onde passaram a depender diretamente da economia da catação como forma de sustento (IBRAM, 2018).

Embora alguns dos entrevistados atualmente não residam mais na Estrutural ou em Santa Luzia, todos já viveram em algum desses territórios em algum momento de suas trajetórias. Quando questionados sobre os motivos que os levaram a morar na Estrutural, a grande maioria apontou o trabalho no lixão como principal razão: “Minha família foi morar lá devido à falta de oportunidade e o Lixão dava oportunidade de trabalho e renda” (Indivíduo 3, 2025). Outra fala, como: “Era a única condição que a gente tinha naquele tempo, um Lixão da Estrutural” (Indivíduo 4, 2025), mostra essa relação direta entre moradia e atividade no antigo depósito de lixo. Esse vínculo também é ilustrado na fala do indivíduo 2: “Eu vim morar na

Estrutural é pelo fato que a gente trabalhava no lixo, né, por causa do lixão. Só existe a Estrutural por causa do lixão, porque fomos praticamente os primeiros a chegar aqui”.

A fala do indivíduo expressa, de forma direta e carregada de significado, a origem e a identidade histórica da Cidade Estrutural a partir da vivência dos catadores de materiais recicláveis. Ela evidencia que a ocupação do território da Estrutural não decorreu de um planejamento urbano formal, mesmo diante do ideário de planejamento racional-instrumental que fundamentou a criação de Brasília (Souza, 2010). Pelo contrário, sua origem está enraizada na busca por sobrevivência de populações vulneráveis que se instalaram no entorno do antigo lixão do Distrito Federal – reconhecido como o maior da América Latina (Sampaio, 2020). Nesse contexto, manifesta-se aquilo que Holston (1993) denominou como “abrasileiramento” ou “contra-brincadeira”: uma resposta prática e insurgente à rigidez do projeto modernista, marcada pela força do lugar e pela emergência de lógicas urbanas alternativas que desafiam e subvertem os princípios hegemônicos do planejamento estatal, formando uma irracionalidade para o mesmo.

Ao afirmar que “só existe a Estrutural por causa do lixão” (Indivíduo 2, 2025), o entrevistado reconhece que o espaço urbano nasceu a partir da presença e da ação dos trabalhadores do lixo, que ali se instalaram informalmente. A fala revela o protagonismo desses sujeitos – muitas vezes invisibilizados pelas políticas públicas e pelo discurso oficial – na construção de um território que, apesar de marcado pela precariedade, representa resistência, trabalho e pertencimento.

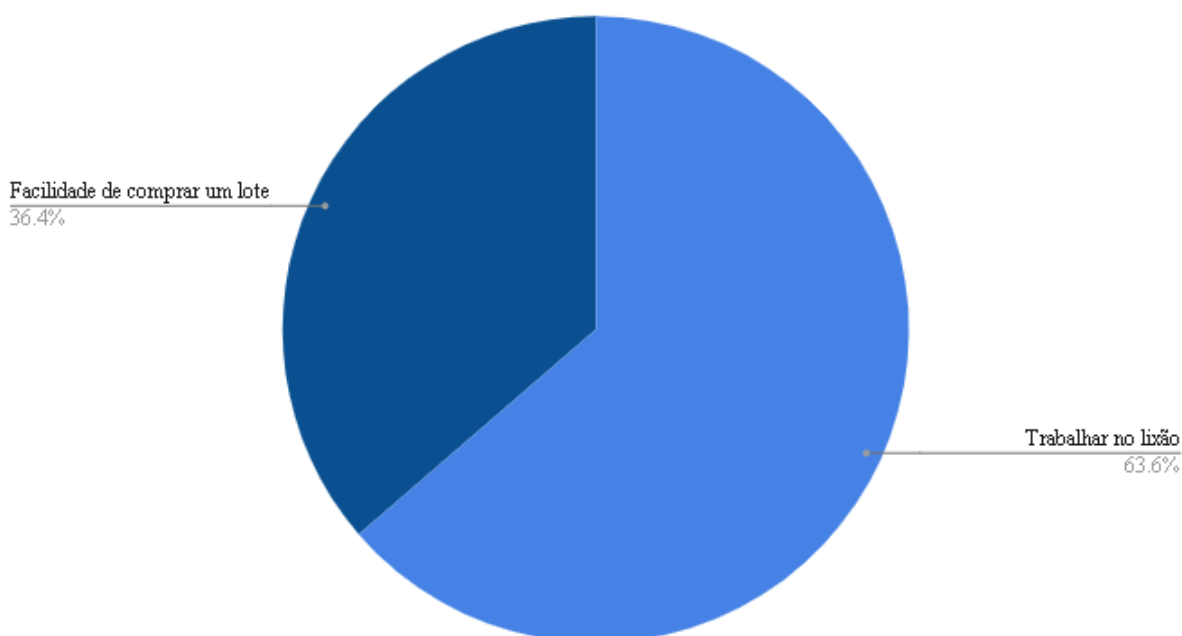
Além disso, a declaração “fomos praticamente os primeiros a chegar aqui” (Indivíduo 2, 2025) remete ainda a um sentimento de pioneirismo e pertencimento ao território, legitimando a presença dos catadores como fundadores da Estrutural. Essa perspectiva confronta visões estigmatizantes sobre o local e reforça a ideia de que a cidade não é apenas um espaço físico, mas também um espaço social comandado pelo agir simbólico (Santos, 2006), construído a partir da prática cotidiana de seus habitantes.

Por fim, essa fala escancara a histórica relação entre exclusão social e formação urbana no Distrito Federal (Bicca, 2010; Cidade, 2010; Gioverardi, 2010; Medeiros e Campos, 2010; Oliveira, 2008; Paviani, 2010; Sabbag, 2012). A Estrutural surgiu à margem das políticas habitacionais, como fruto da negligência do Estado e da resistência de populações vulneráveis, que encontraram no lixo uma forma de subsistência e, no território, um lugar de vida (Mosna, 2020).

Aqueles que vieram de outros estados tiveram a Estrutural como nova casa e atrativo para a vinda ao Distrito Federal. Essa migração não se deu de forma aleatória; ela foi pautada

por uma promessa – muitas vezes frustrada – de acesso a melhores condições de vida, trabalho e inclusão em um projeto nacional que teve Brasília como símbolo de modernidade e progresso (Holston, 1993). Contudo, ao contrário da promessa de cidadania plena e emprego formal difundida pelo discurso desenvolvimentista, muitos desses migrantes se depararam com exclusão social, informalidade e ausência de políticas públicas estruturantes (Giovenardi, 2010). Assim, a Estrutural, fundada à margem do planejamento urbano e em torno do antigo lixão, formou-se não como o espaço desejado, mas como o disponível – o território possível para habitar e sobreviver.

Figura 11 - Motivação dos entrevistados para morar na Estrutural/Santa Luzia (%)



Fonte: Elaboração própria, 2025.

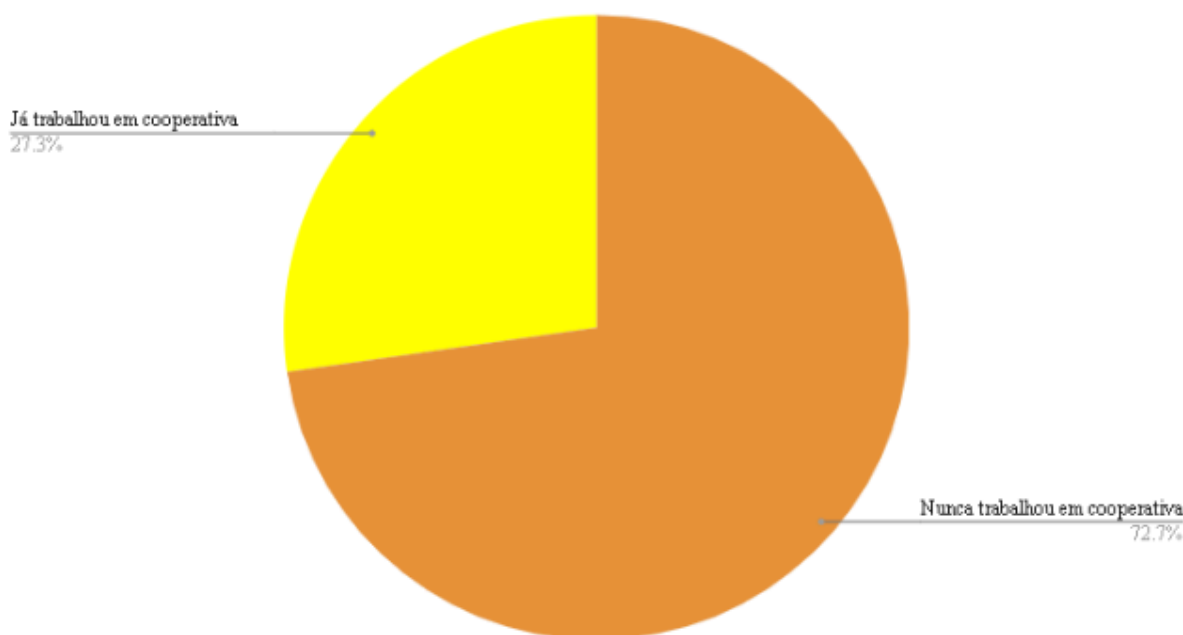
Todavia, foi respondido, por mais de um entrevistado, que a motivação para morar na Estrutural ou em Santa Luzia era a possibilidade de se comprar um lote e sair do aluguel. “Porque morar em outro lugar pra gente é difícil. Outro lugar é caro, eu não tinha... morar aqui é bom, as coisas são mais simples. Aqui tem moradia” (Indivíduo 10, 2025). Essa fala demonstra, de forma direta, o processo de exclusão social e espacial que estrutura a dinâmica urbana do Distrito Federal, especialmente quando se compara a Cidade Estrutural e Santa Luzia ao centro planejado de Brasília.

Outra fala reforça essa perspectiva: “Olha, eu não tenho condições financeiras de alugar uma quitinete no centro da cidade e ali pra mim é muito bom” (Indivíduo 8, 2025). Tal afirmação ilustra a lógica tecnicista da urbanização desigual: enquanto o centro da cidade

concentra infraestrutura, serviços públicos, oportunidades econômicas e reconhecimento institucional, territórios como a Estrutural tornam-se refúgios possíveis, muitas vezes os únicos, para os segmentos mais empobrecidos da população. Os entrevistados não escolheram residir na Estrutural por preferência, mas por necessidade. O custo da moradia formal nos bairros centrais atua como uma barreira econômica intransponível, empurrando essas populações para as bordas da cidade, onde é possível “comprar um lote e sair do aluguel” (Indivíduo 9, 2025), ainda que em condições precárias de urbanização e vulnerabilidade jurídica.

O centro de Brasília, planejado segundo a lógica modernista de Lúcio Costa, foi pensado como vitrine da ordem, da funcionalidade e da igualdade (Bicca, 2010). Contudo, essa ordem mostrou-se seletiva, ao relegar às periferias o espaço destinado aos trabalhadores pobres, migrantes, catadores e empregadas domésticas que, paradoxalmente, sustentam o funcionamento da própria cidade (Campos, 2010; Paviani, 2010). As falas dos entrevistados evidenciam que o direito à moradia digna, constitucionalmente assegurado, se realiza de forma desigual, condicionada à capacidade de consumo. Assim, a cidade não é negada por completo a esses sujeitos, mas é oferecida de maneira precarizada propositalmente – com menos serviços, menos direitos e mais distância.

Esse deslocamento forçado para áreas como a Estrutural pode ser entendido como uma forma de segregação socioespacial institucionalizada, na qual o “acesso” à cidade se dá em camadas: enquanto uns vivem em apartamentos funcionais e áreas arborizadas do Plano Piloto, outros precisam buscar, na informalidade, seu lugar de moradia (Sabbag, 2012). A exclusão, portanto, não se resume à ausência material; ela também se revela na naturalização da desigualdade, na ideia de que “morar no centro é impossível” para determinados grupos sociais.

Figura 12 - Vínculo ou não dos catadores com cooperativas (%)

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Adentrando à temática das cooperativas, constatou-se que oito dos 11 entrevistados nunca estiveram vinculados a nenhuma cooperativa de catadores. Embora dois tenham demonstrado disposição e interesse em atuar nesse modelo organizativo, relataram não ter tido oportunidade de ingresso. A fala do Indivíduo 2 ilustra essa realidade: “E a gente não entrou nas cooperativas, entendeu? Porque assim que fechou o lixão, todo mundo foi se organizando e não teve espaço para todo mundo nos galpões, aí eu peguei e fiquei fora, né” (Indivíduo 2, 2025). Esse relato evidencia que o processo de transição para o trabalho cooperado, após o fechamento do lixão, foi marcado por limitações estruturais e pela exclusão de parte dos catadores, que acabaram não sendo absorvidos pelas alternativas formais criadas no período.

Por outro lado, os entrevistados que relataram já ter trabalhado em cooperativas fizeram críticas contundentes a essa forma de organização do trabalho. A maior parte das queixas refere-se à baixa remuneração e às condições precárias, que, segundo os depoentes, inviabilizaram sua permanência nesse tipo de atividade. Como relata o Indivíduo 4: “[...] eu trabalhei uns 15 dias, mas quando recebi vi que não dava. Se eu ficasse lá, ia passar necessidade. Aí não fiquei, estou fora até hoje”. E complementa: “[...] no centro de triagem a maioria só não ficou porque não dava condições de sobrevivência”. Já o Indivíduo 7 reforça essa insatisfação: “O salário que dão pra gente é esmola, muito pouco, não é compatível. Seria compatível se fosse um salário digno. Aí tem que trabalhar muito, muito, e ganhar menos,

ganhar pouco... então, pra nós não é favorável” (Indivíduo 7, 2025). Esses relatos revelam o descompasso entre o discurso de inclusão produtiva por meio das cooperativas e a realidade enfrentada por parte dos catadores, que se deparam com precarização, baixa renda e falta de valorização do trabalho (Meira *et al.*, 2015). Isso faz com que muitos prefiram o trabalho de catação na rua ou como era antes, no lixão, em vez de se vincularem a cooperativas.

Por essa razão, ao falarem de sua fonte de renda, muitos comentaram que na atividade de catação se ganha mais que nas demais alternativas que se tem. “Sou autônoma. Quando eu era catadora a minha renda era melhor que hoje” (Indivíduo 1, 2025). Embora alguns relatem depender de auxílios do governo, atuar como diaristas ou terem conseguido trabalhos formais, a maioria retornou à atividade de catação, após a desativação do lixão, agora desenvolvida nas ruas e em condições ainda mais precárias. “Minha fonte de renda é a reciclagem. Não tenho outra opção né, moça”. (Indivíduo 10, 2025)

Mesmo com desativação do Lixão da Estrutural, o trabalho com a catação permanece como a principal e, em muitos casos, única fonte de sustento, sobretudo pela ausência de alternativas viáveis no mercado formal. Alguns depoimentos (dois) evidenciam que a renda obtida na reciclagem supera a de outras ocupações disponíveis à população local: “Sou autônomo(a). Quando eu era catador(a), a minha renda era melhor que hoje” (Indivíduo 1, 2025), e, ainda: “...eu já ganhei muito dinheiro ali” (Indivíduo 8, 2025).

Esses relatos revelam uma realidade marcada por vulnerabilidade socioeconômica e evidenciam que, para grande parte dessa população, a chamada inclusão produtiva não veio acompanhada de políticas públicas consistentes de qualificação profissional, inserção no mercado de trabalho ou valorização das práticas da reciclagem. Tal lacuna evidencia um descompasso em relação aos objetivos da PNRS (Brasil, 2010), que estabelece, entre suas diretrizes, “metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (Brasil, 2010, art. 7º, V). Com isso, a permanência na catação não decorre apenas de uma escolha, mas sobretudo da escassez de oportunidades dignas e sustentáveis em um contexto de segregação.

Todos os entrevistados afirmaram se lembrar vividamente da desativação do Lixão da Estrutural, relatando os impactos que essa medida teve diretamente em suas vidas. Esse momento foi descrito como abrupto, doloroso e marcado por um sentimento coletivo de perda. A fala do Indivíduo 1 (2025) sintetiza a experiência vivida por muitos: “Sim, foi traumático, um dia tem trabalho, sua renda mensal, no outro você sem nada. Foi muito difícil, em meio a muitas lágrimas e fome, até conseguir entrar no mercado de trabalho novamente”.

A desativação do lixão, embora defendida sob o discurso da sustentabilidade e da

modernização da gestão de resíduos, representou para centenas de famílias o rompimento brusco com sua principal fonte de renda. Ainda que o governo Rollemberg tenha apresentado um projeto de transição produtiva, houve falhas nas políticas de inclusão social, já que muitos catadores enfrentaram insegurança alimentar, endividamento e instabilidade emocional (Santos *et al.*, 2013). Em outras palavras, a concessão de auxílio financeiro, a distribuição de cestas básicas e a oferta de cursos de capacitação profissional mostram-se insuficientes ao não contemplar a totalidade dos catadores afetados pela desativação do lixão (Campos, 2018a).

Dos 11 entrevistados, oito afirmaram que não foi considerada a opinião dos próprios catadores no processo de encerramento das atividades do Lixão da Estrutural. Os demais não souberam responder à pergunta, o que reforça a ausência de diálogo efetivo com essa população diretamente afetada pela medida. Ainda que algumas lideranças tenham participado do “Programa de Desativação do Aterro do Jóquei” (Campos, 2018a), os dados coletados nas entrevistas apontam uma falta de escuta, revelando um processo de decisão unilateral por parte do poder público. Isso desconsidera o protagonismo dos trabalhadores do lixão em relação à sua própria realidade, mesmo com a realização da audiência pública realizada na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados (Brasil, 2016) para tratar da PNRS no DF e do processo de desligamento do Aterro Controlado do Jóquei, da qual participaram seis organizações de catadores do Lixão da Estrutural.

Vários entrevistados relataram que as IRRs implantadas após o fechamento do lixão não foram capazes de absorver toda a mão de obra que antes atuava no local, resultando em desemprego e desamparo para muitos. Um deles relata: “[...] os colegas foram tirados à força lá de dentro, sem mais nem menos, e foi fechado. Ficou todo mundo desempregado, desamparado, e até hoje tem muita gente desempregada, desamparada e a situação tá aí.” (Indivíduo 7, 2025). A fala traduz a sensação de ruptura abrupta e abandono por parte das autoridades, que não garantiram alternativas viáveis de subsistência para os trabalhadores excluídos da nova forma formal de reciclagem apresentada. Essa constatação contraria o que foi afirmado por Campos (2018a), que garantiu que todas as organizações de catadores que atuavam no antigo lixão foram contratadas para prestar serviços de triagem e/ou coleta seletiva.

Além disso, algumas das IRRs e galpões de triagem instalados após o fechamento do Lixão da Estrutural foram implantados em áreas distantes da própria Estrutural e de Santa Luzia, que são os principais territórios de residência e de atuação dos catadores. Essa distância representou um obstáculo concreto à inserção dessa população nas novas estruturas

formais de triagem e reciclagem, especialmente para aqueles que não dispõem de meios de transporte ou de condições financeiras para arcar com os custos de deslocamento diário (Sampaio, 2020). Como destacam Sampaio (2020) e Capelari *et al.* (2020), a escolha dos locais das IRRs e dos galpões desconsiderou a lógica territorial e os fluxos cotidianos dos catadores, comprometendo sua permanência na atividade e aprofundando sua vulnerabilidade social. Dourado, Abreu e Jorge (2020) também ressaltam que, ao ignorar essas barreiras de acesso, o modelo adotado pelo governo limitou significativamente a efetividade das políticas de inclusão socioprodutiva propostas no processo de transição.

Outro entrevistado enfatiza as dificuldades enfrentadas atualmente no mercado de trabalho, indicando a catação como única alternativa acessível: “Hoje em dia arrumar emprego é difícil. O único serviço mais fácil que a gente encontra é na catação.” (Indivíduo 9, 2025). A declaração evidencia como a informalidade continua sendo o principal meio de sobrevivência para muitos, mesmo após as promessas de empregabilidade por meio da constituição de cooperativas, capacitação profissional e contratos de prestação de serviços com o poder público (Sampaio, 2020).

A insatisfação com a forma como o encerramento do lixão foi conduzido levou alguns entrevistados a declararem que prefeririam sua continuidade, o que ilustra o sentimento de negligência e a percepção de que a política pública, embora necessária do ponto de vista ambiental, falhou na dimensão social: “Mas eu acho que o certo era ter deixado aberto” (Indivíduo 9, 2025). Tal posicionamento revela uma tensão com o planejamento racional instrumental que conduziu seu fechamento. Evidencia-se, assim, os limites de uma abordagem tecnocrática que desconsidera as dimensões simbólicas e subjetivas do território, gerando, dessa forma, irracionalidades e contra-racionalidades. Tal contradição aponta para a necessidade de um planejamento mais orgânico e inclusivo, que considere o imaginário e as experiências concretas da população diretamente afetada, aumentando, assim, as chances de êxito e legitimidade das políticas públicas.

Muitos destacaram, sobretudo, o papel central do lixão como espaço de trabalho para milhares de pessoas, inclusive oriundas de outras regiões do Distrito Federal além da Estrutural e da Santa Luzia: “Lá ia gente de tudo que é lugar de Brasília trabalhar lá. Era muita gente” (Indivíduo 9, 2025). Tal observação reforça a amplitude do impacto social do fechamento, demonstrando que não se restringe ao território da Estrutural, mas atinge uma rede ampla de trabalhadores precarizados, invisibilizados no processo de transição.

Como o grupo focal foi composto por catadores de materiais recicláveis diretamente impactados pelo fechamento do Lixão da Estrutural, todos relataram terem sido afetados de

maneira significativa. Entre os principais efeitos mencionados, destaca-se a queda abrupta na renda, conforme ilustra a fala do Indivíduo 1 (2025): “[...] era a única renda que eu tinha”. Essa declaração resume a realidade de muitos participantes, cuja subsistência dependia exclusivamente da atividade informal de catação exercida no lixão.

O encerramento das atividades do lixão também gerou efeitos indiretos na economia local, atingindo setores como o comércio da Estrutural, que é alimentado pelo fluxo constante de pessoas e pela circulação de renda oriunda da atividade de catação. Como afirmou um dos participantes: “Afetou o comércio, afetou tudo porque o que gerava o comércio da Estrutural era o lixão, né” (Indivíduo 2, 2025). Essa observação revela como o lixão, ainda que inserido num contexto de precariedade e degradação ambiental, sustentava uma cadeia produtiva ampla, que incluía o comércio e redes de trocas locais.

Outro aspecto importante destacado pelos catadores foi a ruptura nas redes de comercialização de materiais recicláveis. Muitos perderam o contato com compradores e atravessadores, dificultando a continuidade do trabalho, mesmo fora do lixão. Como expressa o Indivíduo 6 (2025): “Afetou pelo fato da gente não ter mais para quem vender... muitos dos compradores de material reciclável eram de lá de dentro, né. Aí quando encerrou... a gente perdeu o contato com esses compradores”. Essa quebra das redes comerciais desorganizou a lógica da reciclagem praticada informalmente, fragilizando a autonomia econômica dos catadores e limitando sua capacidade de escoamento dos materiais coletados.

A insegurança alimentar também emergiu como um tema sensível na fala dos entrevistados. Diversos catadores relataram que, além de materiais recicláveis, também recolhiam alimentos no lixão, complementando assim suas refeições. “Às vezes vinham alguns alimentos gelados pra gente se alimentar” (Indivíduo 7, 2025). Embora esse dado revele uma situação de vulnerabilidade extrema, ele também evidencia o papel multifuncional que o lixão desempenhava na vida cotidiana dessas pessoas – não apenas como espaço de trabalho, mas como local de sobrevivência material.

Um dos depoimentos que merece destaque foi o de um entrevistado que relatou ter chorado ao visitar o lixão após o seu fechamento, expressando o quanto aquele espaço era significativo em sua trajetória de sobrevivência: “Mas, eu chorei, eu chorei muito, muito, muito. Porque eu só chegava lá e encontrava um monte de lençol, roupa... vendia” (Indivíduo 9, 2025). Esse relato evidencia não apenas o vínculo afetivo com o espaço, mas também a dimensão econômica e prática que o lixão representava para muitas pessoas. Nesse caso, funcionava como uma fonte alternativa de mercadorias, especialmente roupas e tecidos, que eram coletados, limpos e revendidos, constituindo uma estratégia recorrente de geração de

renda. O fechamento do lixão, portanto, não implicou apenas a interrupção do trabalho com materiais recicláveis, mas também a supressão de outras formas informais de sustento, como o reaproveitamento de itens descartados com valor comercial.

Esse tipo de atividade – a revenda de roupas e utensílios reaproveitados – é parte de uma lógica mais ampla de economia popular urbana, marcada pela criatividade e pelo uso estratégico do descarte como recurso. A ausência de políticas públicas que reconheçam essas formas de trabalho invisibilizadas acentua ainda mais a precariedade enfrentada por esses sujeitos. O depoimento em questão torna visível uma camada frequentemente ignorada nas análises institucionais sobre o fechamento do lixão: o papel central que ele desempenhava como espaço de acesso a materiais diversos, inclusive vestuário, fundamentais para garantir o mínimo de dignidade e autonomia financeira.

Outro impacto recorrente mencionado pelos participantes diz respeito à necessidade de percorrer longas distâncias para continuar exercendo a atividade de catação após o fechamento do lixão. A centralidade territorial que o antigo Lixão da Estrutural representava foi substituída por trajetos extensos e cansativos, muitas vezes feitos a pé ou empurrando carrinhos, como relata um dos entrevistados: “Tem vez que vou lá pra Águas Lindas pra catar, de carrinho, empurrando aquele carrinho. Antigamente não, a gente ia bem ali, ó... a vida era melhorzinha um pouquinho. Agora tem que andar bem mais longe” (Indivíduo 10, 2025). Esse deslocamento forçado reflete não apenas uma perda de acesso ao espaço de trabalho, mas também a intensificação da precarização laboral, marcada por maiores esforços físicos, aumento do tempo gasto e insegurança quanto ao retorno financeiro.

Além disso, os catadores que seguiram na atividade destacaram que os materiais atualmente disponíveis nas ruas ou em pontos de descarte não se comparam, em qualidade e quantidade, aos que eram encontrados no lixão. A precarização, portanto, não é apenas espacial, mas também econômica. Muitos relataram que o volume de material reciclável coletado hoje é menor, mais disperso e, frequentemente, de baixo valor comercial. Isso agrava a instabilidade da renda e compromete ainda mais a viabilidade do trabalho autônomo com reciclagem, levando muitos à condição de total desemprego.

Todos os entrevistados afirmaram que a gestão responsável pelo fechamento do Lixão da Estrutural, a do Rodrigo Rollemberg, não levou em conta a perspectiva dos catadores. Segundo seus relatos, não houve diálogo, escuta ativa ou envolvimento efetivo daqueles que mais seriam impactados pela medida. Essa ausência de participação evidencia uma condução verticalizada do processo, realizada de maneira autoritária e insensível às realidades sociais do território (Domiciano, 2020).

Esse modo de gestão reforçou, entre os catadores, um sentimento recorrente de invisibilidade e desvalorização, frequentemente mencionado nas falas. Para muitos, a decisão de fechar o lixão sem consultar os trabalhadores que dele dependiam simboliza mais uma etapa de um histórico de exclusão social. A falta de reconhecimento de suas vozes e saberes, acumulados por anos de experiência prática, gerou não apenas desestruturação material, mas também feridas subjetivas ligadas à dignidade e ao pertencimento.

Ao propor aos catadores a pergunta “Na sua visão, qual seria a forma ideal para realizar a desativação do lixão?”, a pesquisadora não buscava uma resposta racional ou técnica, mas, sobretudo, convocava esses sujeitos a exercitarem sua imaginação – um gesto profundamente político e epistêmico. Tal exercício está relacionado à noção de “instituição do imaginário” desenvolvida por Cornelius Castoriadis (1982), segundo a qual a sociedade é constantemente (re)criada por meio de imaginários coletivos, ou seja, representações, significações e símbolos que fundamentam práticas sociais, instituições e modos de vida.

Na perspectiva castoridiana, ao se abrir espaço para que os catadores projetem formas alternativas de desativação do lixão, valoriza-se a capacidade instituidora do imaginário social desses sujeitos, que não apenas reproduzem normas preexistentes, mas também são capazes de inventar outras formas possíveis de existência, organização e gestão territorial. Trata-se de uma ruptura com o imaginário dominante tecnocrático e verticalizado, que historicamente excluiu os catadores da tomada de decisão sobre os próprios destinos (Marques, 2018).

Essa abordagem também se articula com a proposta da Geografia Social Imaginativa do Lugar, desenvolvida pelo professor Everaldo Batista da Costa, que busca valorizar a dimensão simbólica, sensível e imaginativa da relação entre os sujeitos e o espaço. Segundo Costa (2021), o lugar não é apenas um recorte físico ou geográfico, mas um campo de experiências vividas e de projeções simbólicas que os indivíduos constroem ao longo do tempo. Quando os catadores são convidados a imaginar uma “forma ideal” para o encerramento do lixão, são também instigados a reconfigurar, com base em suas experiências e afetos, o significado daquele espaço e seu pertencimento a ele.

A construção de cenários ideais para o fechamento do lixão, a partir do imaginário dos próprios catadores, revela a percepção crítica sobre as falhas no processo de transição e a ausência de protagonismo daqueles diretamente afetados. A maioria dos entrevistados enfatizou a importância de valorizar os saberes acumulados na prática da catação como base para políticas mais eficazes e inclusivas. No entanto, esse conhecimento foi amplamente desconsiderado, como expressa o relato de um dos participantes: “Mas, infelizmente, eles nem pensou [*sic*] em aproveitar o nosso conhecimento junto à catação de material reciclagem e

deixou a gente sem rumo” (Indivíduo 1, 2025). A fala evidencia a frustração diante de um processo no qual as decisões foram tomadas de cima para baixo, ignorando as experiências e as propostas vindas da própria base trabalhadora.

Outra contribuição relevante é a do Indivíduo 3, que apresenta uma visão abrangente sobre como o encerramento do lixão poderia ter sido conduzido de maneira mais justa e eficaz. Ele propõe a inclusão dos catadores em múltiplas frentes, destacando a importância de uma coleta seletiva realmente abrangente, o reaproveitamento integral dos resíduos, a construção de galpões em quantidade e qualidade adequadas, além da formulação de políticas específicas para os trabalhadores mais velhos e em condições de saúde debilitadas – como é o caso de um dos entrevistados, que perdeu a visão em decorrência direta das condições insalubres de trabalho no lixão. Para esses trabalhadores, seriam fundamentais medidas como a concessão de aposentadoria especial, o acesso à assistência social continuada e a criação de programas eficazes de transição para o mercado formal de trabalho:

A forma ideal seria, a inclusão dos catadores em várias situações, implantação da coleta seletiva abrangente [...] a necessidade de aposentadoria para os catadores mais velhos e os doentes, a inclusão em programas que encaminhasse para o mercado de trabalho, dentre outras possibilidades” (Indivíduo 3, 2025).

Trata-se de um projeto de inclusão estrutural, que vai além da simples substituição do lixão por galpões, apontando para um sistema integrado de gestão de resíduos com justiça social, como é previsto na PNRS e PDRS.

A indignação diante da ausência de medidas compensatórias também aparece na fala do Indivíduo 4 (2025), que questiona a inexistência de indenizações prévias ao fechamento do lixão: “Eu penso assim: como eles iam fechar o lixão porque eles não indenizou [*sic*] as pessoas antes das pessoas entrarem na justiça”. Essa queixa revela a insegurança jurídica e econômica vivenciada pelos trabalhadores, que se viram obrigados a buscar reparações por vias judiciais, num processo emocionalmente desgastante e demorado.

Outro ponto importante levantado pelos entrevistados refere-se à necessidade de organização por meio de cooperativas, como sugere o Indivíduo 10 (2025): “Precisava das cooperativas, né. Até porque lixão a céu aberto não pode existir...”. A fala reconhece o caráter insustentável do lixão, mas, ao mesmo tempo, indica que sua substituição exige estruturas alternativas eficazes, o que, na visão de muitos, não foi devidamente implementado.

É significativo observar que dois entrevistados defenderam explicitamente a não desativação do lixão. Essa posição, embora minoritária, sinaliza a percepção de que o lixão, apesar de suas condições precárias, ainda representava uma importante fonte de sustento diante da ausência de alternativas concretas. Isso evidencia a irracionalidade a partir do

discurso institucional de progresso ambiental diante da realidade socioeconômica dos trabalhadores afetados – uma contradição que reforça a necessidade de se repensar modelos de transição que aliem sustentabilidade, justiça social e a voz dos trabalhadores (Marques, 2018; Schneider; Elias, 2019).

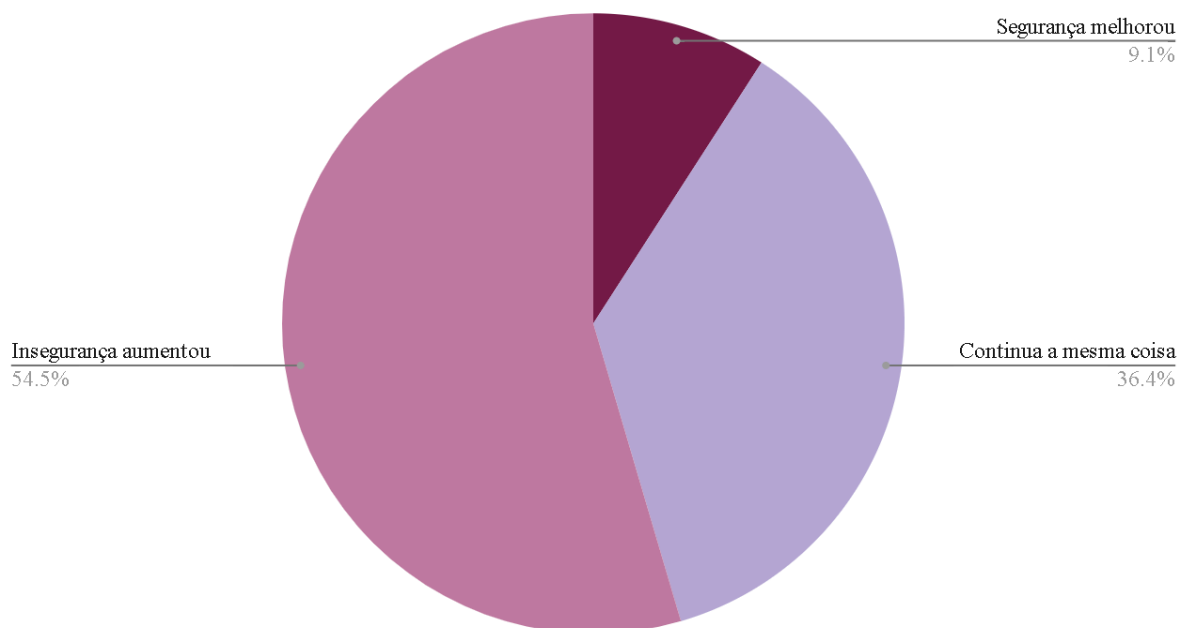
Ao serem questionados sobre as mudanças no trabalho após a desativação do lixão, um número expressivo de entrevistados relatou ter perdido a principal fonte de renda, sendo forçado a buscar alternativas informais e instáveis, como catar recicláveis nas ruas, depender de auxílios governamentais ou solicitar ajuda de parentes e amigos.

Mesmo entre os que conseguiram empregos formais, há relatos de insatisfação com a perda da autonomia que o trabalho no lixão, apesar de sua precariedade, proporcionava. Muitos destacam que, no lixão, podiam definir seus próprio horários, ritmos e estratégias de trabalho, o que lhes dava a sensação de liberdade e controle sobre a própria rotina. Com a formalização, essa autonomia foi substituída por regras rígidas, metas e rotinas exaustivas, muitas vezes por remunerações inferiores à renda obtida anteriormente com a catação.

Além disso, os entrevistados voltam a mencionar a figura central dos compradores de materiais recicláveis, cuja presença se tornou escassa ou inexistente após o fechamento do lixão. Essa ausência desestrutura ainda mais o circuito econômico informal da reciclagem, comprometendo a viabilidade da atividade mesmo fora dos limites do antigo lixão.

Após o fechamento do Lixão da Estrutural, a percepção de segurança na região tornou-se uma questão controversa entre os moradores. Dos entrevistados, seis relataram um agravamento na falta de segurança pública, quatro consideraram que a situação permaneceu inalterada e apenas um percebeu melhorias.

Figura 13 - Opinião dos catadores sobre a segurança pós desativação do lixão



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Segundo a Polícia Civil do Distrito Federal, houve um crescimento significativo nos índices de crimes na Estrutural após o encerramento das atividades do lixão (Amorim, 2018). Destacam-se os roubos a ônibus coletivos, que aumentaram 355%; os roubos a comércio, com crescimento de 57%; e os roubos a pedestres, que subiram 53% (Jornal de Brasília, 2022). O delegado Rodrigo Bonach, chefe da 8ª Delegacia de Polícia (SIA), atribui parte desse aumento à perda de renda de indivíduos que anteriormente trabalhavam na catação de materiais recicláveis, levando alguns a recorrerem a atividades ilícitas para suprir suas necessidades (Amorim, 2018).

Essa situação evidencia a importância de políticas públicas que considerem não apenas os aspectos ambientais do fechamento de lixões, mas também os impactos socioeconômicos sobre as comunidades envolvidas. A ausência de alternativas viáveis de emprego e renda pode levar a um aumento da vulnerabilidade social e, consequentemente, da criminalidade.

Entre todas as perguntas realizadas, as respostas à questão “Do que mais você carece?” foram as mais variadas, refletindo a multiplicidade de experiências e necessidades individuais dos entrevistados. Essa diversidade aponta não apenas para carências materiais pontuais – como tirar documentos, acesso à água, mais material para a reciclagem e moradia –, mas também para vulnerabilidades mais profundas e subjetivas – como justiça, emprego formal, saúde, “tudo” e mais renda, todas entrelaçadas a processos históricos e ancestrais de exclusão

e marginalização. Muitas dessas carências são heranças de uma trajetória marcada por desigualdades enraizadas e por uma colonialidade persistente que molda o acesso desigual ao espaço urbano, aos serviços públicos e aos direitos básicos (Ribeiro, 2015).

Nesse contexto, é pertinente falar sobre uma “situação espacial duradoura” para compreender a realidade desses sujeitos (Costa, 2016). Trata-se de um domínio estatal e de mecanismos de segregação que persistem historicamente nos territórios periféricos da América Latina e do Caribe. Segundo o autor supracitado, essas estruturas são constantemente tensionadas por formas de resistência popular, que se manifestam por meio da arte, da religiosidade, de práticas econômicas alternativas, dos movimentos sociais e de formas de fazer política situadas nos próprios territórios e em diversas escalas (Costa, 2016; 2021). Sobretudo, trata-se uma condição em que determinadas populações, como os ex-catadores do Lixão da Estrutural, permanecem confinadas a territórios marcados pela precariedade, pela informalidade e pela invisibilidade política. Essa permanência de situação não é apenas geográfica, já que os sujeitos, especialmente após a modernidade, continuam sendo tratados como subalternos – como habitantes de um espaço urbano que lhes nega plenamente a cidadania.

Diversos entrevistados apontaram que, para melhorar a realidade da Cidade Estrutural, seria necessário investir fortemente em infraestrutura urbana, com destaque para a ampliação da rede de postos de saúde, hospitais e o reforço da segurança pública. Moradores da comunidade Santa Luzia (quatro), uma das áreas mais vulneráveis da região, ressaltaram a falta de acesso básico à energia elétrica e à água encanada.

Outro ponto recorrente nas falas foi a necessidade de mais creches e escolas públicas, acompanhada da preocupação com a infância na Estrutural. Esse aspecto é particularmente significativo, considerando o histórico da região com o trabalho infantil no antigo lixão, onde muitas crianças ajudavam seus familiares na catação de resíduos em condições degradantes. A melhoria das condições educacionais é, portanto, fundamental não apenas para interromper ciclos de reprodução da pobreza, mas também para garantir o direito ao desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes.

O trabalho infantil no Lixão da Estrutural foi objeto de ações judiciais que responsabilizaram o poder público e empresas privadas pela negligência em impedir a presença de crianças e adolescentes no local. Em 2018, o Ministério Público do Trabalho (MPT) obteve uma sentença que condenou o Governo do Distrito Federal (GDF), o SLU e as empresas Valor Ambiental e Quebec Construções ao pagamento de aproximadamente R\$ 20 milhões por danos morais coletivos, devido à permissão do trabalho infantil no lixão (Brasil,

2018).

Também se destacou a demanda por mais oportunidades para a juventude, com políticas de inserção produtiva e espaços de lazer e cultura, como forma de prevenir a marginalização e o envolvimento com a criminalidade. Nesse sentido, as falas expressam a percepção de que a ausência do Estado em políticas estruturantes alimenta um ciclo de exclusão social e vulnerabilidade que atinge, sobretudo, os jovens.

Outras propostas envolveram a necessidade de tornar a cidade mais limpa, com o recolhimento adequado de entulhos, e o aumento da quantidade de galpões de triagem e reciclagem, para gerar trabalho digno e fortalecer as cooperativas locais de catadores. Também foi mencionada a urgência de mais equipamentos públicos, como centros comunitários, espaços de esporte, cultura e assistência social, capazes de ampliar o acesso a direitos e promover a cidadania.

Uma declaração particularmente significativa foi a de um entrevistado que afirmou ser necessário “tirar da cidade a marca de Latrina de Brasília” (Indivíduo 3, 2025). A fala revela não apenas o incômodo com a associação histórica da Estrutural ao lixo, mas também um profundo desejo de reconfigurar a imagem do território perante o restante da cidade. Mais do que uma reivindicação estética, trata-se de uma demanda por dignidade e reconhecimento.

Esse anseio de retirar a marca imposta à Estrutural está diretamente ligado à superação das heranças da exclusão socioespacial e da marginalização institucional (Mosna, 2020). A cidade, historicamente associada ao antigo lixão e à informalidade, foi estigmatizada como território de descarte – não apenas de resíduos, mas também de pessoas. Tal percepção se insere no que Wacquant (2008) define como estigmatização territorial, processo pelo qual certos espaços urbanos são socialmente reduzidos a identidades negativas como “favela”, “invasão” ou, neste caso, “lixão”, apagando a complexidade das dinâmicas sociais, culturais e econômicas que neles se desenvolvem.

Nesse sentido, a fala do entrevistado pode ser entendida como uma forma de resistência simbólica à lógica que marginaliza e inferioriza determinados territórios e seus moradores. Ao propor a ruptura com esse imaginário, ele reivindica não apenas uma transformação física da cidade, como foi feito com o desligamento do lixão, mas, sobretudo, a revalorização de um lugar historicamente invisibilizado e estigmatizado; um chamado à reintegração simbólica da Estrutural ao tecido social da capital.

Considerando que se trata de uma pesquisa qualitativa, os dados obtidos contribuíram significativamente para a análise. No entanto, é importante destacar novamente que, por se tratar de uma amostra reduzida, não se pretende representar a totalidade da população em

termos de opiniões e percepções. Dessa forma, torna-se necessário o desenvolvimento de novos estudos sobre a temática, se possível, com uma amostra maior, a fim de evidenciar a situação dos catadores diante do fechamento do lixão e suas múltiplas vulnerabilidades.

Além disso, ao longo do trabalho em campo com os catadores, emergiram outras questões urgentes que demandam atenção, tais como: a relação de desconfiança e aversão às cooperativas, as indenizações que alguns catadores relataram ter intenção de reivindicar, e a persistência do trabalho infantil no contexto do antigo Lixão da Estrutural.

Todavia, ao longo da pesquisa notou-se a importância de ter escolhido as entrevistas para serem realizadas com o grupo focal em detrimento da aplicação de questionários. Essa escolha permitiu um maior aprofundamento nas temáticas de interesse e melhor compreensão da realidade desses sujeitos, além de favorecer a “humanização das técnicas e dos técnicos” (Costa, 2021, p. 112).

Com base nas entrevistas realizadas, identificou-se a necessidade de elaborar uma cartilha informativa como forma de devolutiva aos catadores (Apêndice B), visando ampliar o acesso à informação sobre os motivos que levaram ao fechamento do Aterro Controlado do Jóquei e apresentar a perspectiva de uma parcela da população, conforme revelado pela amostra da pesquisa. A proposta da cartilha também se alinha à ideia de um planejamento urbano possível (Costa, 2021), que reconheça e incorpore a visão e a experiência dos sujeitos cidadãos diretamente envolvidos no processo de planejamento urbano.

A escolha dos tópicos abordados na cartilha baseou-se nos temas mais recorrentes e explícitos nas entrevistas. Um dos assuntos que mais se destacou foi a necessidade de fechamento do lixão, já que muitos entrevistados relataram não compreender os motivos dessa decisão e expressaram o desejo de obter mais informações a respeito.

Assim, a cartilha foi pensada como uma forma de devolutiva não apenas para os catadores que participaram das entrevistas, mas também para a população em geral da Cidade Estrutural e da comunidade Santa Luzia. Seu objetivo é esclarecer a situação dos catadores que trabalhavam no antigo Lixão da Estrutural após o encerramento das atividades. A seleção dos tópicos buscou garantir uma linguagem simples e acessível, e sua distribuição pretende ampliar a circulação das informações consideradas essenciais, que não deveriam permanecer restritas ao conteúdo das entrevistas ou deste trabalho acadêmico. Pois, se não fosse dessa forma, o conteúdo da pesquisa não chegaria ao próprio grupo em questão de forma adequada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um aspecto que se destaca nos resultados é a expectativa inicial de que haveria maior uniformidade nas respostas dos entrevistados, o que acabou não se confirmando. Pelo contrário, as falas revelaram a diversidade de experiências e percepções individuais, evidenciando que cada entrevistado representa um universo próprio de vivências. Entre os resultados, chama atenção o fato de que um grupo de catadores não sabia os motivos do fechamento do lixão e chegou a reivindicar que ele não fosse desativado. Essa posição revela uma aparente contradição e uma irracionalidade: cidadãos que desejam a permanência de um lixão a céu aberto, mesmo sendo uma estrutura sabidamente prejudicial ao meio ambiente e à saúde pública. Esse dado revela, por um lado, a ausência de informação e, por outro, o quanto a desativação do lixão impactou diretamente a vida dessas pessoas, a ponto de sua permanência ser vista, por alguns, como necessária para a própria subsistência.

Com a realização da pesquisa, foi possível aprofundar o conhecimento sobre uma parcela da população de catadores que foi diretamente prejudicada pela desativação do Lixão da Estrutural. Para a construção de um planejamento urbano possível, nos termos propostos por Costa (2021), é imprescindível escutar esses sujeitos, compreendendo suas necessidades, experiências e opiniões. Somente a partir dessa escuta ativa é que se torna viável elaborar um planejamento que valorize o conhecimento vivido e territorializado que esses indivíduos possuem sobre o lugar. Nesse sentido, a pesquisa contribui para os campos da Geografia Humana e da Geografia Urbana ao reforçar a importância de se pensar formas de transformar a cidade sem excluir aqueles que nela habitam. Pelo contrário, propõe-se a construção de alternativas urbanas que partam justamente da vivência e da presença ativa dos moradores, reconhecendo-os como agentes centrais na produção do espaço urbano.

Observam-se alguns limites neste trabalho, os quais merecem ser considerados em futuras pesquisas. Recomenda-se, por exemplo, que a amostra da população entrevistada seja ampliada, de modo a permitir uma representação mais abrangente e fiel do grupo focal. Além disso, algumas perguntas do roteiro de entrevistas podem ser reformuladas, especialmente aquelas que exigem mais de uma resposta, uma vez que geraram dúvidas e mal-entendidos por parte dos participantes. Tais questões podem ter comprometido, a clareza das respostas obtidas. Outro limite importante refere-se ao próprio recorte temático adotado neste estudo, que, embora necessário para a delimitação da pesquisa, restringe a abordagem de um tema que se revela vasto e passível de múltiplos desdobramentos investigativos.

Nesse sentido, durante a realização da pesquisa, emergiram algumas questões de

grande relevância que podem servir de base para investigações futuras. Algumas delas já foram mencionadas anteriormente, enquanto outras merecem destaque adicional. Entre essas, destaca-se a necessidade de aprofundar os estudos quanto a acidentes de trabalho e o desenvolvimento de doenças entre os catadores que atuavam no Lixão da Estrutural, tema ainda pouco explorado, mas de fundamental importância para a compreensão dos impactos à saúde dessa população. Outra questão significativa refere-se à noção de estigmatização territorial, conforme discutida por Wacquant (2008), especialmente no que diz respeito à associação entre a Cidade Estrutural, seus habitantes e o antigo lixão. Esse vínculo simbólico e social contribui para a reprodução de preconceitos e marginalizações que merecem ser analisados em maior profundidade por futuras pesquisas no campo da Geografia Urbana, Geografia Humana ou Sociologia.

Por fim, é importante enfatizar que todas as etapas e processos desenvolvidos ao longo do trabalho foram orientados no sentido de alcançar tanto o objetivo principal da pesquisa quanto os objetivos específicos previamente definidos. Destaca-se, nesse contexto, a produção da cartilha, que desempenhou um papel fundamental ao traduzir o conhecimento gerado durante a pesquisa para uma linguagem acessível e compreensível pelos próprios catadores. Essa iniciativa buscou garantir que os resultados não permanecessem restritos ao meio acadêmico, mas retornassem à comunidade envolvida, promovendo a democratização da informação e valorizando o saber popular como parte integrante do processo de construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AGÊNCIA BRASIL. *Lixão de Brasília é fechado; catadores criticam transferência para galpões*. Brasília, 20 jan. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-01/lixao-de-brasilia-e-fechado-catadores-criticam-transferencia-para-galpoes>. Acesso em: 6 maio 2025.

AMORIM, Henrique. Criminalidade aumenta na Estrutural após lixão ser fechado, diz PCDF. *Correio Braziliense*, Brasília, 12 jun. 2018. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/06/12/interna_cidadesdf%2C688038/criminalidade-aumenta-na-estrutural-apos-lixao-ser-fechado-diz-pcdf.shtml. Acesso em: 29 maio 2025.

ANDRADE, Liza. Santa Luzia resiste: processo participativo e padrões espaciais para elaboração do Plano de Bairro e do Projeto de Habitação das Mulheres Poderosas. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo | Paranoá*, Brasília, n. 29, p. 1–15, jan./jun. 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/80930665/Santa_Luzia_resiste. Acesso em: 26 maio 2025.

ARANTES, Otília. Esquema de Lucio Costa. In: NOBRE, Ana Luiza; et al. (org.). *Lucio Costa: um modo de ser moderno*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

BICCA, Paulo. Brasília: mitos e realidades. In: PAVIANI, Aldo (org.). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

BRANDÃO, I. R. *Governar o desperdício: a inclusão de catadores no regime brasileiro de políticas de resíduos*. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

BRANDÃO, Zigmunt; CORRÊA, Roberto Lobato. Imigrantes nordestinos em Brasília: segregação e identidade. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10., 2003, Salvador. *Anais...* Salvador: ANPUR, 2003.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. *Audiência pública: cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 24 nov. 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/48492>. Acesso em: 5 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 37.130, de 19 de fevereiro de 2016**. Aprova o Plano de Intervenção para encerramento das atividades irregulares no Aterro Controlado do Jóquei. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF, 19 fev. 2016.

BRASIL. Distrito Federal. Secretaria de Meio Ambiente. *Diagnóstico de contaminação do Lixão da Estrutural*. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.sema.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2022/05/Produto3-i-DIAGNOSTICO-LIXAO-03-05-2022-E-BOOK.pdf>. Acesso em: 6 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário**

Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 147, n. 147, p. 3–7, 3 ago. 2010.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. **GDF, SLU, Valor Ambiental e Quebec são condenados em aproximadamente R\$ 20 milhões por permitir trabalho infantil no Lixão da Estrutural**. Brasília: MPT, 2018. Disponível em: <https://www.prt10.mpt.mp.br/informe-se/noticias-do-mpt-df-to/1162-gdf-slu-valor-ambiental-e-quebec-sao-condenados-em-aproximadamente-r-20-milhoes-por-permitir-trabalho-infantil-no-lixao-da-estrutural>. Acesso em: 29 maio 2025.

BRASIL. **Portaria nº 185, de 1º de dezembro de 2016**. Regulamenta o Programa Agentes de Cidadania Ambiental – Inclusão ao Mundo do Trabalho na Área Ambiental. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF, 5 dez. 2016.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1(3), p. 68–80, jan./jul. 2005.

CAMPOS, H. K. Como fechamos o segundo maior lixão do mundo. **Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 204–253, 2018a. Disponível em: http://assecor.org.br/files/3015/4470/2872/como_fechamos_o_segundo_maior_lix_o_do_mundo.pdf. Acesso em: 23 maio 2025.

CAMPOS, Pedro. **Catadores, resíduos e cidadania: uma arqueogenealogia da política de gestão de resíduos sólidos no Distrito Federal**. 2018b. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

CAMPOS, Newton. A segregação planejada. In: PAVIANI, Aldo (org.). **A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

CAPELARI, Mauro Guilherme Maidana; DOMICIANO, Mariana Rodrigues Amaral; QUEIROZ, Lucia de Fátima Nascimento de; BANDEIRA, Ludmilla Ferreira; TONI, Fabiano. A trajetória de encerramento do maior lixão da América Latina: entre centralização, descentralização e exclusão. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 54, p. 146–166, jul./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5380/dma.v54i0.69134>. e-ISSN 2176-9109.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CIDADE, Lúcio. Acumulação flexível e gestão do território no Distrito Federal. In: PAVIANI, Aldo (org.). **Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **SCIA / Estrutural: relatório da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios de Brasília**. Brasília: Codeplan, [s.d.]. Disponível em: <http://bit.ly/2vc97XX>. Acesso em: 14 abr. 2025.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2024 Ampliada: Região Administrativa da Estrutural**. Brasília, DF: Codeplan, 2024.

COSTA, Everaldo. Planejamento urbano possível, imaginário, existência e cultura. **Tempo Social**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 91-120, 2021. DOI:

<https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2021.164522>.

COSTA, Everaldo Batista da. Utopismos patrimoniais pela América Latina: resistências à colonialidade do poder. *In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA*, 14., 2016, Barcelona. **Anais...** Barcelona: Universidad de Barcelona, 2016. p. 1–32. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/xiv_everaldocosta.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.

COSTA, Everaldo Batista da; PELUSO, Marília Luiza. Imaginário urbano e situação territorial vulnerável na capital do Brasil. **Biblio3W – Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XXI, n. 1.151, 25 fev. 2016a. ISSN 1138-9796. Depósito legal: B. 21.742-98.

COSTA, Helena; PELUSO, Érika. **A luta por moradia e a reexistência dos catadores na Estrutural**. Brasília: Instituto Brasileiro de Administração para o Desenvolvimento – IABS, 2017.

COUTO, Bruno Guimarães do. **Ideologia e utopia de Brasília: disputas em torno do projeto de Brasil moderno**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CRUVINEL, Vanessa; ARAUJO, Wildo; MARTINS, Carolina; ALVARENGA, Júlio. Perfil dos catadores de resíduos sólidos do Distrito Federal: uma análise comparativa entre associações de Ceilândia e Estrutural. **Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário Unieuro**, Brasília, n. 19, p. 67–87, jan./jun. 2017. ISSN 1809-1261.

CRUVINEL, Vanessa Resende Nogueira et al. **O fim do maior lixão da América Latina: inclusão sócio-produtiva e cuidado com a saúde dos catadores de materiais recicláveis**. Brasília: CEPAL, 2020. Disponível em: <https://archivo.cepal.org/pdfs/bigpushambiental/Caso79-OFimdoMaiorLixaodaAmericaLatina.pdf>. Acesso em: 6 maio 2025.

DISTRITO FEDERAL. **Lei Complementar nº 715, de 28 de junho de 2006**. Dispõe sobre a política habitacional do Distrito Federal, a regularização de áreas ocupadas por população de baixa renda e dá outras providências. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF, 29 jun. 2006.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 5.418, de 24 de novembro de 2014**. Dispõe sobre a Política Distrital de Resíduos Sólidos e dá outras providências. **Diário Oficial do Distrito Federal: seção 1**, Brasília, DF, n. 251, p. 1–4, 1 dez. 2014. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/78558/Lei_5418_27_11_2014.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Limpeza Urbana. **Trabalho formalizado dá vida nova aos catadores do DF**. Brasília, 14 jun. 2023. Disponível em: <https://slu.df.gov.br/trabalho-formalizado-da-vida-nova-aos-catadores-do-df/>. Acesso em: 6 maio 2025.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. **Aviso de pauta – 900 catadores são selecionados para o Programa Agente de Cidadania Ambiental**. Brasília, 10 jan. 2017. Disponível em: <https://www.sedes.df.gov.br/w/aviso-de-pauta-900-catadores-sao-selecionados-para-o-progra>

ma-agente-de-cidadania-ambiental. Acesso em: 28 abr. 2025.

DOMICIANO, Mariana Rodrigues Amaral. *A trajetória de encerramento do maior lixão da América Latina: entre centralização, descentralização e exclusão*. 2020. 142 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

DOURADO, Andrea Portugal Fellows Kuhnert; ABREU, Maria de Fátima; JORGE, Francisco Antônio Mendes. O papel das contratações das cooperativas e associações de catadores de recicláveis na viabilização do encerramento do lixão da Estrutural. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 7036-7053, fev. 2020. ISSN 2525-8761.

FERREIRA, Isabel. Gestão do território e novas territorialidades. In: PAVIANI, Aldo (org.). *Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

GIOVERNARDI, Edvânia. Impactos socioambientais do crescimento urbano no DF. In: PAVIANI, Aldo; et al. (org.). *Brasília 50 anos: da capital à metrópole*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

GOUVÊA, Lucas. A capital do controle e da segregação social. In: PAVIANI, Aldo (org.). *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

G1. *Fechamento do lixão da Estrutural: veja o novo caminho do lixo que você joga*. G1, Brasília, 20 jan. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/fechamento-do-lixao-da-estrutural-veja-o-novo-caminho-do-lixo-que-voce-joga.ghtml>. Acesso em: 31 maio 2025.

HOLSTON, James. *Cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

IBGE. *Censo demográfico 2022: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL. *Plano de Manejo da ARIE da Vila Estrutural*. Brasília: IBRAM, 2018. Disponível em: https://www.ibram.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Plano_de_Manejo_ARIE_Estrutura_l.pdf. Acesso em: 26 maio 2025.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (INESC). *Catadores, sociedade civil e gestores discutem futuro com fim do maior lixão das Américas*. Brasília, 2017. Disponível em: <https://inesc.org.br/catadores-sociedade-civil-e-gestores-discutem-futuro-com-fim-do-maior-lixao-das-americas/>. Acesso em: 6 maio 2025.

JORNAL DE BRASÍLIA. Cidade Estrutural: insegurança aumenta após desativação de lixão. *Jornal de Brasília*, Brasília, 26 set. 2022. Disponível em: <https://jornaldebrasilia.com.br/brasil/cidade-estrutural-inseguranca-aumenta-apos-desativacao-lixao/>. Acesso em: 29 maio 2025.

LIMA, Antonia Sheila Gomes. *Pactos estruturantes para a promoção de territórios*

saudáveis e sustentáveis em convergência com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: o caso da Cidade Estrutural/DF. 2020. 732 f. Tese (Doutorado) – Instituição não informada, 2020.

LUIZ, Bruno Nóbrega. *A inclusão social dos catadores de materiais recicláveis do lixão da Estrutural, em Brasília/DF, e as Políticas Nacional e Distrital de Resíduos Sólidos*. 2020. Monografia (Especialização em Administração Pública) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/5355>. Acesso em: 23 maio 2025.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 121–192.

MARQUES, Carlos Henrique de A. Catadores de materiais recicláveis no Distrito Federal: sujeitos políticos ou mão de obra barata? *Revista Parágrafo*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 89–102, 2018.

MEDEIROS, Afonso; CAMPOS, Newton. Cidade projetada, construída, tombada e vivenciada: pensando o planejamento urbano em Brasília. In: PAVIANI, Aldo; et al. (org.). *Brasília 50 anos: da capital à metrópole*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

MEIRA, Fábio Bittencourt; GONÇALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino; IRIGARAY, Hélio Arthur R.; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. Gestão ambiental com inclusão social: limites e (im)possibilidades. Análise da inserção das cooperativas de catadores no campo da indústria de reciclagem. *OLAM: Ciência & Tecnologia*, São Cristóvão, v. 15, n. 2, p. 121–140, 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/view/891>. Acesso em: 27 maio 2025.

MOSNA, Pedro. *Cidade do lixo: disputas territoriais e políticas públicas na Estrutural (DF)*. 2020. 178 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Brasília, 2020.

NEVES, G. M. F.; MAIA, A. A.; REIS, P. C. A experiência de gestão do Programa de Desativação do Aterro do Jóquei no Distrito Federal. In: *CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA*, 10., 2017, Brasília. *Anais [...]*. Brasília: CONSAD, 2017. Disponível em: http://consad.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Painel-14_02.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.

OLIVEIRA, E. R. *O impacto social na vida dos catadores de lixo com a extinção do Lixão da Estrutural*. Brasília: Tribunal de Contas da União, 2020. Disponível em: <https://sites.tcu.gov.br/trabalhos-pos-graduacao/pdfs/OLIVEIRA%2C%20E.%20R.%20O%20impacto%20social%20na%20vida%20dos%20catadores%20de%20lixo%20com%20a%20extin%C3%A7%C3%A3o%20do%20Lix%C3%A3o%20da%20Estrut.pdf>. Acesso em: 6 maio 2025.

OLIVEIRA, Rafael de Almeida. *Brasília e o paradigma modernista: planejamento urbano do moderno atraso*. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PAVIANI, Aldo. A construção injusta do espaço urbano. In: PAVIANI, Aldo (org.). *A*

conquista da cidade: movimentos populares em Brasília. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

PELUSO, Érika; COSTA, Helena. *Catadores de materiais recicláveis e a construção de políticas públicas no Distrito Federal*. Brasília: Instituto Brasileiro de Administração para o Desenvolvimento – IABS, 2016.

PEREIRA, R. R. A cidade e os invisíveis. *Revista Retratos do Brasil*, São Paulo, ed. 98, set. 2015.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Segregação urbana: as cidades brasileiras no contexto latino-americano. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos (org.). *As metrópoles e a questão social brasileira*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 25–50.

RODRIGUES, Sarah. O ecossistema urbano da ocupação Santa Luzia. *Paranoá: cadernos de arquitetura e urbanismo*, n. 26, p. 108–123, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/70243566/O_ecossistema_urbano_da_ocupa%C3%A7%C3%A3o_Santa_Luzia. Acesso em: 2 jun. 2025.

SABBAG, Jorge Augusto. *Brasília, 50 anos: do urbanismo moderno ao planejamento estratégico*. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SALGADO, Gustavo Souto Maior. Análise da situação atual do Lixão da Estrutural. *Assessoria Legislativa*, Câmara Legislativa do Distrito Federal, ano 2, n. 9, ago. 2016. ISSN 2446-5585.

SALGADO, Rodrigo. *Catadores de materiais recicláveis: a difícil construção do pertencimento à cidade*. Brasília: Observatório das Metrópoles, 2016.

SAMPAIO, Cecília de Faria. O fechamento do Lixão da Estrutural e a inclusão dos catadores de materiais recicláveis na cadeia formal de tratamento de resíduos sólidos no Distrito Federal. In: *REPOSITÓRIO DE CASOS SOBRE O BIG PUSH PARA A SUSTENTABILIDADE NO BRASIL*. Brasília: CEPAL, 2020.

SANTOS, Leonor Maria Pacheco et al. A precária subsistência nos lixões: um relato sobre insegurança alimentar e fome entre catadores de materiais recicláveis. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 26, n. 3, p. 289–299, 2013. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/nutricao/article/view/8429>. Acesso em: 27 maio 2025.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHNEIDER, Flávio Luiz Schieber; ELIAS, Denise Vitale. Justiça ambiental e democracia: participação e desigualdade nos conflitos socioambientais. *Revista NERA*, v. 22, n. 46, p. 199–216, 2019.

SEVERI, Fábio Cidrin. Os catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis na Política Nacional de Resíduos Sólidos. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 152–171, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/dep.2014.9437>. Acesso em: 23 maio 2025.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Eстера Muszkat. ***Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação***. 4. ed. rev. e atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SOUZA, Jessé. ***A ralé brasileira: quem é e como vive***. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. ***ABC do desenvolvimento urbano***. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. ***Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos***. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

VASCONCELOS, Ana Lúcia Duarte Lanna. Brasília: cidade moderna, cidade patrimônio. In: ROLNIK, Raquel (org.). ***Territórios em conflito: São Paulo, Brasil e América Latina***. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

VESENTINI, José William. ***Capital da geopolítica***. São Paulo: Ática, 1986.

WACQUANT, Loïc. ***Os condenados da cidade: um estudo do gueto e da marginalidade avançada***. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

APÊNDICE A — Perguntas feitas à amostra na entrevista semiestruturada

1. Nome e idade.
2. Grau de instrução.
3. Você nasceu em Brasília? Se não, onde nasceu e por que veio para Brasília?
4. Você mora onde?
5. O que te levou a morar na Estrutural?
6. Já esteve vinculado a alguma cooperativa? Ainda permanece nela? Se não, por que não?
7. Qual sua principal fonte de renda/da sua família?
8. Você se lembra/presenciou o processo de desligamento do lixão da Estrutural?
9. De que forma se deu esse processo, procuraram saber da sua opinião?
10. O desligamento do lixão da Estrutural afetou você e a sua família? Se sim, de que forma?
11. Você acha que quem conduziu o desligamento do lixão levou em conta a perspectiva dos catadores?
12. Na sua visão, qual seria a forma ideal para realizar a desativação do lixão?
13. O que mudou no seu trabalho desde o desligamento do lixão?
14. Como era a segurança na Estrutural antes da desativação do lixão? E depois, como ficou?
15. Do que mais você carece?
16. O que você mudaria na Estrutural antes da desativação do lixão? E depois?

APÊNDICE B — Cartilha informativa dedicada aos catadores

2025

A DESATIVACÃO DO LIXÃO DA ESTRUTURAL E A SITUAÇÃO DOS CATADORES

NÁJELA DAOUD BRANDÃO

SUMÁRIO

- 03** Introdução
- 04** Por que precisava fechar o
lixão?
- 05** O fechamento do lixão
- 06** O fechamento do lixão e os
catadores
- 07** O desligamento do lixão e a
percepção dos catadores
- 08** De que forma afetou essa
população?
- 09** Como deveria ter feito, na
visão dos catadores?
- 10** Conclusão

A origem da Cidade Estrutural está intimamente ligada à história do Aterro Controlado do Jóquei. Nos anos 1960, com a implantação do lixão pelo Governo do Distrito Federal, trabalhadores começaram a se instalar nos arredores para retirar do lixo materiais recicláveis como fonte de sustento.

O Aterro Controlado do Jóquei tornou-se, a partir da década de 1970, o principal destino dos resíduos sólidos gerados em todo o Distrito Federal. Localizado nas proximidades da Cidade Estrutural, ele operou por mais de 50 anos, recebendo diariamente milhares de toneladas de lixo doméstico, comercial e até hospitalar. Segundo estimativas do Serviço de Limpeza Urbana (SLU), **ao longo de sua existência, foram depositadas ali cerca de 40 milhões de toneladas de resíduos**. Esse volume imenso transformou o local em **o maior lixão a céu aberto da América Latina**. Mais do que um espaço de descarte, o lixão também se consolidou como território de trabalho para milhares de catadores.

O Lixão também simbolizava a grande desigualdade social e ambiental existente no Distrito Federal. Como explica a pesquisadora Lima (2020), o lixão surgiu como resultado de um modelo de cidade que prioriza o consumo e o lucro, deixando de lado os direitos das pessoas e o cuidado com o meio ambiente.

A grande quantidade de lixo produzida e o crescimento das regiões administrativas contribuíram para aumentar a separação entre áreas ricas e pobres, criando uma forma de exclusão dentro do próprio DF. O lixão e a ocupação ao seu redor são parte dessa realidade.

POR QUE PRECISAVA FECHAR O LIXÃO?



Fonte: MELO, Michael. Metrôpoles, 2018

O encerramento das atividades do Lixão da Estrutural marcou uma mudança na vida dos catadores que trabalhavam ali. Essa decisão foi tomada pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

O lixão da Estrutural foi fechado porque funcionava de forma irregular e causava sérios problemas ao meio ambiente e à saúde da população. **Ele não seguia as regras básicas para o tratamento correto do lixo**, como impermeabilização do solo e controle de chorume (líquido poluente que escorre dos resíduos), o que gerava contaminação do solo, da água e do ar.

O fechamento do Lixão da Estrutural foi uma exigência legal e ambiental. Desde 2010, o Brasil conta com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que proíbe a existência de lixões a céu aberto. A lei determina que o lixo deve ser tratado de forma adequada, em locais com controle ambiental, como os aterros sanitários. Além disso, a PNRS valoriza a reciclagem, a inclusão dos catadores e a redução da quantidade de resíduos enviados para descarte.

No Distrito Federal, a Política Distrital de Resíduos Sólidos (PDRS) reforça essas diretrizes, prevendo o encerramento do lixão e a criação de alternativas mais sustentáveis, como a coleta seletiva e o apoio às cooperativas de catadores.

NÁJELA DAOUD BRANDÃO

O FECHAMENTO DO LIXÃO

O fechamento do Lixão da Estrutural não aconteceu de uma hora para outra. Desde os anos 1980, já existiam propostas e pressões para acabar com o lixão, por causa dos problemas que ele causava ao meio ambiente e à saúde das pessoas.

Ao longo dos anos, foram feitos vários planos e promessas por parte do governo, mas muitos impasses políticos e dificuldades sociais atrapalharam o processo. A história do fechamento é marcada por disputas, atrasos e desafios, especialmente para garantir que os catadores não fossem deixados de lado nesse processo.

O então governador **Rodrigo Rollemberg** teve um papel importante no processo de fechamento do Lixão da Estrutural, ajudando a organizar o trabalho entre os diferentes órgãos do governo.

Esse processo envolvia muitos desafios sociais. Era preciso pensar nos catadores, que por anos tiraram dali seu sustento em condições muito difíceis. Não bastava fechar o lixão e oferecer compensações financeiras: era necessário investir em formação profissional, saúde, reconhecimento e valorização do trabalho desses trabalhadores.

O FECHAMENTO DO LIXÃO E OS CATADORES

Quando o lixão da Estrutural foi fechado, **em janeiro de 2018**, uma parcela dos catadores passaram a trabalhar nas chamadas Instalações de Recuperação de Resíduos (IRR) – galpões organizados para fazer a separação dos materiais recicláveis. Essa mudança foi importante, mas também trouxe dificuldades.

Antes, os catadores tinham acesso direto a cerca de 2.700 toneladas de lixo por dia. Com o novo modelo, passaram a lidar com apenas 100 toneladas por dia, vindas da coleta seletiva. Isso afetou diretamente a renda de muitos trabalhadores.

Para tentar reduzir os impactos, o governo ofereceu algumas ajudas durante o período de transição, como:

- Auxílio financeiro temporário
- Distribuição de cestas básicas
- Cursos de capacitação profissional

Essas ações ajudaram, mas não foram suficientes para resolver todos os problemas enfrentados pelos catadores. Além disso, **muitos catadores não conseguiram ir para os galpões e acessar o auxílio.**

O DESLIGAMENTO DO LIXÃO E A VISÃO DOS CATADORES

O fechamento do lixão foi apresentado pelo governo como uma medida para proteger o meio ambiente e melhorar a forma como o lixo é tratado no DF. Mas, para muitas famílias, isso significou perder de forma repentina sua principal fonte de renda.

Mesmo com o plano do governo para ajudar os catadores na transição, muitas pessoas ficaram de fora. As ações, como o auxílio financeiro, a entrega de cestas básicas e os cursos de capacitação, **não chegaram a todos**.

Por isso, muitos catadores passaram a enfrentar fome, dívidas e problemas emocionais, sem o apoio necessário para reconstruir suas vidas após o fim do lixão.

Alguns apontamentos dos catadores afetados pelo fim do lixão da Estrutural são:

“...foi traumático, um dia tem trabalho, sua renda mensal, no outro você sem nada. Foi muito difícil em meio a muitas lágrimas e fome até conseguir entrar no mercado de trabalho novamente”. (Indivíduo 1, 2025)

“Só que no centro de triagem a maioria só não ficou porque não dava condições de sobrevivência”. (Indivíduo 4, 2025)

“...os colegas foram tirados a força lá de dentro, sem mais sem menos e foi fechado e ficou todo mundo desempregado, desamparado e até hoje tem muita gente desempregada, desamparada e a situação tá aí”. (Indivíduo 7, 2025)

“Mas, eu acho que o certo era ter deixado aberto. Porque depois que saiu de lá, desempregou muita gente. **Tem muita gente desempregada**”. (Indivíduo 9, 2025)

DE QUE FORMA AFETOU ESSA POPULAÇÃO?

Os catadores entrevistados para a pesquisa relataram diversos impactos após o desligamento do lixão da Estrutural. O principal deles foi a queda abrupta na renda, que afetou diretamente a vida das famílias.

“Me afetou em tudo, financeiramente... De lá eu tirava o sustento da minha casa.

Quem decidiu fechar nunca pensou nos catadores”. (Indivíduo 5, 2025)

Esse impacto também teve reflexos na economia local, especialmente no comércio da Estrutural, que dependia do movimento de pessoas e da circulação de dinheiro gerado pela atividade de catação.

“Pode ver na feira da Estrutural hoje tá tudo mais calmo. **Antigamente, com o lixão, todo mundo tinha dinheiro.** O luxo de Brasília, senhora, era o lixão. Todo mundo dia de ontem vendia os materiais, hoje tinha dinheiro pra ir pra feira (...) Acabou o lixão, acabou a Estrutural” (Indivíduo 11, 2025).

Outro problema foi a ruptura nas redes de comercialização de materiais recicláveis. Muitos catadores perderam o contato com compradores e atravessadores, o que dificultou a venda dos materiais mesmo fora do lixão.

“Afetou pelo fato da gente não ter mais para quem vender... muitos dos compradores de material reciclável eram de lá de dentro, né. Aí quando encerrou... a gente perdeu o contato com esses compradores” (Indivíduo 6, 2025)

Além disso, muitos passaram a percorrer longas distâncias para continuar trabalhando com catação. Os que seguiram na atividade disseram que os materiais encontrados nas ruas ou em pontos de descarte são mais escassos e de menor qualidade do que os que eram encontrados no lixão.

“Tem vez que vou lá pra Águas Lindas pra catar, de carrinho, empurrando aquele carrinho. Antigamente não, a gente ia bem ali, ó... a vida era melhorzinha um pouquinho. Agora tem que andar bem mais longe” (Indivíduo 10, 2025).

COMO DEVERIA TER FEITO, NA VISÃO DOS CATADORES?

“No meu ponto de vista, era pra eles ter, antes de fechar o lixão, **era para estar com todos os galpões pronto**” (Indivíduo 2, 2025)

“A forma ideal seria, a inclusão dos catadores em varias situações. Implantação da coleta seletiva abrangente, para que todo o lixo fosse reutilizado, reciclado, **onde os catadores fossem incluídos de verdade**, não apenas com os poucos galpões que foram construídos. E, que não atendeu as necessidades que os trabalhadores precisavam, a necessidade de aposentadoria para os catadores mais velhos e os doentes, a inclusão em programas que encaminhasse para o mercado de trabalho, dentre outras possibilidades”. (Indivíduo 3, 2025)

“Eu penso assim: como eles iam fechar o lixão, **porque eles não indenizou as pessoas antes das pessoas entrarem na justiça?!**” (Indivíduo 4, 2025)

“Primeiro lugar: um levantamento dentro do aterro com todos os catadores, classificando os que tinham condições de trabalhar com CLT e os que não tinham condições, oferecendo aos que não tinham condições emprego e auxílio”. (Indivíduo 5, 2025)

“Toda aquela área tinha que ser murada, colocasse galpão, esteira, prensa, recolhesse todo o lixo de Brasília e botasse ali dentro pra fazer uma reciclagem 100%, pra ter emprego pra todos que moram naquela cidade ali”. (Indivíduo 7, 2025)

“Tinha que reabrir esse lixão”. (Indivíduo 8, 2025)

“**Precisava das cooperativas, né. Até porque lixão a céu aberto não pode existir...**” (Indivíduo 10, 2025)

NÁJELA DAOUD BRANDÃO

CONCLUSÃO

Como vimos, o fechamento do Aterro Controlado do Jóquei **era uma medida necessária diante das exigências legais e ambientais**, além das metas estabelecidas para a gestão de resíduos sólidos no Distrito Federal. No entanto, as ações implementadas no processo de transição não foram suficientes para contemplar todos os catadores que atuavam no local. Muitos ficaram à margem das políticas públicas ou não conseguiram acessar as oportunidades oferecidas. Além disso, os próprios catadores possuem visões distintas sobre como esse processo poderia ter sido conduzido, com propostas que apontam para um **planejamento urbano possível** (Costa, 2021) com alternativas mais justas, participativas e menos excludentes. Suas experiências e sugestões revelam caminhos possíveis que poderiam ter reduzido os impactos sociais negativos, especialmente o **desemprego** e a desestruturação de formas de trabalho que sustentavam centenas de famílias.

AGÊNCIA BRASÍLIA. Fechado, lixão da Estrutural recebe camada de entulho e terra. *Metrópoles*, Brasília, 22 jan. 2018. Disponível em: <https://www.metrópoles.com/distrito-federal/meio-ambiente/fechado-lixao-da-estrutural-recebe-camada-de-entulho-e-terra>. Acesso em: 3 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 147, n. 147, p. 3-7, 3 ago. 2010.

CAMPOS, Heliana Kátia. Como fechamos o segundo maior lixão do mundo. *Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento*, v. 8, n. 2, p. 204-253, 2018. Disponível em: http://assecor.org.br/files/3015/4470/2872/como_fechamos_o_segundo_maior_lix_o_do_mundo_.pdf. Acesso em: 23 maio 2025.

CAPELARI, Mauro Guilherme Maidana; DOMICIANO, Mariana Rodrigues Amaral; QUEIROZ, Lucia de Fátima Nascimento de; BANDEIRA, Ludmilla Ferreira; TONI, Fabiano. A trajetória de encerramento do maior lixão da América Latina: entre centralização, descentralização e exclusão. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 54, p. 146-166, jul./dez. 2020. DOI: 10.5380/dma.v54i0.69134. e-ISSN 2176-9109.

COSTA, Everaldo. Planejamento urbano possível, imaginário, existência e cultura. *Tempo Social*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 91-120, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2021.164522>.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 5.418, de 24 de novembro de 2014. Dispõe sobre a Política Distrital de Resíduos Sólidos e dá outras providências. *Diário Oficial do Distrito Federal*: seção 1, Brasília, DF, n. 251, p. 1-4, 1 dez. 2014. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/78558/Lei_5418_27_11_2014.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

LIMA, Antonia Sheila Gomes. Pactos estruturantes para a promoção de territórios saudáveis e sustentáveis em convergência com os objetivos de desenvolvimento sustentável: o caso da cidade Estrutural/DF. 2020. 732 f. Tese (Doutorado) — Instituição não informada, 2020.

SANTOS, Leonor Maria Pacheco; CARNEIRO, Fernando Ferreira; HOEFEL, Maria da Graça Luderitz; SANTOS, Wallace dos; NOGUEIRA, Thaissa Quintas. A precária subsistência nos lixões: um relato sobre insegurança alimentar e fome entre catadores de materiais recicláveis. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 26, n. 3, p. 289-299, 2013. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/nutricao/article/view/8429>. Acesso em: 27 maio 2025.

NÁJELA DAOUD BRANDÃO